

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VANESSA MARIA LUDKA

**DILEMAS E PERSPECTIVAS DAS PEQUENAS E NOVAS CIDADES: UMA
ANÁLISE DA PAISAGEM COMO SUBSÍDIO AO ORDENAMENTO TERRITORIAL,
CONDIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E CULTURAIS DE BELA VISTA DO TOLDO,
SC.**

Curitiba

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VANESSA MARIA LUDKA

**DILEMAS E PERSPECTIVAS DAS PEQUENAS E NOVAS CIDADES: UMA
ANÁLISE DA PAISAGEM COMO SUBSÍDIO AO ORDENAMENTO TERRITORIAL,
CONDIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E CULTURAIS DE BELA VISTA DO TOLDO,
SC.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia, curso de Mestrado, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Dr^a Sony Cortese Caneparo

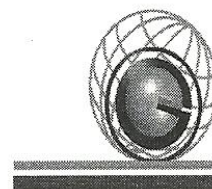
Co-orientador: Dr. Nilson Cesar Fraga

Linha de pesquisa: Paisagem e Análise Ambiental

Curitiba

2012

MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
- MESTRADO E DOUTORADO



PARECER

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pelo (a) candidato (a) **VANESSA MARIA LUDKA** intitulada **"DILEMAS E PERSPECTIVAS DAS PEQUENAS E NOVAS CIDADES: UMA ANÁLISE DA PAISAGEM COMO SUBSIDIO AO ORDENAMENTO TERRITORIAL, CONDIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E CULTURAIS DE BELA VISTA DO TOLDO, SC"**, para obtenção do grau de Mestre em Geografia, do Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná Área de Concentração **Espaço, Sociedade e Ambiente**, Linha de Pesquisa **Paisagem e Análise Ambiental**.

Após haver analisado o referido trabalho e argüido o (a) candidato (a), são de parecer pela Aprovação da Dissertação.

Curitiba, 07 de março de 2012.

OBS: este documento tem a validade de 60 dias a contar desta data

Nome e Assinatura da Banca Examinadora:

Profa. Dra. Sony Cortese Caneparo - (Presidente e Orientadora)

Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga – UEL (Co-orientador)

Prof. Dr. Mauro José Ferreira Cury – UNIOESTE

Prof. Dr. Everton Passos - UFPR

Dedico esta pesquisa à minha mãe, uma guerreira que nunca mediu esforços para realizar todos os meus sonhos, guerreira de luz, amor, um exemplo de mulher e de vida...

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me proporcionado a chance de ingressar e concluir o Mestrado.

À minha orientadora Sony Cortese Caneparo, com toda a sua experiência acadêmica e profissional, que além do tempo a mim dedicado, contribuiu de forma decisiva para a conclusão deste trabalho.

Ao meu co-orientador, Nilson César Fraga, pela orientação e revisão desta Dissertação, cuja dedicação, amizade ou simples convívio, acresceram no resultado final deste trabalho.

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia, em especial ao secretário Luiz Carlos Zem, agradeço pelo apoio, pela convivência e, principalmente, pela experiência compartilhada.

Aos meus familiares, que sempre me incentivaram em todas as etapas da minha vida! Amo vocês!

Ao Prof. Dr. Mauro José Ferreira Curry, que esteve pronto para participar da minha banca e acrescentou ideias essenciais para a formatação deste trabalho.

Ao Prof. Everton Passos, sempre solícito, que contribuiu de forma decisiva para a conclusão desta pesquisa.

Aos colegas de mestrado, pelos dois anos de aprendizado e companheirismo. Amizades foram feitas e muitas delas serão duradouras.

Agradeço à Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, pelos dados aqui publicados e a todas as pessoas que concederam entrevistas, pessoas desse Contestado silenciado.

A todos aqueles que estiveram comigo, amigos, colegas, em especial a Lucimara Pepes que, mesmo a quilômetros de distância, sempre me trouxe palavras de apoio e incentivo.

Ao Edinei de Almeida, o maior incentivador que tive nesta etapa de minha vida!

Ao José Ricardo Teles Feitosa, pelas palavras de alegria, pela companhia em dias de desespero.

Ao Fernando Simas, pelas belas palavras, pelo carinho e pela companhia em noites a dentro, para escrever artigos e capítulos de livro!

Ao Marcos Francisco Oswald, pelo carinho e apoio na reta final desta pesquisa.

Ao Bruno Augusto Florentino, por animar, via facebook, as tardes em que não conseguia escrever.

Aos meus queridos amigos, Alcimara Foetsch, Andréa Fermino Gonçalves, Anderson Gibathe, Dyego Medeiros de Medeiros, Irina Banãdos, Luciana Homczinski, Luiz Cleyton Holanda Lobato, Marcelo Bordin, Márcia Labres, Maria Morinishi, Ordilei Silvestre, Suelem Martins, Roberto Fabris Goer que sempre acreditaram, ajudaram e me incentivaram neste projeto pessoal.

A todos aqueles que, de alguma forma, colaboraram com mais essa etapa em minha vida.

“A paisagem é o reflexo e a marca impressa da sociedade dos homens na natureza. Ela faz parte de nós mesmo. Como espelho, ela nos reflete. Ao mesmo tempo, ferramenta e cenário. Como nós e conosco, ela evolui, móvel e frágil. Nem estática, nem condenada. Precisamos fazê-la viver, pois nenhum homem, nenhuma sociedade, pode viver sem território, sem identidade, sem paisagem”.

Claude Bertrand e Georges Bertrand

RESUMO

O processo de (re)organização do território com a finalidade de atender as necessidades humanas implica no desencadeamento de alguns processos de deterioração ambiental e, muitas vezes socioculturais, o que revela a necessidade de se planejar e gerenciar as atividades de uso e ocupação do solo e dos territórios. Tais fatos ocorrem no município de Bela Vista do Toldo, SC que foi emancipado a menos de duas décadas, o processo de organização territorial do município segue princípios de ocupação natural, sem grandes planejamentos ao longo da sua história. O objetivo principal dessa pesquisa é propor o ordenamento territorial da cidade de Bela Vista do Toldo, SC. Diante disso se propôs a metodologia de McHarg, pois acredita-se ser o método adequado para o ordenamento territorial, considerando a forma e os processos naturais como determinantes para o uso da terra e o planejamento desta pequena urbe. Os resultados demonstraram que o município deverá ser ordenado de acordo com as seguintes zonas: Zona Industrial - ZI, Zona Institucional, Residencial e Comercial - ZIRC, Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, Zona de Recreação - ZR e Área de Preservação Permanente - APP, ordenando, desta forma, o pequeno e problemático perímetro urbano municipal. Salienta-se a importância do ordenamento territorial para município de Bela Vista do Toldo, SC para que o mesmo não tenha como futuro o destino de muitas pequenas cidades brasileiras, as quais crescem sem nenhum planejamento urbano.

Palavras-chave: Ordenamento territorial, pequenas cidades, Bela Vista do Toldo.

ABSTRACT

The process of (re)organization of territory with the aim of attending the human necessities, demands on the triggering of some environmental deterioration processes and many times sociocultural, that reveal the necessity on planning and managing the activities in use and the soil occupation and the territories. These facts occur in the city of Bela Vista do Toldo, Sc that was emancipated fewer than two decades, where the process of territorial organization of the city follows principles of natural occupation, without great planning throughout its story. The main aim of this research is to propose a territorial planning of the city of Bela Vista do Toldo. For this, it was proposed the methodology McHarg that considers the form and the natural processes as determinant for the soil using. The results showed that the city should be ordered according to the following zones: Industrial Zone – IZ, Institutional, Residential and Commercial Zone – IRCZ, Special Zone of Social Interest – SZSI, Zone of Recreation – ZR and Area of Permanent Preservation – APP, ordering this way, the city urban perimeter. It's focused the importance of the territorial ordering for the city of Bela Vista do Toldo to avoid that it has the same destiny of many small cities from Brazil, that grow without any urban planning.

Key-words: Territorial planning, small cities, Bela Vista do Toldo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 - DETALHAMENTO DA METODOLOGIA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO, PROPOSTO PELA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA.....	32
FIGURA 02 – FASES E PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS EM PLANEJAMENTO AMBIENTAL.....	37
FIGURA 03 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	48
FIGURA 04 – LAVOURA DE FUMO EM BELA VISTA DO TOLDO, SC.....	54
FIGURA 05 – MAPA GEOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, SC.....	57
FIGURA 06 – MAPA DAS CURVAS DE NÍVEL DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, SC	58
FIGURA 07 – MAPA DE SOLOS DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, SC.....	61
FIGURA 08 – MATA DE ARAUCÁRIAS EM BELA VISTA DO TOLDO, SC	63
FIGURA 09 – MAPA DOS CURSOS D'ÁGUA DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, SC.....	64
FIGURA 10 – INTERIOR DA CAPELA DO MONGE JOÃO MARIA.....	70
FIGURA 11 – VISTA DA CAPELA DO MONGE JOÃO MARIA.....	70
FIGURA 12 – GRUTA SANTA EMIDIA OU GRUTINHA DO MONGE.....	70
FIGURA 13 – EDITE SCHIBORSKI E O BASTÃO DO MONGE.....	71
FIGURA 14 – CRUZ DO MONGE JOÃO MARIA NA COMUNIDADE DE OURO VERDE.....	72
FIGURA 15 – OLHO D'ÁGUA MILAGREIRO NA COMUNIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DOS FERREIRAS	73
FIGURA 16 – GRUTA DO MONGE JOÃO MARIA NA COMUNIDADE DE SERRA DOS BORGES.....	74
FIGURA 17 – EX-VOTOS DEIXADOS NO INTERIOR DA GRUTA.....	74
FIGURA 18 – BANQUINHO DO MONGE.....	75
FIGURA 19 – DAVINO SCHIESSL E BANQUINHO DO MONGE.....	75
FIGURA 20 – CEMITÉRIO DO CONTESTADO NA COMUNIDADE DE RIO DA AREIA DE CIMA.....	76

FIGURA 21 – LOCAL ONDE ESTÃO OS MORTOS EM COMBATE DURANTE A GUERRA DO CONTESTADO	76
FIGURA 22 – TÚMULO DO VAQUEANO ANTÔNIO CAMARGO.....	77
FIGURA 23 – FLUXOGRAMA DA METODOLOGIA APLICADA À PESQUISA..	83
FIGURA 24 – BELA VISTA DO TOLDO NO SÉCULO XX.....	85
FIGURA 25 – BELA VISTA DO TOLDO NA ATUALIDADE.....	85
FIGURA 26 – BELA VISTA DO TOLDO EM 1997.....	88
FIGURA 27 – BELA VISTA DO TOLDO EM 2005.....	90
FIGURA 28 – VISTA DA CIDADE DE BELA VISTA DO TOLDO, SC.....	92
FIGURA 29 – CENTRO DE EVENTOS	94
FIGURA 30 – RODOVIÁRIA.....	94
FIGURA 31 – RIO BELA VISTA.....	95
FIGURA 32 – RIO BELA VISTA.....	95
FIGURA 33 – CASAS POPULARES EM CONSTRUÇÃO.....	96
FIGURA 34 – CASAS POPULARES JÁ OCUPADAS.....	96
FIGURA 35 – RUA PRINCIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO, SC SEM ASFALTO.....	96
FIGURA 36 – RUA PRINCIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO, SC ASFALTADA.....	96
FIGURA 37 – RUA PROFESSOR ALFREDO LUDKA EM DIAS DE CHUVA....	105

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – DEFINIÇÃO DO TAMANHO DAS CIDADES DE ACORDO COM O IBGE	45
GRÁFICO 02 – POPULAÇÃO TOTAL DE BELA VISTA DO TOLDO, SC NO PERÍODO DE 2000/2010.....	50
GRÁFICO 03 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR SEXO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO EM BELA VISTA DO TOLDO EM 2010.	51
GRÁFICO 04 – PORCENTAGEM DE PESSOAS POR COMUNIDADE EM BELA VISTA DO TOLDO, SC	51
GRÁFICO 05 – ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO DE BELA VISTA DO TOLDO, SC.....	52

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 – PLANEJAMENTO TERRITORIAL DE BELA VISTA DO TOLDO - PERÍMETRO URBANO – USO DO SOLO.....	101
MAPA 02 – MAPA DA PROPOSTA DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DA CIDADE DE BELA VISTA DO TOLDO.....	103
MAPA 03 – MAPA DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA CIDADE DE BELA VISTA DO TOLDO.....	104

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – MARCO HISTÓRICO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO NO BRASIL.....	29
QUADRO 02 – COMPARAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO TRADICIONAL E O PLANEJAMENTO AMBIENTAL	35
QUADRO 03 – DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL POR GÊNERO.....	50
QUADRO 04 – MÉTODO DE PLANEJAMENTO ECOLÓGICO.....	81

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: A PEQUENA CIDADE E SEUS DILEMAS.....	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1 CONCEITUANDO A PAISAGEM REFLEXO E MARCA IMPRESSA DA SOCIEDADE NA NATUREZA	18
2.2 ESPAÇO GEOGRÁFICO.....	22
2.3 TERRITÓRIO	23
2.4 ORDENAMENTO TERRITORIAL.....	25
2.4.1 UM ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO PARA O FUTURO.....	28
2.5 PLANEJAMENTO AMBIENTAL.....	33
2.6 DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL E OS DILEMAS SOCIOAMBIENTAIS E CULTURAIS.....	38
2.7 PEQUENAS CIDADES	42
3 MATERIAIS, MÉTODOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	47
3.1 MATERIAIS.....	47
3.1.1 Localização da área de pesquisa.....	47
3.1.2 Aspectos Físicos.....	55
3.1.2.1 Clima	59
3.1.2.2 Solos	59
3.1.2.3 Vegetação	62
3.1.2.4 Hidrografia.....	63
3.1.2.5 Aspectos Históricos	65
3.1.2.5.1 Principais Fragmentos da Guerra do Contestado no território belavistense.....	69
3.1.2.5.1.1 Capela do Monge João Maria da Comunidade Tira Fogo.....	69
3.1.2.5.1.2 Grutinha Santa Emídia – Grutinha do Monge.....	70
3.1.2.5.1.3 Museu Schimborski e o Bastão do Monge	71
3.1.2.5.1.4 Cruz do Monge João Maria na comunidade de Ouro Verde.....	72
3.1.2.5.1.5 Olho d’água milagreiro – São Sebastião dos Ferreiros.....	72
3.1.2.5.1.6 Gruta do Monge João Maria na comunidade da Serra do Borges.....	73
3.1.2.5.1.7 Banquinho curandeiro – Pinhalzinho.....	74

3.1.2.5.1.8 Cemitério do Contestado.....	75
3.1.2.5.1.9 Local de Combate da Guerra do Contestado – Rio dos Poços.....	76
3.1.2.5.1.10 Túmulo do Vaqueano Antônio Camargo.....	77
3.1.2.5.1.11 Dia de Santa Cruz e os laços com São João Maria.....	78
3.2 MÉTODOS.....	79
3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	84
4 A PAISAGEM E O ORDENAMENTO TERRITORIAL DE BELA VISTA DO DOLDO	85
5 CONCLUSÕES: PROPOSTAS SOBRE E PARA O (RE)ORDENAMENTO DE BELA VISTA DO TOLDO, SC.....	108
REFERÊNCIAS.....	112

1 INTRODUÇÃO: A PEQUENA CIDADE E SEUS DILEMAS

A urbanização, compreendida enquanto processo que se desenvolve ao longo do tempo e se materializa no espaço, agrega a si elementos que são fundamentais para a compreensão da dinâmica política, econômica e social das pequenas cidades. Assim, refletir sobre o ordenamento territorial enquanto um desses elementos, requer pensar as transformações e influências que os planejadores, sobretudo através das políticas públicas, vêm exercendo, nas pequenas cidades.

Analisar o ordenamento territorial do município Bela Vista do Toldo é de importância ímpar para se pensar de maneira inovadora a cidade, tendo em vista que o mesmo foi emancipado há 17 anos e começa agora a melhorar a sua infraestrutura e diante disto, destacam-se as palavras de Konder que afirma que é necessário “reconhecer na realidade da cidade os pontos em que podemos nos apoiar para começar a atuar sobre ela transformadoramente” (KONDER, 1994, p. 79).

O objetivo principal desta pesquisa foi propor o ordenamento territorial da cidade de Bela Vista do Toldo, SC. E os objetivos específicos são: Analisar os aspectos ambientais, da formação socioambiental e cultural de Bela Vista do Toldo; Identificar o ordenamento territorial e o nível de desenvolvimento de Bela Vista do Toldo; Identificar as variáveis que compõem a paisagem belavistense; Realizar levantamentos *in loco* dos aspectos socioambientais e culturais relacionados à ocupação e desenvolvimento no perímetro urbano; Propor diretrizes preliminares de ordenamento territorial.

Estes fatores merecem atenção, pois a cidade, ou seja, o perímetro urbano de Bela Vista do Toldo, vem sofrendo, nos últimos anos, um processo de melhoramento infraestrutural, sobretudo com o asfaltamento das ruas centrais, com a edificação de prédios públicos dentre outros, não seguindo a legislação urbana municipal, constante do Plano Diretor.

Metodologicamente se analisou o município por meio de aporte teórico, empírico e documental, além de pesquisa de campo, visando demonstrar a transformação do ordenamento territorial, analisando as premissas, possibilidades e limitações envolvidas nas reflexões e práticas da construção deste ideário e os

impactos gerados por meio de políticas públicas que visam romper o subdesenvolvimento do município.

Esta pesquisa está dividida em 5 capítulos: Na introdução, faz referência à problemática, aos objetivos, à proposta do trabalho, e ao método empregado para a obtenção do resultado esperado.

No Referencial teórico, fundamenta-se a pesquisa com três conceitos chaves da Geografia: a paisagem, o espaço geográfico e o território. São abordados também, neste capítulo, a discussão do ordenamento territorial, planejamento ambiental, o desenvolvimento local e sustentável e os dilemas socioambientais e culturais e as pequenas cidades, sendo de fundamental importância para a compreensão do município de Bela Vista do Toldo.

O terceiro capítulo discute os materiais, métodos e procedimentos metodológicos, sendo que nos materiais, há uma descrição do material cartográfico utilizado, os softwares e equipamentos que serviram de apoio no desenvolvimento das análises, a descrição da área da pesquisa, apresentando os aspectos físicos como a geologia, clima, solos, vegetação hidrografia, aspectos históricos e socioeconômicos. No método, dissertou-se sobre o Libault (1971) com a finalidade de organizar, fundamentar e estruturar os dados em relação ao tema pesquisado, e McHarg (1992) que define alternativas para a proposta do ordenamento territorial, utilizando-se de técnicas de sobreposição gráfica, levando em consideração o clima, a geologia, a fisiografia, a hidrologia, a pedologia, a flora e a fauna. Nos procedimentos metodológicos, relata-se como a pesquisa foi realizada.

No quarto capítulo, descreve-se a paisagem e o ordenamento territorial da área urbana do município de Bela Vista do Toldo, sugerido a metodologia de McHarg, dividindo a área em quatro zonas (Zona Industrial - ZI, Zona Institucional e Comercial - ZIRC, Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, Zona de Recreação – ZR e Área de Preservação Permanente – APP) e finalizando com dois mapas: Mapa da proposta de ordenamento territorial e o mapa de uso do solo da área urbana do referido município.

Concluindo, salientou-se a importância do ordenamento territorial para município de Bela Vista do Toldo, para que o mesmo não tenha como futuro o destino de muitas pequenas cidades brasileiras, as quais crescem sem nenhum planejamento urbano.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITUANDO A PAISAGEM REFLEXO E MARCA IMPRESSA DA SOCIEDADE NA NATUREZA.

O conceito de paisagem na geografia possui diversas abordagens como organicistas, positivistas do século XIX, e funcionalistas e culturais a partir dos anos sessenta. Esse conceito evoluiu através das diversas abordagens geográficas e qual ideia sobre a paisagem permeia nos dias de hoje. As concepções modernas de paisagem têm incorporado novas abordagens, tentando conciliar interesses sociais e ecológicos numa visão do desenvolvimento sustentável, modificando assim antigas visões utilitárias e descritivas do conceito de paisagem.

Nas Artes, a paisagem surgiu com a pintura, e assim despertou um interesse pela natureza na antiguidade. “Até o século XVIII, a paisagem era sinônimo de pintura. Assim, foi na mediação com a arte que o sítio (lugar) adquiriu estatuto de paisagem.” (ROSENDAHL e CORRÊA, 2000 citado por SALGUEIRO, 2001).

No Renascimento, a paisagem surgiu no tempo em que as artes e as ciências estavam sendo revolucionadas pela aplicação de regras formais matemáticas e geométricas, como a invenção da perspectiva linear, acreditando-se que tais regras devolveriam às artes e às ciências a sua perfeição clássica; assim, a paisagem está intimamente ligada a uma nova maneira de ver o mundo como uma criação racionalmente ordenada, designada e harmoniosa, cuja estrutura e mecanismo são acessíveis à mente humana, assim como ao olho, e agem como guias para os seres humanos em suas ações de alterar e aperfeiçoar o meio ambiente. (COSGROVE, 1989)

A “paisagem” recebeu significados variados ao longo de vários séculos. Por muitos filósofos e artistas, a paisagem foi alocada no âmbito do lugar de contemplação. Ainda na Antiguidade Clássica, Heródoto e Estrabão realizaram estudos descrevendo exaustivamente os mundos naturais e sociais dos caminhos que percorreram, e dizendo ser esta prática uma descrição da paisagem, necessária ao reconhecimento da Geografia do mundo conhecido (ANDRADE, 1995).

A Geografia Clássica, principalmente a de Ratzel e La Blache, caracteriza esse conceito, embora de maneira diferente. Ratzel trabalha com a ideia de que a

paisagem é representada pelo distanciamento dos elementos naturais e humanos e La Blache os aproxima estudando o caráter humano por sobre o meio.

A paisagem foi introduzida como termo científico-geográfico no início do século XIX por Alexander von Humboldt (1769-1859), o grande pioneiro da moderna geobotânica e geografia física. Na língua alemã, o termo paisagem (Landschaft) contém uma conotação geográfico-espacial no prefixo “land”, diferentemente da paisagem com significado de cenário, encontrado nas artes e na literatura.

Porém, foi no século XIX que a Geografia, no momento de sua sistematização, definiu ser a paisagem um de seus objetos de estudo. E por mais que hoje a Ciência Geográfica, representada por alguma corrente teórica específica, discuta a paisagem como sendo ou não objeto da Geografia, fato é que ela, a paisagem, ainda tem lugar de destaque nas discussões. A Ciência Geográfica, ora vista como uma ciência da natureza, ora vista como uma ciência humana construiu ao longo dos séculos XIX e XX um forte arcabouço teórico, em que pode ser visto, ou percebido, o lugar que a paisagem teve em diferentes correntes teóricas, e como esta foi discutida e abordada (MORAES, 2007).

Segundo Salinas Cháves (1998), as Ciências da Paisagem, como conhecida hoje em dia, apresentam seus antecedentes nos trabalhos de Humboldt e Dokuchaev no século XIX, que estabeleceram as bases para os estudos integrados dos territórios; muitos outros pesquisadores em todo mundo contribuíram para o desenvolvimento dessas disciplinas, estabelecendo uma doutrina teórico-metodológica coerente e desenvolvendo um conjunto de técnicas e procedimentos adequados para a solução das tarefas (cada vez mais complexas) a elas encomendadas, convertendo as Ciências da Paisagem em um ponto de partida básico para a construção de um novo paradigma holístico ambiental.

Para os geógrafos do princípio do século XX, preocupados já com a afirmação científica da disciplina e com a ruptura entre geografia física e geografia humana, a paisagem aparecia como um conceito integrador, pois traduzia as interações entre os elementos do mundo físico e entre estes e os grupos humanos numa dada área. (SALGUEIRO, 2001)

Pode-se identificar dois modos principais dos geógrafos estudarem as paisagens. Para uns paisagem é vista como uma fisionomia caracterizada por formas e o seu estudo recorre basicamente ao método morfológico. A outra linha de estudo da paisagem privilegia as características de uma área expressa nos seus

atributos físico-naturais e humanos e o estudo das inter-relações dos fenômenos nesse território. (SALGUEIRO, 2001)

Para cada especialidade de pesquisa, a paisagem assume uma função, que é diferenciada entre os paisagistas, economistas, sociólogos entre outros. Nesta perspectiva, “entre os geógrafos há um consenso de que a paisagem, embora tenha sido estudada sob ênfases diferenciadas, resulta da reação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos.” (MAXIMILIANO, 2004).

É comum definir a Geografia como o estudo das paisagens. Mas a tarefa é audaciosa. Uma paisagem é um todo que se percebe por meio dos sentidos e, então, para compreendê-lo, se devem desvendar todas as relações causais. (ROUGERIE, 1969 apud PASSOS, 2000)

Christofolletti (1998) atribui à paisagem a concepção de conceito chave da Geografia que possibilita a compreensão do espaço como um sistema ambiental, físico e socioeconômico, com estruturação, funcionamento e dinâmica dos elementos físicos, biogeográficos, sociais e econômicos. As relações e distribuições espaciais desses fenômenos são compreendidas na atualidade com o estudo da complexidade inerente às organizações espaciais.

A paisagem se define, isto é, ela se descreve e se explica partindo das formas, de sua morfologia (no sentido amplo). As formas resultam de dados do meio ambiente natural ou são as consequências da intervenção humana imprimindo sua marca sobre o espaço. (DOLLFUS, 1971 apud. PASSOS, 2000)

Desde longo tempo, uma das noções mais fecundas da Geografia é aquela das paisagens, isto é, uma combinação de traços físicos e humanos que dá a um território uma fisionomia própria, que o faz um conjunto senão uniforme, pelo menos caracterizado pela repetição habitual de certos traços. (JUILLARD, 1962, apud. PASSOS, 2000)

Segundo Tricart (1981): Para os geógrafos alemães, geralmente nutridos pelas ciências naturais, a paisagem compõe-se de diversos elementos concretos do ambiente: relevo, plantas, solos. Mas eles não registram as modificações introduzidas pelo homem e, se for o caso, eles distinguem entre paisagem natural e paisagem humanizada.

Bertrand (1981) discute o conceito de paisagem sob o ponto de vista de uma geografia global, integrando à paisagem natural, todas as implicações da ação antrópica, o que o autor denomina de paisagem total.

Em termos metodológicos, após longos períodos de reformulação, a Geografia Cultural propõe que a paisagem deve ser lida e interpretada (hermenêutica); neste sentido, a prática descritiva da paisagem é substituída por uma que é interpretativa. A paisagem é considerada como o lugar e o produto em que as relações entre homens e entre homem/meio ocorrem. Sendo assim, o objeto da Geografia. Nesta abordagem, as paisagens:

falam dos homens que as modelam e que as habitam atualmente, e daqueles que lhes precederam, informam sobre as necessidades e os sonhos de hoje, e sobre aqueles de um passado muitas vezes difícil de datar (CLAVAL, 2001 p.15).

As definições de paisagem partem do ponto de vista de quem contempla e analisa, como se a paisagem não existisse sem alguém que a observasse. O observador é um sujeito, por isso o conceito de paisagem é impregnado de conotações culturais e ideológicas (RODRIGUES, 1995).

A paisagem, para Bertrand (1981), denota o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em contínua evolução.

Romero e Jiménez destacam: A paisagem é quem adverte os tipos e intensidades do aproveitamento do solo, das consequências das atividades humanas sobre o sistema natural e a intensidade dos impactos ambientais, o tempo que desperta a necessidade de proteção frente a certas alterações provocadas pelo homem [...]. (ROMERO e JIMÉNEZ: 2002)

A paisagem é o reflexo e a marca impressa da sociedade dos homens na natureza. Ele faz parte de nós mesmos. Como um espelho, ela nos reflete, ao mesmo tempo, ferramenta e cenário. Como nós e conosco, ela evolui, móvel e frágil. Nem estática, nem condenada. Precisa-se fazê-la viver, pois nenhum homem, nenhuma sociedade, pode viver sem território, sem identidade, sem paisagem (Bertrand 2009). É nesta perspectiva que será abordado o conceito de paisagem e território devido as múltiplas facetas que essas categorias assumem e das características espaciais que estão em constante mutação diante da realidade encontrada.

2.2 ESPAÇO GEOGRÁFICO

Dentre os conceitos da Geografia, o espaço geográfico é o mais abrangente, apresentando-se como “um todo” do qual derivam os demais conceitos e com o qual eles se relacionam.

O espaço geográfico, objeto de estudo da Geografia, deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento (SANTOS, 1996).

O homem é o agente por excelência do espaço geográfico. O espaço somente passa a existir quando se verifica interação entre o homem e o meio em que vive, do qual retira o que lhe é necessário para a sobrevivência, promovendo alterações de suas características originais.

A forma como as sociedades se relacionam com o espaço vai se modificando, enquanto sua capacidade de intervenção se acentua e o espaço geográfico torna-se cada vez mais abrangente, chegando, atualmente, a quase se sobrepor a todo o globo. Além disso, a presença humana efetiva não é imprescindível para que uma área seja definida como espaço geográfico, basta que a área esteja inserida nos projetos humanos ou que se verifique intervenção indireta, como por exemplo, através de zoneamentos e delimitação de áreas de preservação.

Conforme análise de Yi-Fu-Tuan (1983), há princípios fundamentais de organização que servem para conformar o espaço às necessidades biológicas e às relações sociais do próprio homem, e que estão associados à postura e à estrutura do corpo humano; em outras palavras, o espaço pode ser diferenciado “pela experiência sensória, motora, tátil, visual e conceitual no ato de se movimentar”, adquirindo o sentido de “direção, quando se muda de um lugar para outro”: espaço familiar, espaço cotidiano, espaço global, espaços de todos os vizinhos, etc.

O espaço geográfico é o contínuo resultado das relações socioespaciais. Tais relações são econômicas (relação sociedade-espaço mediatizada pelo trabalho), políticas (relação sociedade-Estado ou entre Estados-Nação) e simbólico-culturais (relação sociedade-espaço via linguagem e imaginário). A força motriz destas relações é a ação humana e suas práticas espaciais (LEFÉBVRE, 1991).

Constantemente, as relações socioespaciais são contraditórias, pois revelam

diferentes projetos espaciais. No campo econômico, por exemplo, verifica-se a exploração do homem pelo homem, dos detentores dos meios de produção e dos vendedores de força-de-trabalho. Na esfera política, observa-se diversos conflitos pelo controle do espaço entre os diferentes Estados e, internamente a cada Estado, a luta dos excluídos. No âmbito simbólico-cultural, se encontram diversas representações e vivências do espaço, prenes de ideologias diversas. Ao mesmo tempo, a ação humana na Terra (material ou simbólica) e suas contradições possuem uma implicação espacial e temporal, pois denotam produção de espaço que varia no tempo. O espaço geográfico é reflexo e condição para as relações sociedade/espaço.

O espaço é a totalidade verdadeira, porque a dinâmica é resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial. Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes.

O espaço é a expressão de uma dimensão da sociedade, em sentido amplo, priorizando os processos em sua coexistência/simultaneidade (incorporando aí, obviamente, a própria transformação da natureza), já o território se define mais estritamente a partir de uma abordagem sobre o espaço que prioriza ou que coloca seu foco, no interior dessa dimensão espacial, “na dimensão”, ou melhor, nas problemáticas de caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas. (HAESBAERT IN MENDONÇA; LOWEN-SAHR; SILVA, 2009).

2.3 TERRITÓRIO

A Geografia por muito tempo utilizou o conceito de território associado à escala do território nacional, sendo este inflexível, limitado apenas pelas fronteiras com outros países, tendo o poder público como única fonte de poder em relação ao controle espacial e sendo este controle permanente no tempo. Os novos estudos exigiram a compreensão de que os fenômenos da organização socioespacial da política eram muito mais complexos do que a mera associação ao território nacional.

O território surge, na tradicional Geografia Política, como espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos) que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade. (SOUZA, 1995 p. 84)

De acordo com Silva (2001), território é o limite espacial dentro do qual o Estado exerce, de modo efetivo e exclusivo, o poder de império sobre pessoas e bens.

O território pode ser concebido a partir a imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (HAESBAERT, 2004 p. 79)

Para Leite (2001 p. 14), o território não se resume ao território de um Estado: “é um produto de prática social. Como tal, envolve apropriação, os limites e intenção de poder sobre uma porção determinada do espaço, ao mesmo tempo que se constitui um meio usado pelos atores que nele interagem, para sua prática. Territórios são arenas políticas na medida em que correspondem a áreas delimitadas por um conjunto de relações sociais localizadas e do poder implícito nessas relações”.

Para Raffestin (1993 p. 143), espaço e território não são termos equivalentes, para ele, é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território e que o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (...), o ator territorializa o espaço.

De acordo com Milton Santos (2007), o território:

Não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, et. al 2007 p. 14)

Haesbaert (2004 p. 40) divide em três vertentes básicas as concepções de território 1) **política** (referida as relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político de Estado. 2) **cultural** (muitas vezes

culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto em relação ao seu espaço vivido.

3) **econômica**: menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

Este mesmo autor ainda faz alusão à vertente naturalista, segundo ele, menos vinculada hoje nas ciências sociais, que se utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza.

(...) as forças econômicas, políticas e culturais (E-P-C), reciprocamente relacionadas, efetivam o território (...) no (e como o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundamentados nas contradições sociais (SAQUET, 2003/2001, In HEIDRICH et al. 2008)

Bonnemaison (2002) destaca a importância de entender o território pelas relações cotidianas, como espaço vivido e afetivo, ou seja, o espaço apropriado pelo campo subjetivo dos grupos culturais. Assim, tem-se um território que ao mesmo tempo não representa somente fixidez, mas um conjunto de lugares e trajetos ou itinerários que se estabelecem em diferentes escalas (nacional, regional, local – urbana ou rural).

O território deve, também, ser analisado enquanto alvo do processo de ordenamento. Para se alcançar um elevado patamar no entendimento do território é necessário o conhecimento da atual realidade sócio-territorial, da sua história, das ideias ou intenções para utilizações e transformações futuras.

2.4 ORDENAMENTO TERRITORIAL

A finalidade do ordenamento territorial é o controle regulatório que contenha os efeitos da contradição da base espacial sobre os movimentos globais da sociedade e a mantenha funcionando nos parâmetros com que foi organizada. O ordenamento não é pois, a estrutura espacial, mas a forma como esta estrutura espacial territorialmente se auto-regula no todo das contradições da sociedade, de modo a manter a sociedade funcionando, segundo a sua realidade societária.

Ordenamento Territorial é “a expressão da organização territorial, que se caracteriza pelas múltiplas dimensões (física, cultural, política econômica e social), nas várias escalas geográficas. Reflete as múltiplas facetas do “viver” das pessoas no espaço físico” (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005 p. 70). Abrange todas as áreas de planejamento que têm impacto sobre a organização do território.

Entende-se por Ordenamento Territorial o processo de planejamento envolvendo estratégias para resolver distorções, divergências ou mesmo conflitos nas relações entre os atributos ecológicos e naturais e os aspectos socioeconômicos tendo por objetivo o desenvolvimento sustentável. Busca-se a integração, num mesmo processo, de diferentes tipos e níveis de análises das principais características ou atributos do ambiente natural, das inúmeras relações desses atributos entre si e também com os diferentes tipos e intensidades de intervenções antrópicas, com o intuito de determinar um uso ótimo que possibilite o aproveitamento dos recursos ambientais para o aumento e melhoria do bem-estar humano, preservando a capacidade do ambiente de suportar diferentes processos ambientais ou ecológicos. O processo enfatiza principalmente a distribuição espacial dos diferentes atributos, ou seja, a variação de suas características através do território em questão. (BOHRER & DUTRA IN ALMEIDA E SOARES (ORGS) 2009 p. 115).

O ordenamento territorial constitui a expressão territorial das políticas econômica, social, cultural e ecológica. Nesse sentido, seu entendimento caminha na direção de um “disciplinamento” no uso do território, de modo a compatibilizar, ou, ao menos, diminuir eventuais conflitos existentes nas diversas ações públicas e privadas que alteram dinamicamente os conteúdos físicos, sociais, econômicos e culturais contidos no território. (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, p.63, 2005).

Na Carta Europeia do Ordenamento do Território, a qual foi a base para as construção da Política Nacional de Ordenamento Territorial (1988, p.10) o ordenamento do território deve ser democrático, integrado, funcional e prospectivo:

Democrático: deve ser conduzido de modo a assegurar a participação das populações interessadas e dos seus representantes políticos.

Integrado: deve assegurar a coordenação das diferentes políticas setoriais e a sua integração numa abordagem global;

Funcional: deve ter em conta a existência de especificidades regionais, fundamentadas em valores, cultura e interesses comuns que, por muitas vezes, ultrapassam fronteiras administrativas e territoriais, assim como a organização administrativa dos diferentes países;

Prospectivo: deve analisar e tomar em consideração as tendências e o desenvolvimento a longo prazo dos fenômenos e intervenções econômicas, ecológicas, sociais, culturais e ambientais.

No Brasil, a Política Nacional de Ordenamento Territorial, tem como pressupostos os aspectos inerentes a uma concepção mais abrangente de território – além das fronteiras políticas de intervenção do Estado - iniciada em 2003, essa nova dimensão da Política Nacional de Ordenamento Territorial congrega alguns dos objetivos, considerados por Haesbaert (2006) como essenciais para um ordenamento consistente e, ao mesmo tempo, mais coerente com a realidade social:

- Diminuir as desigualdades socioespaciais e o correspondente grau de exclusão socioeconômica da população, incluindo aí não apenas a melhoria das condições materiais em sentido mais estrito, mas também a acessibilidade às conexões que estimulam hoje a formação de redes ou de articulações extra-locais, única forma de efetuar e de consolidar mudanças estruturais;
- Aumentar o nível de democratização e representatividade dos espaços políticos a partir da descentralização espacial do poder e da tomada de decisões com efetiva participação da população;
- Fomentar o comprometimento público com as iniciativas a serem executadas através não apenas do resgate e fortalecimento de identidades territoriais homogêneas, mas que deem conta, efetivamente, da combinação específica entre múltiplas identidades culturais locais;
- Integrar múltiplas escalas, o que envolve não cair nem no localismo nem no globalismo, fazendo-se necessária uma integração multiescalar e multiterritorial, que configuram um todo complexo, que vai além da setorização em aspectos políticos, econômicos, culturais e naturais.

Diante do que coloca a Carta Europeia do Ordenamento do Território e a Política Nacional de Ordenamento Territorial, o ordenamento do território deve, no entanto, procurar conciliar estes fatores da forma mais harmoniosa possível, pois, ordenamento territorial não é um resultado fixo, estático, e tecnicamente atingível. É um processo permanentemente de aproximação da realidade vivida e das políticas privadas e governamentais, com o desejo constitucional em permanente releitura,

face ao dinamismo das relações sociais entre si e com o território nas suas diferentes escalas.

Almeida (2007) destaca que os instrumentos tradicionais de ordenamento territorial apresentam quatro formatos distintos: os *normativos*, que incluem as legislações de uso e ocupação de solo, a regulamentação de padrões de emissão de poluentes nos seus diversos estados – líquido, sólido e gasoso -, entre outros; os de *fiscalização e controle* das atividades para estejam dentro das normas vigentes; os *preventivos*, caracterizando pela delimitação de espaços territoriais protegidos (parques, reservas, áreas de mananciais, encostas declivosas), pelas avaliações de impacto ambiental, análises de risco e licenciamento ambiental; os *corretivos*, que constituem as intervenções diretas de implantação e manutenção de infraestrutura de saneamento, plantio de árvores, formação de praças, canteiros e jardins, obras de manutenção e coleta de resíduos, microbacias em curva de nível em área de plantio e monitoramento de qualidade de água.

Para Gross (1998), o ordenamento territorial “pode ser entendido como a ação e efeito de colocar as coisas no lugar que consideramos adequado”. Para ele, o conceito implica na busca da disposição correta, equilibrada e harmônica da interação dos componentes do território.

Os atos de ordenar e planejar, segundo Partidário (1999), estão intrínsecos à atividade humana e têm suas histórias interligadas, além de possuírem objetivos comuns: de organização e gestão do espaço territorial. A autora coloca que, enquanto o ordenamento territorial baseia-se em uma visão, um objetivo e um conjunto de ações articuladas no espaço e no tempo, o planejamento baseia-se em uma ação mais sistematizada, ligada à distribuição de classes de uso do solo.

2.4.1 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO UM INSTRUMENTO DO ORDENAMENTO TERRITORIAL

Além da Constituição Federal, a referência jurídica fundamental, que fundamenta os meios de que o Estado dispõe para gerir e ordenar o território, é a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente e prevê o zoneamento ambiental como um de seus instrumentos. Normalmente, o zoneamento é considerado como o instrumento de planejamento

urbano, por excelência, sendo que, em alguns casos, como nos Estados Unidos, transformou-se na própria atividade de planejar, tendo, historicamente, uma raiz funcionalista e de natureza excludente (SOUZA, 2003).

Historicamente, os trabalhos do ZEE no Brasil se iniciaram sob a coordenação da antiga Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE/PR. Em setembro de 1990, o Governo Federal instituiu a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico – CCZEE, cuja incumbência foi orientar a execução do ZEE (Decreto nº 9954C) tendo a SAE/PR como braço operacional. A responsabilidade pelo ZEE, em nível macrorregional e regional, foi atribuída à CCZE, priorizando a Amazônia Legal, onde, em 1991, foi criado o Programa de ZEE para a Amazônia Legal – PZEEAL (ARAÚJO NETO, 2000) (QUADRO 01).

1964	1964 – Lei nº 4. 504, de 30 de novembro – Estatuto da Terra cujo detalhamento ocorreu em 1975, através do decreto 55.891, de 31 de março - Zoneamento Agrícola.
1974	Lei Federal nº 6.151, de 04 de dezembro foi aprovado o Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) – Desenvolvimento Urbano.
1975	Decreto – Lei nº 1413, de 14 de agosto dispõe sobre as áreas críticas de poluição. Indústrias Poluentes.
1981	Política Nacional de Meio Ambiente (lei 6938/81) estabelece o zoneamento ambiental como instrumento de planejamento
1991	Criação do Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico para a Amazônia Legal – PZEEAL
1992	Consolidação da metodologia de Zoneamento do GERCO
1994	Início de Zoneamento na Bacia do Alto Paraguai, Mato Grosso e Rondônia
2001	Editada a Lei nº 10.257, de 10 de julho aprova o Estatuto da Cidade e a Política Urbana. Define instrumentos dentre eles o Zoneamento ambiental.
2002	É editado o decreto 4.297, de 10 julho, que regulamenta o Zoneamento Ambiental previsto na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente com a denominação de Zoneamento Ecológico-Econômico.
2004	É editado o decreto 5.300, de 7 de dezembro que regulamenta a lei 7.661, de 16 de maio de 1988, institui o Plano Nacional do Gerenciamento Costeiro.
2007	Decreto nº 6.288 de 06 de dezembro – Altera o decreto nº 4.297, de 2002.
2010	Decreto nº 7.378, de 1º de dezembro de 2010 - Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - Macro-ZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências.

QUADRO 01 - MARCO HISTÓRICO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO NO BRASIL
 FONTE: LEIS E DECRETO CITADOS, LEVANTAMENTOS DE 2011.

O Zoneamento Ecológico-Econômico se constitui num instrumento de caráter preventivo, que possibilita acompanhar o desenvolvimento econômico e social com vistas ao estabelecimento de um diálogo entre os objetivos de proteção da qualidade do meio ambiente e promoção do uso sustentável dos recursos naturais no atendimento das demandas socioeconômicas da população.

De acordo com o art. 2º, Decreto 4.297/02, o Zoneamento Ecológico-Econômico é um

Instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

Seu foco é, antes de tudo, garantir que a dimensão ambiental seja considerada numa estratégia de ocupação do território. É também uma oportunidade de internalizar os condicionantes ambientais na dinâmica urbana de uma forma antecipatória que não apenas por meio do processo de licenciamento ambiental, que resulta em palco de conflitos, uma vez que terá que deliberar sobre situações de fato, restando apenas o estabelecimento de medidas mitigadoras.

O ZEE tem por premissa organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas. (DECRETO, 4.297/2002 art. 3º)

Para a SAE (1991), o ZEE é um “instrumento para racionalizar a ocupação do território, subsidiado a elaboração de planos regionais voltados ao desenvolvimento sustentável e para fornecer uma base técnica para a definição do ordenamento territorial”.

Milaré In Lima (2006) considera o zoneamento ambiental como instrumento que se insere no contexto do planejamento para ordenamento territorial. Para ele, o ZEE pode ser definido como sendo o resultado de estudos conduzidos para o conhecimento sistematizado de características, fragilidades e potencialidades do meio ambiente, a partir de aspectos ambientais escolhidos em espaço geográfico definido. De modo simplificado, o ZEE pode ser expresso como um processo de

conhecimento do meio ambiente(...) O ZEE não constitui um fim em si mesmo, porém, é um ferramenta imprescindível à elaboração de planos e programas de ordenamento.

O ZEE divide o território em zonas, de acordo com as necessidades de proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável. A instituição de zonas se faz segundo a utilidade e a simplicidade, de modo a facilitar a implementação de seus limites e restrições pelo Poder Público, bem como sua compreensão pelos cidadãos. Para cada zona é apresentado o diagnóstico dos recursos naturais, os socioeconômicos e do marco jurídico-institucional.

Para Schubart (2000 p.14), o Zoneamento é:

o ato ou efeito de dividir um território por zonas, segundo objetivos e critérios predeterminados. O termo 'zoneamento' encerra duas conotações que devem ser reconhecidas e mantidas em separado quando se conceitua o zoneamento ecológico-econômico. Em primeiro lugar, zoneamento é o resultado técnico de uma descrição, análise e classificação em zonas, de um dado território, segundo objetivos pré-determinados. Em segundo lugar, zoneamento é o resultado de um processo político-administrativo, que utiliza o conhecimento técnico, ao lado de outros critérios, para fundamentar a adoção de diretrizes e normas legais, visando atingir objetivos socialmente negociados, que implicam em um conjunto de sanções ou inventivos sociais e regulam o uso de recursos do território.

De acordo com Santos (2004, p.135), o ZEE compreende quatro atividades:

- a) **técnica** – formula um bom banco de dados e informa sobre o território, definindo áreas prioritárias e prognósticos;
- b) **política** – propicia interação entre o governo e sociedade civil para estabelecer áreas prioritárias no planejamento;
- c) **administrativo- legal** – refere-se aos arranjos institucionais;
- d) **mobilização social** – referente à participação pública.

A Secretaria de Assuntos Estratégicos de Presidência – SAE/PR encara o ZEE como um instrumento técnico de informação sobre o território, necessário para planejar a sua ocupação nacional e uso sustentável dos recursos naturais; político de regulação de uso do território, pois permite integrar políticas públicas em uma base georeferenciada de negociação tanto entra as várias esferas de governo, quando deste em relação ao setor privado e a sociedade civil, favorecendo a construção de parcerias e de planejamento e da gestão territorial regional,

estimulando o desenvolvimento sustentável. (BECKER & EGLER, 1997). (FIGURA 01)

COMO SE REALIZA O ZEE

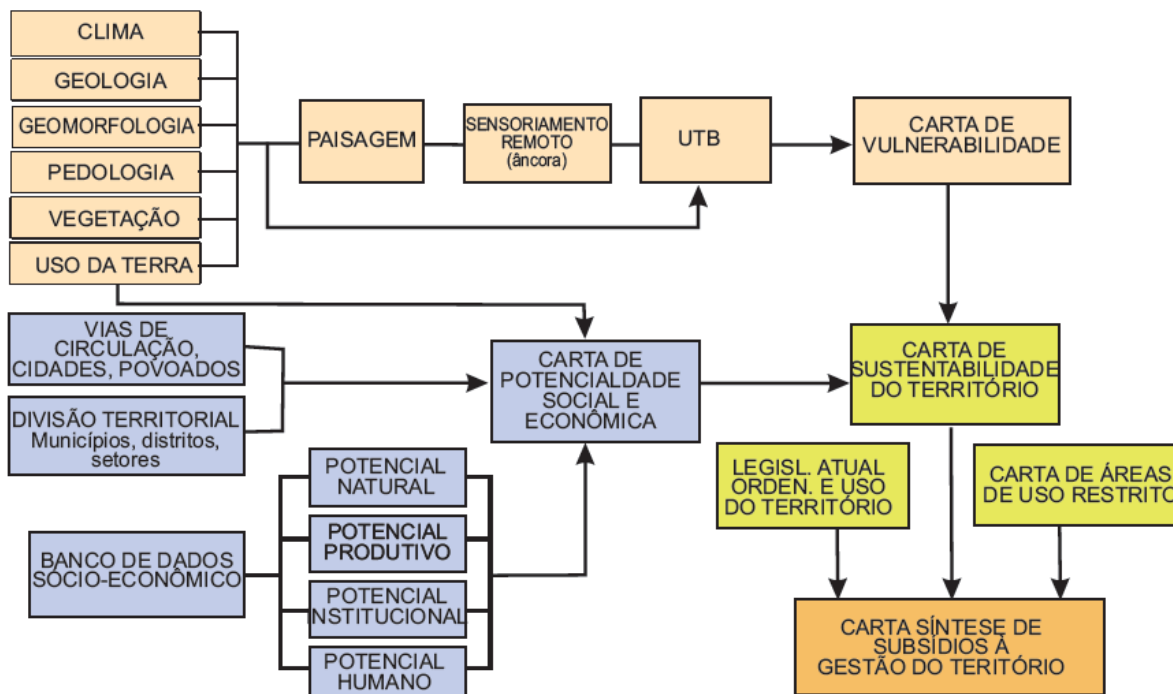


FIGURA 01 – DETALHAMENTO DA METODOLOGIA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO PROPOSTO PELA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS Da PRESIDÊNCIA – SAE/PR.
 FONTE: BECKER & EGLER, 1997.

O zoneamento é um instrumento básico para o desenvolvimento sustentável, na medida em que incorpora a dimensão ambiental e a produtiva, considerando o desenvolvimento humano e da consolidação institucional. Para tanto, a definição das zonas ecológico-econômicas deve ser resultante de uma metodologia integradora, de atualização permanente e em tempo real, o que só é possível hoje com o desenvolvimento de técnicas de coleta, tratamento e análise de informações, dos quais deve-se destacar os Sistemas de Informações Geográficas (SIG), que permitem o estabelecimento de relações espaciais entre informações temáticas georreferenciadas. (BECKER, EGLER, 1997).

Schubart In Lima (2006) coloca que a divisão do território por zonas ecológico-econômicas, com vistas à sua sustentabilidade econômica, social e ecológica, pressupõe uma abrangência espacial mínima, a qual deixa de fazer sentido. No mínimo, deve-se levar em consideração a relação entre a cidade e o

campo, para se elaborar o plano de ordenamento territorial de um município, por exemplo. Em áreas mais restritas, no perímetro urbano, ou no âmbito de uma unidade de conservação, não faz sentido falar de ZEE; outros tipos de zoneamento, como urbano ou industrial, os planos de manejo e outros, têm aqui o seu lugar.

O ZEE, para o município de Bela Vista do Toldo, propiciará produzir um banco de dados atualizado, constituído de componentes cartográficos, descritivo-numéricos e documental-textuais, cujo modelo incorporará três áreas: meio físico-biótico, dinâmica socioeconômica e organização jurídico-institucional.

Essa metodologia constitui a fusão de informações físicas, ecológicas, econômicas e de uso do solo, visando à elaboração de mapa contendo proposta de zoneamento ecológico-econômico.

Vê-se necessária a realização do ZEE em Bela Vista do Toldo, pois o mesmo buscará a manutenção ou a recuperação da qualidade ambiental e do potencial produtivo, considerando ainda que o zoneamento defina as normas e metas ambientais e socioeconômicas rurais, urbanas a serem alcançadas por meio de programas de gestão socioeconômica ambiental.

2.5 PLANEJAMENTO AMBIENTAL

O planejamento ambiental surgiu, nas três últimas décadas, em razão do aumento dramático da competição por terras, água, recursos energéticos e biológicos, que gerou a necessidade de organizar o uso da terra, de compatibilizar esse uso com a proteção de ambientes ameaçados e de melhorar a qualidade de vida das populações. Surgiu também como uma proposta adversa ao desenvolvimento tecnológico, puramente materialista, buscando o desenvolvimento como um estado de bem-estar humano, ao invés de um estado de economia nacional. O planejamento ambiental vem como uma solução a conflitos que possam ocorrer entre as metas da conservação ambiental e do planejamento tecnológico. (SANTOS, 2004)

No Brasil, prenúncios mais concretos de propostas de planejamento ambiental ocorreram nos anos de 1930, quando foram modelados os planejamentos de recursos hídricos e gestão de bacias hidrográficas.

Conforme Bezerra, o planejamento ambiental é definido como:

[...] a ação de sistematizar o conhecimento científico sobre uma determinada região, apontando as inter-relações entre os recursos naturais e os usos possíveis frente a necessidade de manutenção do equilíbrio dos ecossistemas, de forma que viabilize a tomada de decisão sobre o uso do território com vistas ao atendimento das demandas sócio-econômicas e a preservação dos recursos naturais (BEZERRA, 1996, p. 26).

Santos (2004, p. 28), por sua vez, entende que o planejamento ambiental consiste:

Na adequação de ações à potencialidade, vocação local e à sua capacidade de suporte, buscando o desenvolvimento harmônico da região e a manutenção da qualidade do ambiente físico, biológico e social.

O planejamento Ambiental é um instrumento dirigido a planejar e programar o uso do território, as atividades produtivas, o ordenamento dos assentamentos humanos e o desenvolvimento da sociedade, em congruência com a vocação natural da terra, o aproveitamento sustentável dos recursos e a proteção e qualidade do meio ambiente.

Metodologicamente, no princípio, o planejamento ambiental expressava a conjugação entre conceitos e estruturas de planejamento urbano, estudos de impacto ambiental e planos de bacia hidrográfica. Hoje, ele incorpora também a perspectiva de desenvolvimento sustentável, preocupando-se com a manutenção de estoques de recursos naturais, qualidade de vida e uso adequado do solo, além do aspecto da conservação e preservação de sistemas naturais.

Quando se compara o planejamento tradicional, como parte de um estilo de desenvolvimento econômico com o Planejamento Ambiental, como um instrumento para atingir o Desenvolvimento Sustentável, pode-se notar diferenças substanciais no quadro 02.

PLANEJAMENTO TRADICIONAL	PLANEJAMENTO AMBIENTAL
OBJETIVOS	
Privilegiar o crescimento. Produzir para o comércio exterior. Critério de máxima eficiência econômica	Privilegiar a qualidade de vida. Produzir para satisfazer as necessidades básicas da população. Critério de desenvolvimento regional harmônico.
TEMPORALIDADE	
Centrado em curto e médio prazos. Sem integração do trabalho.	Critério de longo prazo busca coerência para ações a curto e médio prazos.
TECNOLOGIA	
Usa tecnologias imitativas	Promove tecnologia ambiental, social e culturalmente adequadas.
CONCEPÇÃO	
Desenvolvimento setorial e parcial. Linear, seleciona uma só ação. Determinista, com a suposição de certeza.	Integral e sistemática. Múltiplas ações procura a combinação e a variedade. Trabalha com a incerteza, a probabilidade e o desconhecimento.
ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA	
Promove formas de organização empresarial mercantil	Critério heterogêneo da organização produtiva.

QUADRO 02 – COMPARAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO TRADICIONAL E O PLANEJAMENTO AMBIENTAL.

FONTE: ADAPTADO DE RODRIGUEZ IN CAVALCANTI, 1997

Para a implementação do Planejamento Ambiental, deve-se cumprir os seguintes princípios, de acordo com Rodriguez (1997):

- **Participativo:** com incorporação dos cidadãos no processo de planejamento;
- **Global:** mediante a coordenação e integração das políticas setoriais;
- **Funcional:** mediante a adaptação das diferentes condições regionais;
- **Prospectivo:** tomando em consideração as tendências e a evolução a longo prazo;

- **Correspondência:** através do ajuste com o estilo de desenvolvimento (a imagem objetiva) que deverá determinar o modelo territorial.

Segundo Santos (2004), o planejamento ambiental é organizado dentro de uma estrutura que envolve pesquisa, análise e síntese. A pesquisa tem o objetivo de reunir e organizar dados para facilitar a sua interpretação. Os dados organizados são avaliados para atingir a compreensão do meio estudado, com seus acertos e conflitos, constituindo a fase de análise. A síntese refere-se à aplicação dos conhecimentos alcançados para tomada de decisões. Para cumprir estas três grandes etapas, de forma geral, o planejamento apresenta-se como um processo, ou seja, é elaborado em fases que evoluem sucessivamente: o resultado de uma é a base ou os princípios para o desenvolvimento da fase seguinte. Na figura 02, é possível compreender esta estrutura apontada por Santos (2004):

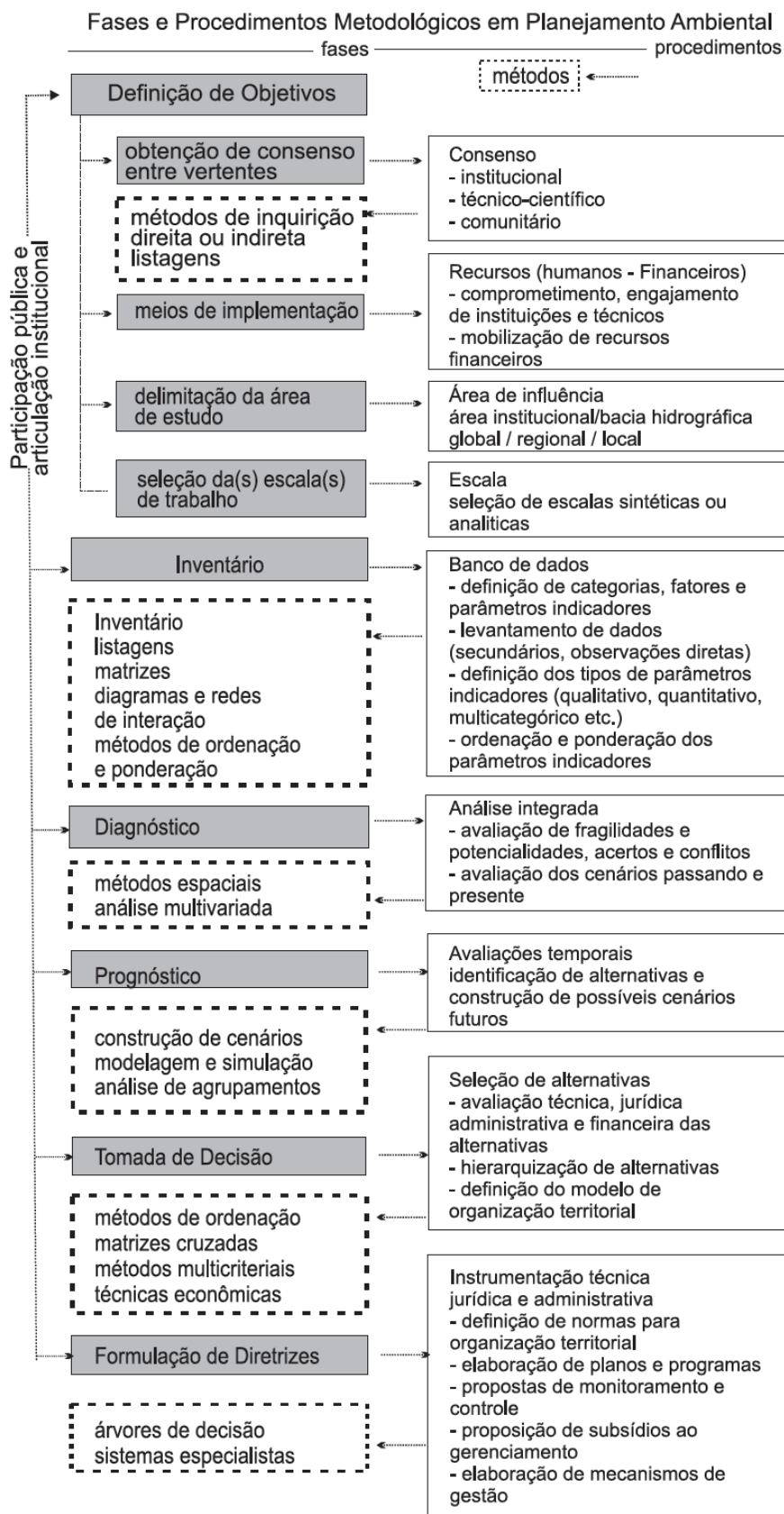


FIGURA 02 – ADAPTADO DE FASES E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS EM PLANEJAMENTO AMBIENTAL.

FONTE: SANTOS, R. F. PLANEJAMENTO AMBIENTAL: TEORIA E PRÁTICA. SÃO PAULO: OFICINA DE TEXTOS, 2004.

Como mostra a figura 02, para cada fase há um conjunto de métodos que pode ser utilizado para obter o produto desejado. A definição de objetivos, por exemplo, só será concreta à medida que se avaliam as propostas para a área-alvo de, pelo menos, três vertentes: de quem contrata o planejamento, do executor do planejamento e dos órgãos e organizações ambientais que têm o poder de interferência na área a ser planejada.

Para alcançar a sustentabilidade, o planejamento ambiental geralmente considera os critérios a longo prazo, mas busca estabelecer também medidas a curto e médio prazo. Este procedimento pretende reorganizar o espaço, paulatinamente, para que não apenas no presente, mas também no futuro, as fontes e meios de recursos sejam usados e manejados de forma a responderem pelas necessidades da sociedade. Tais necessidades conciliam-se na produção e distribuição de alimento, água, matéria-prima, energia e bens de consumo, na construção de moradias e instalações, na disposição e tratamento de resíduos, na criação e manutenção de sistema de circulação e acesso, na criação e manutenção de espaços verdes, na promoção da educação e desenvolvimento cultural. Esta tarefa é bastante complexa e envolve todos os setores da sociedade. (SANTOS, 2004).

2.6 DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL E OS DILEMAS SOCIOAMBIENTAIS E CULTURAI

O desenvolvimento local caracteriza-se por um processo de melhoria das condições culturais, econômicas, educativas e sociais das populações através de iniciativas de base comunitária, de valorização dos recursos humanos e materiais em ligação privilegiada com as populações locais e as instituições do território em zonas rurais ou urbanas.

O desenvolvimento local nasce como uma nova proposta para responder e incentivar o desenvolvimento econômico, com base endógena e políticas que atendam às especificidades de cada local, às necessidades em diversas dimensões, que não só a econômica, mas principalmente diminuir as desigualdades sociais que se arrastam por diversos anos (ZABATA *et al.*, 2001).

Para Rodriguez (1997), desenvolvimento local se refere ao processo em que as localidades, munidas de seus recursos mais variados, criam oportunidades de

promoção de bem-estar coletivo, implementando atividades que, de alguma forma, dinamizem a economia em pequena escala, gerando o desenvolvimento do lugar por meio de estratégias de baixo impacto socioambiental.

O desenvolvimento local opera-se com a participação comunitária. Ele deverá nascer do diagnóstico da realidade social, procurando responder às expectativas e colmatar as necessidades mais prementes dos grupos. Um processo sustentado nos recursos endógenos do território e partilhado pela comunidade. Uma aposta na educação permanente geradora de um desenvolvimento cultural, social e econômico.

Enriquez (1997 p. 16) entende por desenvolvimento local

[...] um complexo processo de acordo entre os agentes, setores e forças que interagem dentro dos limites de um território determinado com o propósito de impulsionar um projeto comum que combine a geração de crescimento econômico, equidade, mudança social e cultural, sustentabilidade ecológica, enfoque de gênero, qualidade e equilíbrio espacial e territorial com o fim de elevar a qualidade de vida e o bem-estar de cada família e cidadão que vivem nesse território ou localidade (ENRIQUEZ, 1997, p. 16).

Gonzáles (1998) destaca que o desenvolvimento local é uma mudança global que põe em movimento a busca de sinergias por parte de agentes locais, para a valorização dos recursos humanos e materiais de certo território, mantendo-se uma negociação e diálogo com os centros de decisão econômicos, sociais e políticos onde se integram e dependem.

O desenvolvimento local assume um alto grau de complexidade, quando se generaliza o espaço onde se pretende atuar. Há que se delimitar a área geográfica de atuação, haja vista que um todo da área de um município, por exemplo, se configura como sendo uma cadeia complexa de relações entre os diversos atores sociais que nela vivem e interagem, de acordo com suas vocações aptidões e oportunidades. São diferentes, portanto, as diversas vertentes que moldam a estrutura social e econômica das áreas urbana e rural.

Há, portanto, que se considerar as diferenças existentes. O que for necessário, bom e oportuno para uma, não terá, necessariamente, a mesma conceituação para a outra. Sob esse prisma, torna-se absolutamente necessário que se pense na formulação de um plano estratégico que leve em conta os aspectos relevantes pra o desenvolvimento local e sustentável dos pequenos municípios.

Para Sachs (1993), uma estratégia de desenvolvimento deveria objetivar o aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, incorporando-se a conservação da biodiversidade aos interesses destas populações, sendo necessário adotar padrões negociados e contratuais de gestão da biodiversidade. Assim, o ecodesenvolvimento requer a harmonização entre objetivos sociais, econômicos e ambientais.

A expressão ecodesenvolvimento, aos poucos foi sendo substituída por desenvolvimento sustentável, embora ainda seja muito utilizada em alguns países europeus, asiáticos e latino-americanos, como informa Sachs (1993). A expressão desenvolvimento sustentável surgiu pela primeira vez em 1980, no documento denominado World Conservation Strategy, produzido pela Uicn World Wildlife Fund (hoje, World Wide Fund for Nature – WWF) por solicitação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - Pnuma. De acordo com esse documento, uma estratégia mundial para a conservação da natureza deve alcançar os seguintes objetivos: (1) manter os processos ecológicos essenciais e os sistemas naturais vitais necessários à sobrevivência e ao desenvolvimento do ser humano; (2) preservar a diversidade genética; e (3) assegurar o aproveitamento sustentável das espécies e dos ecossistemas que constituem a base da vida humana. O objetivo da conservação, segundo esse documento, é o de manter a capacidade do planeta para sustentar o desenvolvimento, e este deve, por sua vez, levar em consideração a capacidade dos ecossistemas e as necessidades das futuras gerações. (BARBIERI, 1997)

A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) 1991 indica que, para haver sustentabilidade, é preciso:

- Todos tenham suas necessidades básicas atendidas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar seu desejo de uma vida melhor;
- Os padrões de consumo sejam mantidos dentro do limite de interferência que o meio natural pode suportar;
- As necessidades humanas sejam atendidas de modo igualitário, assegurando a todos as mesmas oportunidades;
- A evolução demográfica esteja em equilíbrio com o potencial produtivo dos ecossistemas;
- Os sistemas naturais, que sustentam a vida na Terra – atmosfera, águas, solos e seres vivos – não sejam degradados;

- O acesso equitativo aos recursos ameaçados seja garantido, reorientando-se os avanços tecnológicos no sentido de aliviar as pressões de sobre-utilização dos recursos;
- Os recursos renováveis sejam usados dentro do limite que permitam sua regeneração natural;
- Os recursos não-renováveis sejam utilizados de modo racional, com ênfase na reciclagem e no uso eficiente, de modo que não se esgotem antes de haver substitutos adequados;
- Os impactos negativos sobre a qualidade do ar, da água e dos demais elementos naturais sejam minimizados, a fim de manter a integridade global do sistema.

Para a CMMAD, conhecida como Comissão Brundtland, desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades (CMMAD, 1991)

A descrição dos aspectos considerados relevantes, por parte da CMMAD, para atingir a sustentabilidade, remete a algumas reflexões, tais como a sustentabilidade requer estratégias de planejamento de longo prazo, o que vai de encontro com o neoliberalismo atualmente predominante e à crescente desregulamentação da economia, já que, invariavelmente, as estratégias de mercado buscam o maior lucro possível em curto espaço de tempo. Também emerge a difícil tarefa de compatibilizar as políticas de curto prazo, que lidam com problemas emergenciais, com as necessárias políticas públicas de longo prazo, frequentemente colocadas em segundo plano.

Para Afonso (2006), o macro objetivo da sustentabilidade também deve integrar o processo de reformulação das políticas urbanas e regionais através da busca de eficiência energética, do desenvolvimento e uso de tecnologias limpas, da indução de novos hábitos de moradia, transporte e consumo, da diminuição na quantidade de resíduos, da inclusão dos custos ambientais nos projetos de infraestrutura ou da recuperação de áreas degradadas. A autora coloca que são definidas quatro linhas estratégias com vistas a:

- Regular o uso e a ocupação do solo urbano e o ordenamento do território, melhorando as condições de vida da população urbana e

promovendo a equidade, eficiência e qualidade do patrimônio cultural e natural;

- Promover o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão democrática da cidade;
- Promover mudanças nos padrões de produção e consumo, reduzindo custos e desperdícios e fomentando o desenvolvimento de tecnologias urbanas sustentáveis;
- Desenvolver e estimular a aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais, visando à sustentabilidade urbana. (AFONSO, 2006 p.37)

No cerne da discussão da sustentabilidade está o conceito de qualidade de vida, o qual pode ser definido como sendo o grau do prazer, satisfação e realizações alcançadas por um indivíduo no seu processo de vida. É claro que há pré-requisitos para alcançar essas coisas. Há uma hierarquia de necessidades – como comida, vestimenta e abrigo – que os seres humanos devem ter para viver e alcançar alto nível de qualidade de vida.

Os fatores relacionados ao desenvolvimento local e sustentável são fundamentais para que se possa entender o papel de Bela Vista do Toldo na lógica das pequenas cidades e contribuem para os pressupostos que nortearão as diretrizes voltadas com suporte de proposta do ordenamento territorial do município em tela.

2.7 PEQUENAS CIDADES

A origem das cidades está atrelada principalmente ao contexto socioeconômico e político atuante no espaço urbano, assim têm-se cidades de origem religiosa, comercial, industrial, entre outras. Quanto ao tamanho, os parâmetros demográficos, da produção industrial e da receita comercial são utilizados para dimensioná-las em cidades pequenas, médias, grandes e metropolitanas. (CORRÊA, 2003).

A cidade é um território particular de uma combinação de territórios que depende de realidades, mecanismos ou escalas bem diferentes, expressos pelas rupturas relacionadas não apenas a tamanho ou estatuto, como

aquelas existentes entre o público e o que privado, entre o que é urbano e o que é rural, por exemplo. (RONCAYOLO, In SPOSITO 2008 p. 18)

A morfologia e os papéis das pequenas e médias cidades constituem-se como ponto de partida para sua compreensão, e a morfologia é a ciência que estuda o objeto – forma urbana – nas suas características exteriores, físicas e na evolução do tempo, ou seja, diz respeito à análise interna da cidade, de que modo as populações e as profissões se repetem no tecido urbano e como se organiza esse tecido. A morfologia urbana nos permite compreender os processos de transformação de uma cidade, de sua estrutura e de sua paisagem, ou seja, compreender as causas sociais que fomentam as mudanças (ou permanências) do plano, da edificação e da própria imagem urbana (LAMAS, 1992).

De acordo com Castells (1973 apud BEZERRA, 2010), as cidades se formaram e passaram a existir tendo por base a produção e o trabalho na terra. As cidades tornam-se o local de residência dos proprietários rurais que não precisavam mais estar fixados no lugar da produção agrícola.

Elas são os centros religiosos, administrativos e políticos, expressão espacial de uma complexidade social determinada pelo processo de apropriação e de reinvestimento do produto do trabalho. Trata-se de um novo sistema de organização social, mas que não é separado do rural, nem posterior a ele, porque eles são estreitamente ligados no seio do processo de produção de formas sociais, mesmo se, do ponto de vista dessas formas, se esteja em presença de duas situações diferentes. (CASTELLS, 1973 apud BEZERRA 2010 p. 23)”.

A cidade não se resume ao conjunto de edifícios, por onde circulam pessoas e veículos, ao território ocupado, diferentemente, pelos atores sociais e suas atividades econômicas, nem tampouco aos aspectos culturais dos grupos populacionais que vivem na área urbana. A cidade é muito mais que cada um desses aspectos, e vai além da simples combinação ou da articulação entre eles. (SPOSITO, 2008)

A cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a

compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana. (PARK in VELHO (org), 1973 p. 26).

Para Moura (2009), a cidade surge como uma unidade social que desempenha um papel privilegiado nas trocas – materiais ou não – e em todas as atividades de direção, de gestão e no processo de inovação. Lugar onde os vários grupos encontram, entre si, possibilidades múltiplas de coexistência e de intercâmbios, mediante a partilha legítima de um mesmo território.

O perfil urbano de pequenas e médias cidades é um assunto que vem ganhando destaque nas pesquisas brasileiras. A maior parte da produção científica relativa ao urbano é característica da realidade social metropolitana. Nesse sentido, este ensaio discute a maneira como as cidades pequenas e médias se relacionam apresentando a sua interdependência.

As pequenas cidades são um grande desafio para a pesquisa no Brasil, por diversos motivos, e um deles é a ausência, ainda, de uma produção acadêmica mais significativa sobre essa temática, mas há de ser levado em consideração que a urbanização brasileira também é algo novo, se for considerado a sua longa duração. Todavia, nos estudos relacionados com essa temática, os recortes demográficos, para classificar ou definir o que é uma pequena cidade são polêmicos, pois há que se levar em conta que uma pequena cidade não poder ser definida apenas pelo seu número absoluto de habitantes, mas por outros fatores que devem ainda ser elucidados.

A referência mais utilizada para a delimitação do porte das cidades é a população residente, desse modo quanto menor a população, menor será a cidade e o contrário também é verdadeiro. Todavia, a partir da população residente, quando se trata do conjunto das cidades brasileiras, ou em outros termos, do sistema urbano brasileiro, trabalhos como o de Gohn (2007), a título de exemplo, definem pequenas cidades com até 50 mil habitantes.

Corrêa (1999) utiliza as expressões pequenos centros ou pequenos núcleos para cidades com população inferior a 50.000 habitantes.

Para Endlich (2006 p. 52)

Os pequenos centros urbanos não são iguais entre - si, pois possuem conteúdos diferentes que em alguns casos geram relações hierárquicas entre elas. Cidades com atividades comerciais e equipamentos de serviços públicos e privados um pouco mais diversificados funcionam como pólos microrregionais.

A definição apresentada pelo IBGE (2000) oferece apoio, estabelecendo como critério o número populacional, sendo de até 100 mil habitantes, cidades pequenas, de 100 a 500 mil, cidades médias, e mais de 500 mil, grandes cidades. De acordo com os dados obtidos pelo IBGE 2010, verifica-se que é expressivo o número de cidades pequenas conforme gráfico 01:

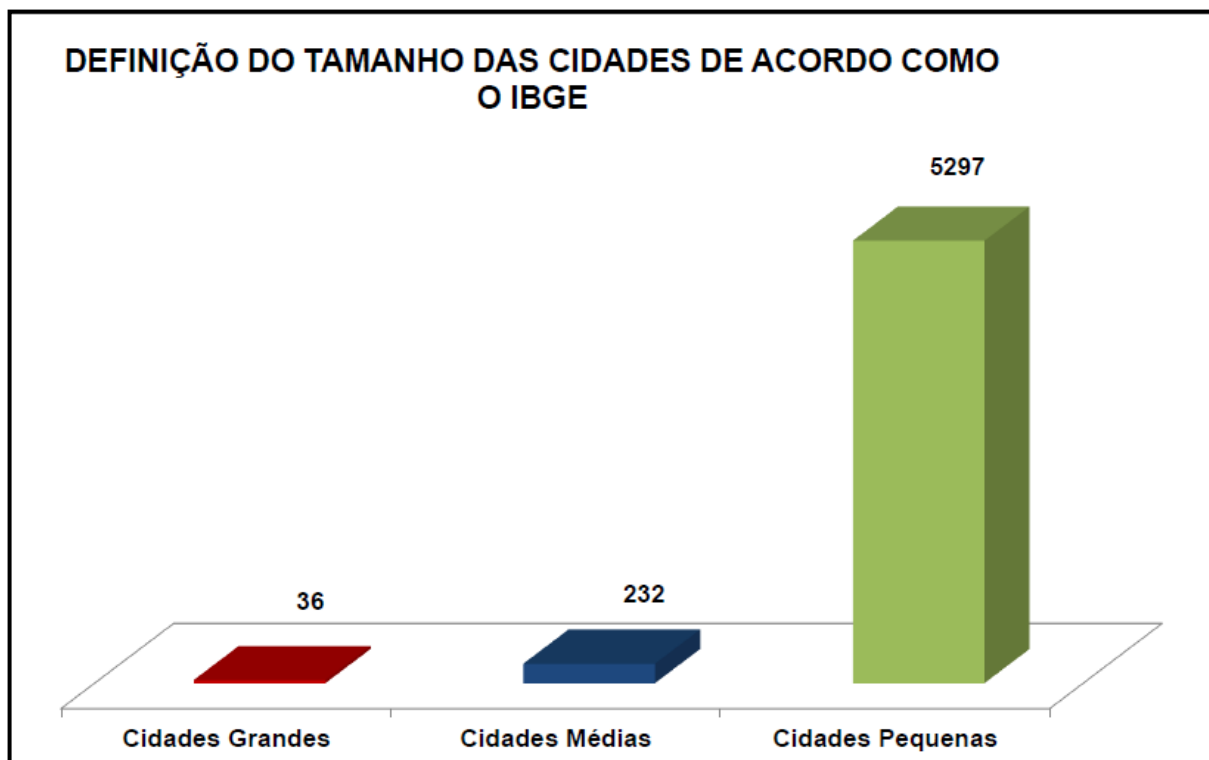


GRÁFICO 01 – DEFINIÇÃO DO TAMANHO DAS CIDADES DE ACORDO COM O IBGE
FONTE: IBGE, 2010. ORG. E MOD., LUDKA, 2010

A importância da pequena cidade, sede de novos municípios, não pode estar associada ao seu tamanho populacional. É importante considerar as funções que as mesmas desempenham dentro do contexto em que se inserem, mesmo que apresentem tamanhos limitados e reduzido grau de polarização passam a exercer certo grau de centralidade, definido pela natureza centrípeta das mesmas, muitas vezes associadas às novas formas de circulação ou a presença de projetos que definem novas frentes de econômicas de ocupação territorial ou de consolidação dessas mesmas frentes cuja dinâmica pode ser de natureza mais agrária, terciária ou secundária. E dada a essa condição, definem-se como pequenos centros de gestão do território de caráter econômico e político, independentemente de suas funções voltadas para uma dinâmica mais urbana ou mais rural. (TRINDADE JÚNIOR, 2009 IN MENDONÇA, SAHR, SILVA p. 646).

As cidades locais, termo utilizado por Milton Santos para designar pequenas cidades é “a aglomeração capaz de responder as necessidades vitais mínimas, reais

ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações” (SANTOS, 2008, p.88).

Ainda para Santos (2008, p. 88)

Para que exista uma cidade, deve haver necessidades que exijam ser satisfeitas regularmente – necessidades quase sempre impostas de fora da comunidade -, mas é necessário, por outro lado, que exista criação de atividades regulares especialmente destinadas a responder a essas necessidades.

Milton Santos (2008) ajuda a compreender também os papéis das pequenas cidades, nesse momento, pois estas não têm condições de suprir todos os bens e serviços, ou vendem muito caro, ou acabam por perder boa parte de seus habitantes”

Como aponta Souza, (2003) toda cidade é, do ponto de vista geoeconômico, isto é, das atividades econômicas vistas a partir de uma perspectiva espacial, uma localidade, de maior ou menor nível de acordo com os bens e serviços que ela oferta e a faz atrair consumidores. Quanto à definição do que é pequena, média ou grande cidade, cada país apresenta sua interpretação ou interpretações.

A grande quantidade de cidades pequenas e médias no Brasil carece de planejamento, visando à qualidade de vida da população local e não somente ao crescimento econômico que beneficia grupos já privilegiados, ampliando as desigualdades sociais, de maneira que tais urbes passam cada vez mais a apresentar problemas semelhantes aos centros maiores no que tange a emprego, educação, habitação, meio ambiente entre outros. Vê-se também a necessidade de investimentos do poder local em recursos públicos, na maioria das vezes escassos, ter como estratégia promover bons serviços públicos, melhorando os setores de educação, saúde, lazer que privilegiem todos os residentes, o que poderá representar novas possibilidades para as pequenas e médias cidades.

Bela Vista do Toldo possui hoje 6.004 habitantes, e a cidade se inclui na classificação apontada pelo IBGE como pequena cidade, ou como coloca Santos (2008) uma cidade local. Para Simas, Ludka e Fraga (2011), as cidades locais são aquelas com mais de 5.000 e menos de 25.000 e correspondem a mais da metade dos municípios brasileiros. Estas cidades possuem uma importante relação com o meio rural, o que é o caso de Bela Vista do Toldo.

3 MATERIAIS, MÉTODOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 MATERIAIS

Para a consecução dos objetivos da presente pesquisa, foi realizado trabalho de campos nos anos de 2010 e 2011, e consultas a fontes bibliográficas e documentais referente ao assunto em discussão. A pesquisa documental foi realizada, fazendo-se uso da imprensa escrita – revista, livros, artigos e com o seguinte material cartográfico:

- Mapa Municipal Estatístico de Bela Vista do Toldo – SC, IBGE, 2010 – escala 1:100.00;
- Mapa de Solos do Estado de Santa Catarina – EMBRAPA SOLOS, 2004 - Escala 1: 250.000;
- Carta Geológica do Brasil ao Milionésimo, Folha Curitiba SG22, CPRM (Serviço Geológico do Brasil, 2004 – escala 1: 1.000.000.
- Base Altimétrica: Carta de Irineópolis, Canoinhas, Lebon Regis e Santa Cecília Mapoteca Topográfica Digital de Santa Catarina Epagri/IBGE, 2004 – escala 1: 100.000
- Base hidrográfica: Carta de Irineópolis, Canoinhas, Lebon Regis e Santa Cecília - Mapoteca Topográfica Digital de Santa Catarina Epagri/IBGE, 2004 – escala 1: 100.000
- Quanto aos softwares e equipamentos utilizados foram: IDRISI 32 v22 e *Andes*; ArcView 9.1. Disponibilizados LAPIGEO (Laboratório de Processamento Digital de Imagens e Geoprocessamento), do Departamento de Geografia - UFPR.

3.1.1 Localização da Área de Pesquisa

O município de Bela Vista do Toldo situa-se no Planalto Norte Catarinense, a latitude de seu ponto central é de 26°16' S e longitude 50°27'O. A sua área é de 527,82 km² e sua altitude de 752 metros. A população, em 2010, é de 6004 habitantes (IBGE). Seu IDH é médio (0,702), segundo o PNUD (2000). Originalmente o município era habitado pelos índios caingangue. Antes da Guerra

do Contestado,¹ a região onde hoje fica Bela Vista do Toldo era passagem de tropeiros, que transportavam gado, couro e charque do Rio Grande do Sul para Minas Gerais e São Paulo. Ali eles paravam para descansar e, por volta de 1880, surgiram pequenos povoados na região do Planalto Norte. (FIGURA 03)

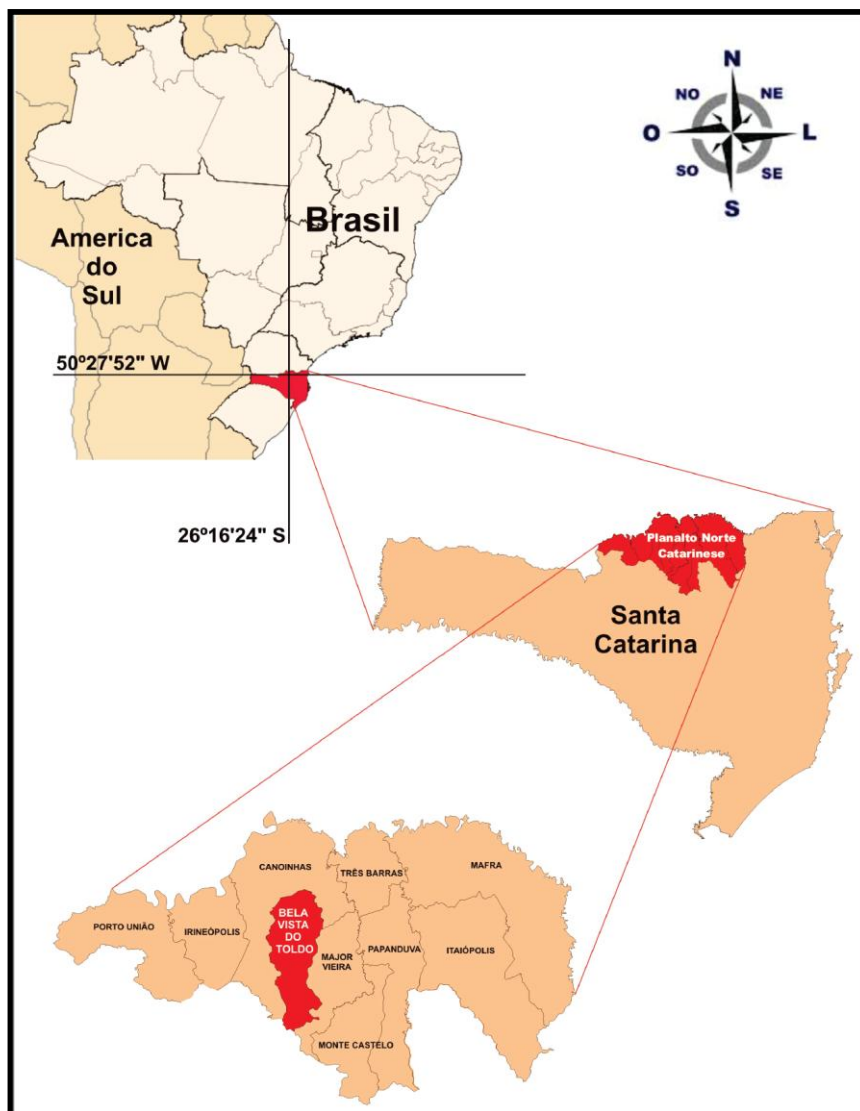


FIGURA 03 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Fonte: SANTA CATARINA (2010) disponível em

<http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/geografia/paginas/mapas.htm> adaptado pela autora 2011.

¹ A Guerra do Contestado em si foi definidora dos territórios atuais de Santa Catarina e do Paraná, além de constituir aquelas denominadas Região do Contestado Catarinense e Sul Paranaense, onde, conforme Eduardo Galeano (1986), verificou-se uma das maiores guerras civis do continente americano, pois o genocídio de milhares de camponeses pobres foi sua principal marca. A Guerra do Contestado é um episódio complexo, pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural, sejam de ordem religiosa. A Guerra do Contestado teve início em 1912 e terminou em 1916, por meio de um acordo político, FRAGA (2009, p. 17).

Bela Vista do Toldo integrava o território do município de Canoinhas. Em 1911, Canoinhas torna-se município desmembrando-se de Curitiba. Em 19 de novembro de 1958, Generoso de Almeida Prohmann, no uso de suas atribuições como Presidente da Câmara Municipal de Canoinhas decretou a criação do Distrito de Bela Vista do Toldo. O mesmo terá como sede o povoado de Bela Vista do Toldo e, em consequência disso, fica elevado à categoria de vila².

No dia 16 de abril de 1994, o então Governador Antônio Carlos Konder Reis decretou a Lei Nº 9.536, que sancionou a criação do município de Bela Vista do Toldo que terá como sede a Vila do antigo Distrito, elevada assim à categoria de cidade³.

A população de Bela Vista do Toldo apresentou um aumento de 10,9% desde o último censo demográfico realizado em 2000. De acordo com as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2010, a população da cidade é composta de 6.004 habitantes, o equivalente a 0,1% da população do estado. Bela Vista do Toldo é a 176ª cidade no ranking populacional catarinense. O Gráfico 02 demonstra a evolução populacional do município nos últimos anos.

² Não nos esqueçamos de que a palavra “ville, para designar aquilo que chamamos de cidade, é muito tardia. Até os séculos XI e XII, escreve-se quase que estritamente em latim e, para designar uma cidade, usa-se “civitas”, “cite”. Ou *urbs*, a rigor, mas basicamente *civitas*. E, quando as línguas vernáculas aparecem, o termo “cité” vai permanecer por muito tempo. “Ville” tornará o sentido urbano apenas tardiamente, antigamente a palavra designava de fato um estabelecimento rural importante. Uma “villa” é o centro de um grande domínio. Enfim, a villa é um domínio com um prédio principal que pertence ao senhor; em consequência, é um centro de poder, não apenas de poder econômico, mas também de poder em geral sobre todas as pessoas, os camponeses e os artesões que vivem nas terras ao redor. Desse modo, quando se passa a dizer em francês “la ville” (o italiano conservar[a o termo *città*]), marcar-se-à bem a passagem do poder do campo para a cidade. O termo “villa”, esse se aplicará à aldeia nascente a partir dos séculos IX e X. (LE GOFF, J. **Por amor as cidades**. São Paulo: Unesp, 1998 p. 12)

³ Para Veiga (2003, p. 55) Toda sede de município é cidade, sejam quais forem suas características demográficas e funcionais.

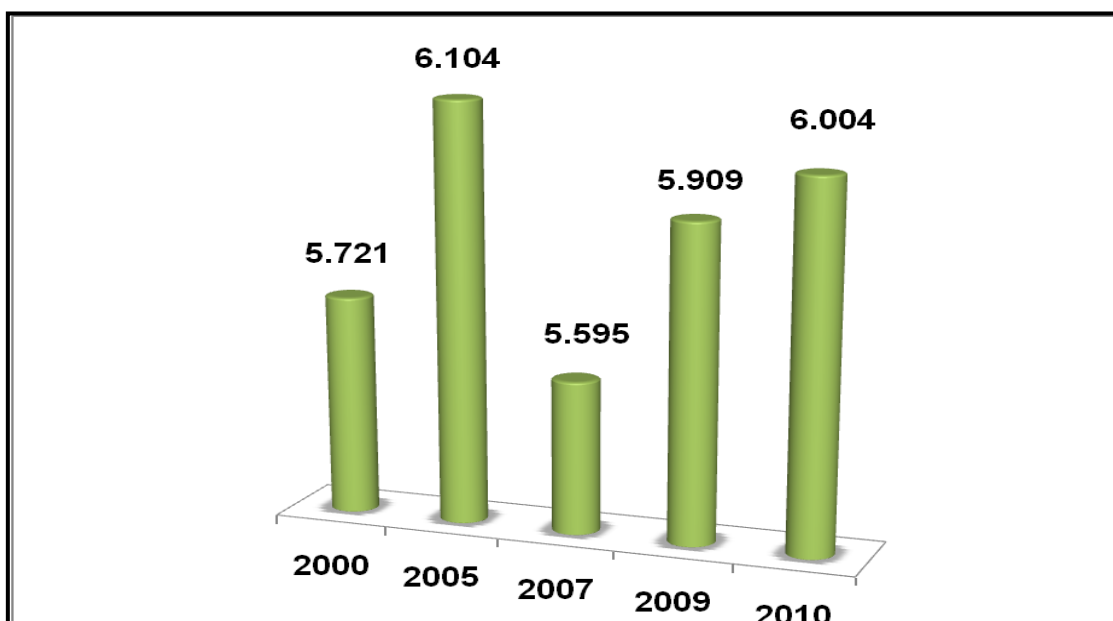


GRÁFICO 02 – POPULAÇÃO TOTAL DE BELA VISTA DO TOLDO, SC NO PERÍODO DE 2000/2010
 FONTE: IBGE (2000, 2005, 2007 E 2010); SEBRAE (2010).

A distribuição populacional por gênero, segundo dados do IBGE extraídos do Contagem Populacional 2000, 2007 e 2010, aponta que, no município, os homens representam 51,7% da população e as mulheres, 48,3%. O Quadro 03 e o Gráfico 03 apresentam dados populacionais segundo o sexo e a situação do domicílio no município.

ANO	TOTAL	SEXO		LOCALIDADE	
		HOMENS	MULHERES	URBANA	RURAL
2000	5.721	2.961	2.760	570	5.151
2007	5.905	3.085	2.820	645	5.260
2010	6.004	3.104	2.900	847	5.157

QUADRO 03 – DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL POR GÊNERO
 FONTE: (IBGE: 2000, 2007 E 2010)

O gráfico 03 demonstra que o município possui um número maior de homens (51%) em relação a mulheres (49%). A população se concentra, em maior parte, na zona rural, atingindo a marca de 86%, o que justifica também a economia do município ser basicamente movida pela agricultura.

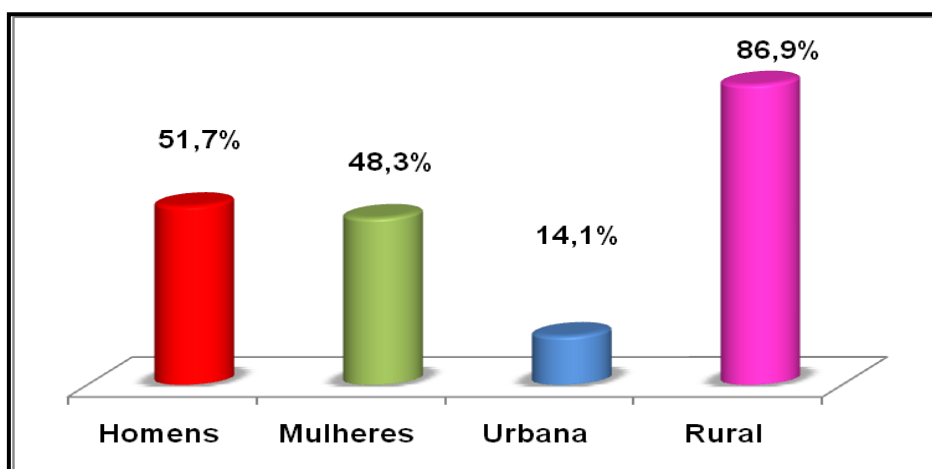


GRÁFICO 03 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR SEXO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO EM BELA VISTA DO TOLDO, SC EM 2010.
 FONTE: DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DO IBGE, 2010

No gráfico 04, pode-se verificar a porcentagem de habitantes por comunidades:

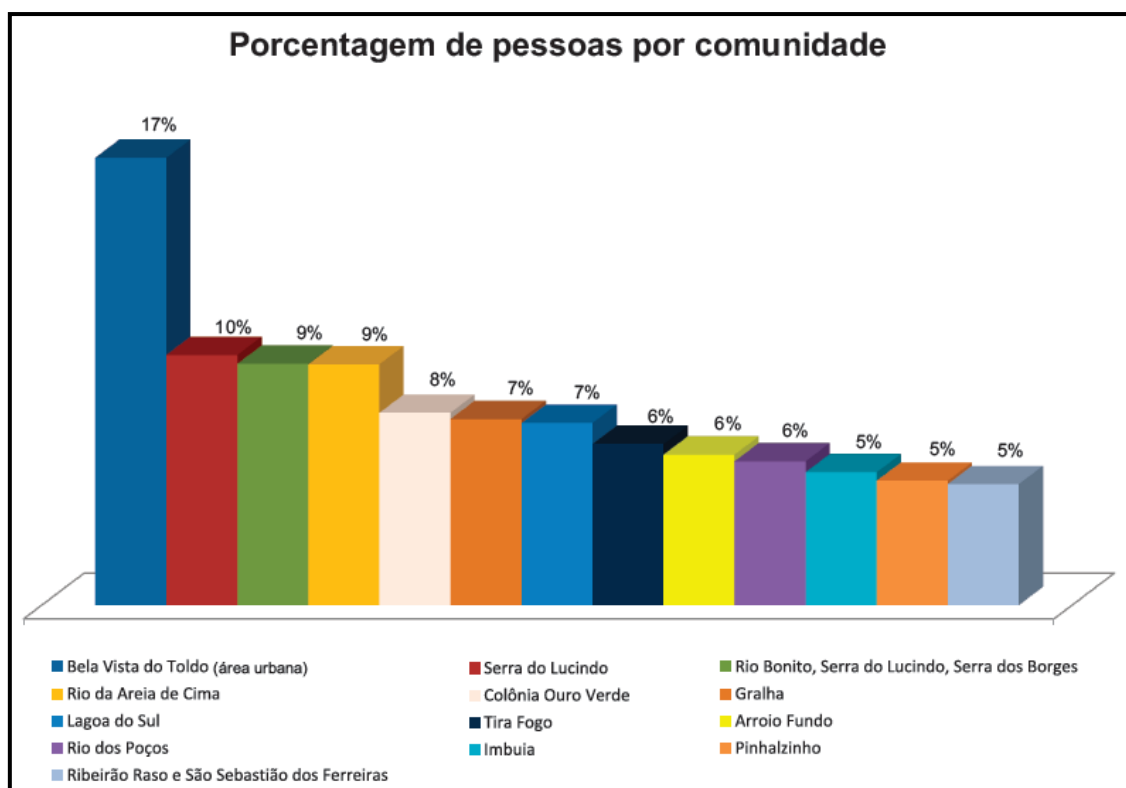


Gráfico 04 – PORCENTAGEM DE PESSOAS POR COMUNIDADE EM BELA VISTA DO TOLDO, SC EM 2011.
 FONTE: SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, 2011.

A estrutura etária de uma população habitualmente é dividida em três faixas: os jovens, que compreendem do nascimento até 19 anos; os adultos, dos 20 anos até 59 anos; e os idosos, dos 60 anos em diante. Segundo esta organização, no município, em 2010, os jovens representavam 57,88% da população, os adultos 55,26% e os idosos, 9,61% (GRÁFICO 05).

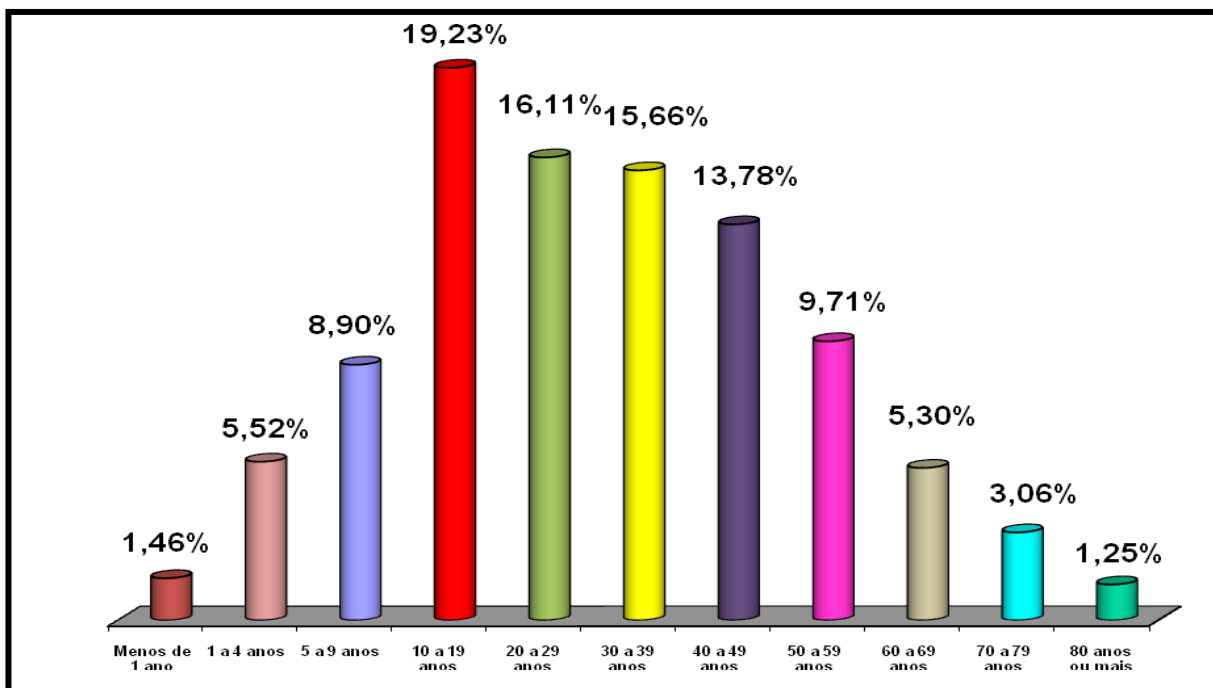


GRÁFICO 05 – ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, SC
 FONTE: DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DO IBGE, 2010

Ainda relacionado à faixa etária da população, compete mencionar a questão da população economicamente ativa (PEA), que se caracteriza por abranger todos os indivíduos de um lugar que, em tese, estariam aptos ao trabalho, ou seja, todos os indivíduos ocupados e desempregados.

No Brasil, o IBGE calcula a PEA como conjunto de pessoas que estão trabalhando ou procurando emprego. Apesar do trabalho de criança ser proibido no Brasil, o IBGE calcula a PEA considerando pessoas a partir de 10 anos de idade, um vez que a realidade no país mostra uma situação diferente do que prega a lei. Tomando por base a metodologia do IBE, a PEA de Bela Vista do Toldo, no ano de 2010, representava 81,1% dos habitantes.

De acordo com um levantamento realizado pelo SEBRAE, em 2010, o município de Bela Vista do Toldo possuiu, no ano de 2006 um PIB (Produto Interno Bruto) de aproximadamente R\$ 93 milhões e um PIB per capita aproximado de 9 mil.

Na avaliação dos setores produtivos de Bela Vista do Toldo, a agropecuária contribuiu com 59.8%, a indústria com 5.4% e os serviços com 34.8% do PIB municipal. (SEBRAE, 2010).

A economia de Bela Vista do Toldo é basicamente voltada para o primeiro setor, destacandose a agricultura, o extrativismo e a pecuária.

As atividades do setor agrário belavistense são caracterizadas pelo predomínio da pequena propriedade rural e a adoção de mão-de-obra familiar. Destaca-se a prática do plantio de fumo, onde os pequenos produtores são vinculados a empresas fumageiras, que se responsabilizam pela compra total da safra e pelo fornecimento de implementos agrícolas e assistência técnica aos agricultores.

Segundo AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil) 2005, a região Sul produz 95% de todo o fumo do país, e o estado de Santa Catarina aparece em segundo lugar, com cerca de 35% do total produzido na região, atrás apenas do Rio Grande do Sul. Isso significa que o estado produz, praticamente, um terço de todo o fumo do país.

O fumo também é uma alternativa tanto para pequenas propriedades como para as de médio porte. No entanto, não é destinada a grandes áreas devido a sua necessidade de mão-de-obra intensiva. Por outro lado, é uma opção bastante atraente para propriedades com relevo acidentado, onde a mecanização não é possível, como seria necessário se o agricultor optasse por plantar soja, por exemplo. Contudo, o rendimento que o fumo proporciona é superior aos das demais culturas, em valores absolutos. (FIGURA 04)



FIGURAS 04 : LAVOURA DE FUMO EM BELA VISTA DO TOLDO
FONTE: ACERVO DA AUTORA, 2012

O fumo é considerado uma cultura temporária, pois seu ciclo é inferior a um ano, e sua colheita acontece nos meses quentes, de novembro a janeiro, sendo que o pico de produção nas empresas fumageiras ocorre de janeiro a setembro. Após fevereiro, as áreas são reaproveitadas para o plantio de milho e/ou feijão, inclusive os orientadores estimulam os agricultores a manterem esta prática. Este novo plantio aproveita os fertilizantes e corretores de solo utilizados na cultura anterior. Por outro lado, alguns municípios em Santa Catarina estão conseguindo realizar safrinhas de fumo durante todo o ano, com novas técnicas de plantio e em decorrência do clima ameno das regiões mais próximas ao litoral.

Conforme Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais - DESER (2010), as principais vantagens que a cultura do fumo apresenta são, na visão dos agricultores: que a cultura ocupa uma pequena parte da terra, gera a maior renda dentre as demais culturas, a comercialização do produto é garantida, existe o seguro contra granizo, e o crédito é facilitado pela empresa fumageira aos seus integrados.

O mesmo grupo também identifica alguns dos principais problemas da cultura: absorve muita mão-de-obra; a classificação do produto pelas empresas apresenta uma exigência muito alta; a grande quantidade de classes é considerada excessiva; o sistema de integração provoca falta de liberdade de produção e comercialização; a assistência técnica das empresas é considerada insuficiente; há

carência de lenha em algumas propriedades para a cura do fumo e a Previdência Social não reconhece as intoxicações por agrotóxicos como doença de trabalho.

Bela Vista do Toldo conta com 975 produtores de fumo com uma área de 2300 hectares de área plantada, e produz em torno de 4.830 toneladas (IBGE, 2010).

No Extrativismo, destaca-se a erva-mate, árvore da família das aquifoliáceas. A colheita a erva mate ocorre nos meses de junho a setembro e a mesma é colhida de cada 2 a 4 anos. Na pecuária, destacam-se o gado de corte, gado leiteiro, suinocultura e avicultura.

3.1.2 Aspectos físicos

O Planalto de Canoinhas é composto de rochas cristalinas seguidas de rochas sedimentares na maior parte, terminando em área elevada coberta por basalto.

De acordo com a Carta Geológica do Brasil ao Milionésimo - Folha SG22 Curitiba (CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2003), o município de Bela Vista do Toldo localizado no Planalto de Canoinhas, possui cinco formações geológicas sendo a Formação Serra Geral, Formação Rio do Rastro e Formação Teresina, Formação Botucatu e Depósitos Aluvionares (FIGURA 05).

a) Os Depósitos aluvionares são compostos de: areia, areia quartzosa, cascalheira, silte, argila e, localmente, turfa.

b) Do Grupo São Bento a Formação Serra Geral: basalto e basalto andesito toleítico, riolito e riodacito, intercala camadas de arenito, litarenito e arenito vulcânico.

c) Formação Botucatu: arenito fino a grosso de coloração avermelhada, grãos bem arredondados e com alta esfericidade, dispostos em sets/ou cosets de estratificações cruzadas de grande porte; ambiente continental desértico de dunas eólicas.

d) Formação Rio do Rastro do Grupo Passa Dois: pelito e arenito com dominância de camadas tabulares ou com lenticularidade muito estendida, silte verde ou avermelhado, tabular, arenito fino, arroxeadado, róseo a esbranquiçado, tabular ou lenticular, ambiente transicional, deltaico, lacustre, eólico e raros depósitos fluviais.

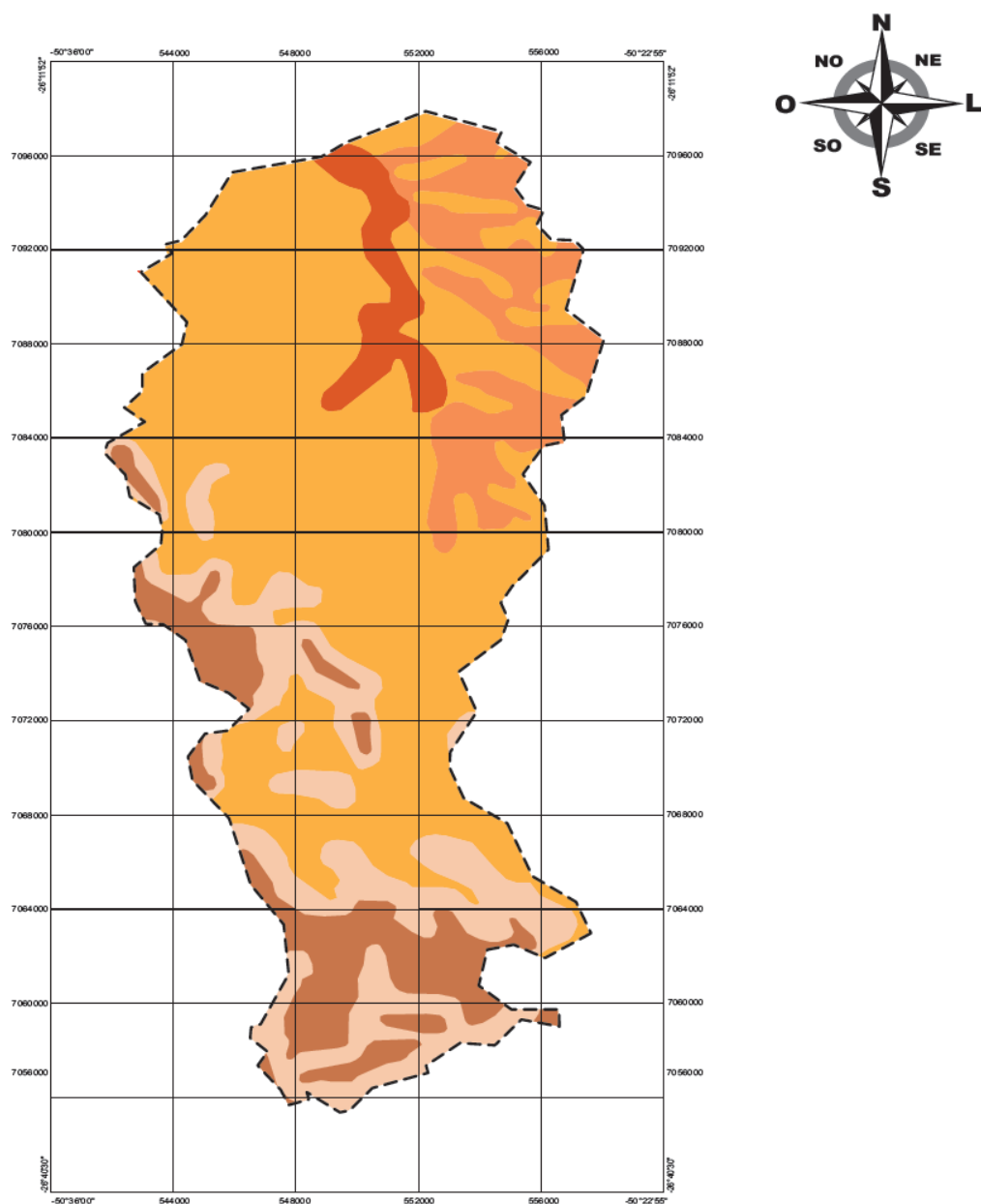
e) Formação Teresina do Grupo Passa Dois: argilito, siltito e arenito muito fino, cinza escuro a esverdeado, geometria tabular ou lenticular alongada, lente e concreções de calcário: ambiente marinho com tempestades a transicional (marés).

No Planalto de Canoinhas, com suas formas tabulares de relevo, é possível encontrar formações cristalinas, arredondadas, que se mesclam com formações sedimentares tabularizadas.

No Planalto de Canoinhas, os níveis gerais altimétricos oscilam entre 800 e 1000 metros, com vales de paredes abruptas devido à erosão vertical que os rios efetuam nas camadas sedimentares que se dispõem em planos quase horizontais. A inclinação é suave, em direção ao interior. As formas superficiais são tabulares, mas bastante seccionadas pelos rios tributários do Iguaçu, em geral subsequentes, e tributários do Itajaí do Norte, alguns obsequentes e outros subsequentes (LAGO, 1968 p. 33). (FIGURA 06)

As rochas eruptivas que predominam na zona do Planalto de Canoinhas são as basálticas e diabásicas e, eventualmente, outras, como resultados de derrames locais, aparecem com maior complexidade e mais mineralizadas. Os derrames foram vários e a rocha basáltica designa uma generalidade. Suas diferenças são muito importantes na configuração do modelado, principalmente devido às diferenças do diaclasamento que pode ser horizontal e vertical.

MAPA GEOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO - SC



LEGENDA

- Depósitos Aluvionários
- Formação Serra Geral
- Formação Botucatu
- Formação Rio do Rastro
- Formação Teresina

SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM SAD 69
Escala: 1: 300.000

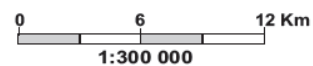


FIGURA 05 – MAPA GEOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, SC
FONTE: CARTA GEOLÓGICA DO BRASIL AO MILIONÉSIMO - FOLHA SG22 CURITIBA (CPRM – SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL, 2003) ADAPTADO PELA AUTORA.

MAPA DAS CURVAS DE NÍVEL DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO - SC

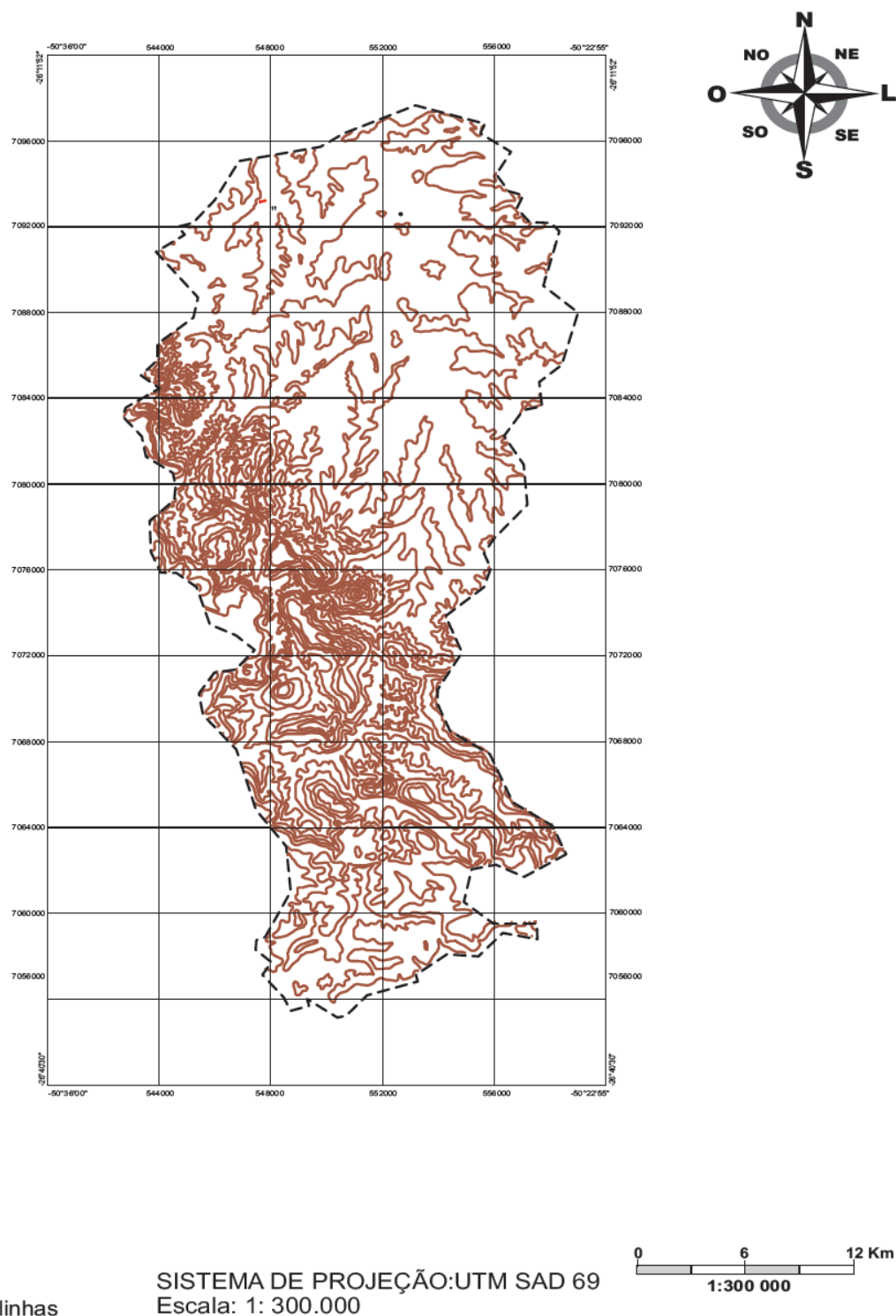


FIGURA 06 – MAPA DAS CURVAS DE NÍVEL DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, SC
 FONTE: BASE ALTIMÉTRICA: CARTA DE IRINEÓPOLIS, CANOINHAS, LEBON REGIS E SANTA
 CECÍLIA MAPOTECA TOPOGRÁFICA DIGITAL DE SANTA CATARINA EPAGRI/IBGE, 2004 – SEM
 COTAS ALTIMÉTRICAS - ESCALA 1: 100.000. ADAPTADO PELA AUTORA, 2011.

3.1.2.1 Clima

De acordo com a classificação de F. Köppen, assinalam-se para o Estado de Santa Catarina dois subtipos, derivados de um grupo mais geral, expresso pelo símbolo “C” indicativo de clima mesotérmico úmido, sem estação seca. Os subtipos são: Clima Cfa (verão quente) e Clima Cfb (Verão brando). (LAGO, 1968)

A característica do município de Bela Vista do Toldo, segundo Köppen, classifica-se como mesotérmico úmido (Cfb), com chuvas bem distribuídas, verões brandos e invernos rigorosos. O subtipo Cfb corresponde, pois, a área mais elevada do Estado, compreendida pelas Zonas de Campos (Lajes, Planalto de Canoinhas e áreas de cursos tributários do Uruguai).

Na região do Planalto Norte ou de Canoinhas, como também é conhecido, onde localiza-se o município de Bela Vista do Toldo, os invernos são mais rigorosos do que no litoral. As temperaturas eventualmente são inferiores a 0°C e as geadas são mais frequentes. Nas maiores altitudes ao sul, com condição atmosférica propícia, ocasionalmente ocorrem precipitações de neve, pois o relevo atua como fator amenizador da temperatura, reduzindo não somente valores nos meses de verão como condiciona temperaturas que atingem valores abaixo de zero grau, nos meses de inverno (LAGO, 1968).

3.1.2.2 Solos

De acordo com o Mapa de Solos do Estado de Santa Catarina (Embrapa Solos, 1998) na classificação dos solos no município de Bela Vista do Toldo, confirma-se a presença dos solos Latossolos, Cambissolos, Litossolos (neossolos) e Gleissolos (FIGURA 07).

Os Latossolos: são solos predominantes no Brasil e, em geral, apresentam relevo suave, grande profundidade, alta permeabilidade e baixa capacidade de troca catiônica – que é muito importante para a retenção de nutrientes e de água e para o poder tampão do solo. Ocorre a predominância de óxidos de ferro, de alumínio e caulinita, que é uma argila de baixa atividade, sendo predominante na fração argila dos latossolos. Esta combinação química, juntamente com matéria orgânica e alta permeabilidade e aeração, confere ao latossolo uma estrutura fina, muito estável, que facilita o cultivo (PERON; MAAR; NETTO, 2009)

Os Cambissolos: são solos pouco desenvolvidos em relação ao Latossolos Podzólicos. Apresentam horizonte B em formação. São rasos e de elevada erodibilidade, podendo, em curto espaço de tempo, ocorrer exposição de subsolo. A fertilidade do horizonte A está condicionada ao tipo de rocha formadora inicial. Por serem muito susceptíveis à erosão, normalmente não permitem um uso intensivo, podendo, em condições naturais, ser observada a ocorrência de erosão laminar moderada, ou severa, bem como de sulcos e voçorocas. (PERON; MAAR; NETTO, 2009)

Os Litossolos (neossolos): esta classe é constituída por solos pouco desenvolvidos, muito rasos, com horizonte A assentado diretamente sobre a rocha. Situam-se na área de montanhosas. Os locais onde ocorre esse tipo de solo são, normalmente, destinados às áreas de preservação permanente. (PERON; MAAR; NETTO, 2009)

Os Gleissolos formam-se sob a forte ação do lençol freático elevado, em condições de encharcamento prolongado nas várzeas. Quando existe acúmulo de sais na superfície, formam-se os Gleissolos sálicos, que depois de intensa lixiviação de sais dos Gleissolos sálicos originam os Planossolos Nátricos.

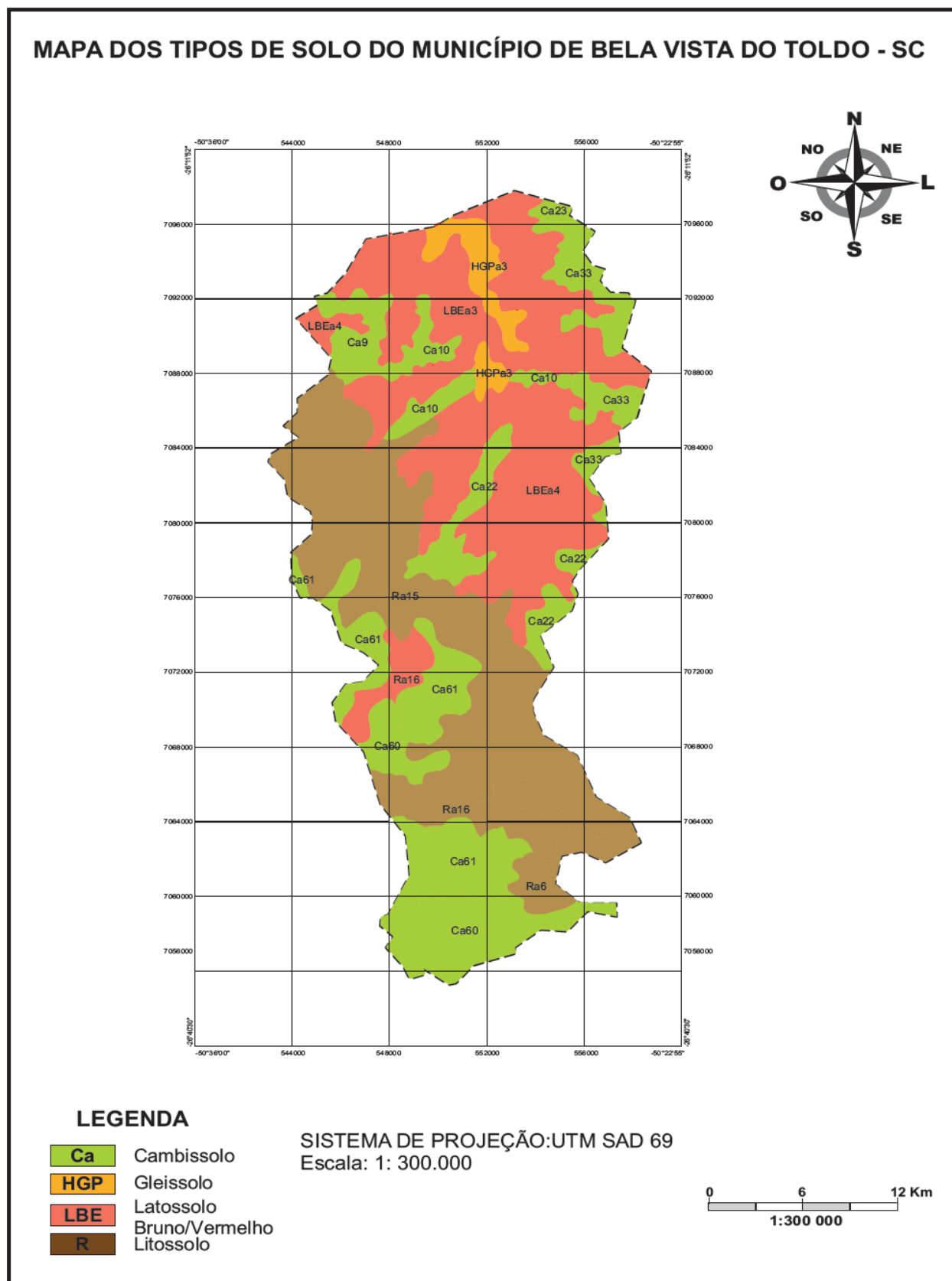


FIGURA 07 – MAPA DOS TIPOS DE SOLO DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, SC.
Fonte: Mapa de Solos do Estado de Santa Catarina – EMBRAPA SOLOS, 2004 - Escala 1: 250.000;
Adaptado pela autora, 2011. .

3.1.2.3 Vegetação

A cobertura vegetal original que dominava o território do município era o da Floresta de Araucárias também conhecida como Floresta Ombrófila Mista, Mata de Araucária, Floresta Aciculifoliada Subtropical (FIGURA 08). Nesta formação se sobressai a presença da Araucária Angustifolia – com mais de 40% dos indivíduos arbóreos -, além da imbuia, canela, cedro, erva-mate e xaxim. Embora sugiram a individualização da espécie Araucária Angustifolia – as designações sub-entendem botânica heterogênea. Sob aspecto fisionômico, distinguem-se dois tipos dessa formação.

Um, de maior valor econômico, devido à densidade de pinheiros, é caracterizado pela dominância quase exclusiva do nível superior pela espécie que lhe dá o nome, situado entre 25 e 30 metros. No andar inferior, arbóreo, concentram-se outras espécies, árvores e arbustos. Latifoliados de coloração perenemente verde, situado entre 12 a 15 metros de altura. A erva-mate e a imbuia são componentes dessa formação, e ambas de grande valor econômico, respectivamente como bebida infusória e como madeira para mobiliário e construção.

O outro tipo correspondente à mata mista (de araucária e árvores latifoliadas que disputam o andar superior) onde coníferas se tornam mais rarefeitas. Ocupando a sinúcia superior da floresta são comuns, além do pinheiro, a palmeira jerivá (*arecastrum romaanzoffaianum*) e o cedro (*cedrela fissilis*).

Nestes, a ocorrência está relacionada aos limites do clima subtropical, verões amenizados (Cfb, de Koeppen), com exceção de algumas áreas mais orientais.

A quantidade estimada de pinheirais (1955) seria de 27 milhões de indivíduos com diâmetros superior a 40 cm; enquanto, na mesma época, o Paraná deveria possuir 128 milhões e o Rio Grande do Sul apenas 6 milhões. Em virtude da continuidade da exploração, nos dias atuais, aqueles números apenas serão dados históricos, pois não ocorre na escala da devastação compensação do replantio.

Há também que se considerar que, em mais de um século de efetiva ocupação, o município de Bela Vista do Toldo e a região passaram por profundo processo de devastação da vegetação original, seja pelo capital estrangeiro dominado pela Cia. Lumber, na primeira metade do século XX, ou pelas companhias de capital nacional, de 1950 até a instalação de outra empresa madeireira

estrangeira, a Rigesa, nos anos de 1970. Hoje, Bela Vista do Toldo e a região possuem um predomínio de florestas plantadas de florestamento de pinus.



FIGURA 08 – MATA DE ARAUCÁRIAS EM BELA VISTA DO TOLDO, SC
FONTE: ACERVO PELA AUTORA, 2012.

3.1.2.4 Hidrografia

Quanto à hidrografia, o município de Bela Vista do Toldo está inserido na Bacia do Rio Iguaçu. Os seus principais rios são o Rio Bela Vista e o Rio Paciência e ambos cortam a área urbana belavistense. (FIGURA 09)

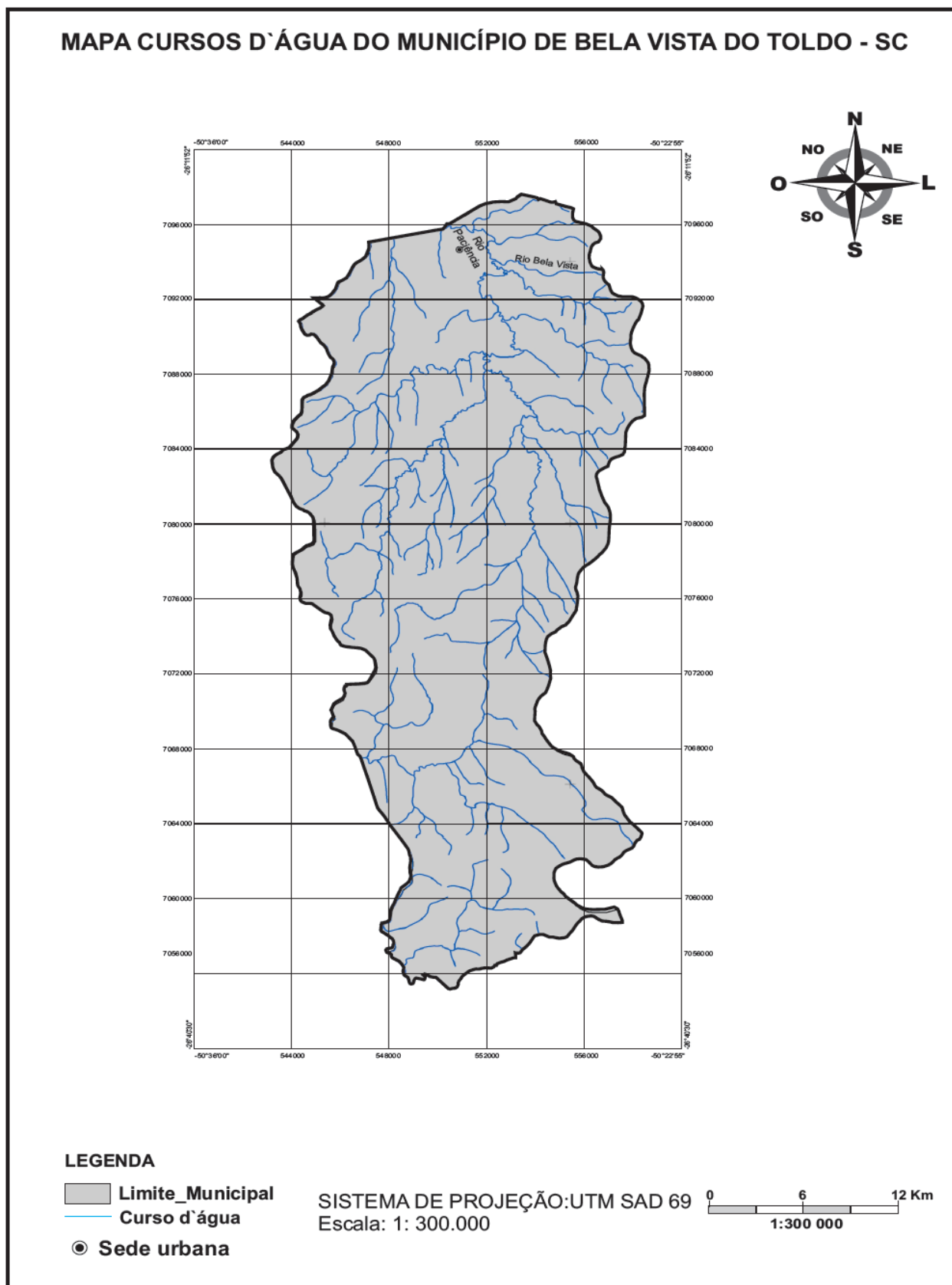


FIGURA 09 – MAPA DOS CURSOS D'ÁGUA DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO
 FONTE: BASE ALTIMÉTRICA: CARTA DE IRINEÓPOLIS, CANOINHAS, LEBON REGIS E SANTA CECÍLIA MAPOTECA TOPOGRÁFICA DIGITAL DE SANTA CATARINA EPAGRI/IBGE, 2004 – ESCALA 1: 100.000. ADAPTADO PELA AUTORA, 2011.

3.1.2.5 Aspectos Históricos

A Guerra do Contestado teve início em 1912 e terminou em 1916, por meio de um acordo político. A complexidade envolvendo tal guerra amalgamou a paisagem regional e local, dando, por exemplo, as feições geográficas para cidades tais como Bela Vista do Toldo.

De 1912 a 1916, ocorreram, em Santa Catarina, numa área em litígio com o vizinho Paraná, os fatos mais sangrentos das suas histórias, quando a população do Planalto pegou em armas e deu o grito de guerra, no episódio que ficou conhecido como a Guerra do Contestado. Foram várias as causas do conflito armado, pois, na mesma época e no mesmo lugar, ocorreu um movimento messiânico de grandes proporções, uma disputa pela posse de terras, uma competição econômica pela exploração de riquezas naturais, e uma questão de limites interestaduais. (FRAGA, 2010, p. 139)

A Guerra do Contestado, em si, foi definidora dos territórios atuais de Santa Catarina e do Paraná, além de constituir aquelas denominadas Região do Contestado Catarinense e Sul Paranaense, onde, conforme Eduardo Galeano (1986), verificou-se uma das maiores guerras civis do continente americano, pois o genocídio de milhares de camponeses pobres foi a sua principal marca. A Guerra do Contestado é um episódio complexo, pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural, sejam de ordem religiosa (FRAGA, 2009, p. 17).

Segundo Thomé, 1997 in Fraga, 2010 a Guerra do Contestado reuniu, no mesmo tempo e no mesmo espaço geográfico, mais de 30 mil pessoas – habitantes da região na época –, desde fazendeiros, em defesa de suas propriedades, até posseiros tentando se manter em terras devolutas, “fanatizados” por promessas messiânicas, e oportunistas que viam no movimento ocasião para exercerem pressões políticas acerca dos limites disputados entre Santa Catarina e o Paraná. Por isso, é dito que nem todos os sertanejos catarinenses eram rebeldes, nem todos os rebeldes eram fanáticos, e nem todos os fanáticos eram jagunços.

As forças militares, que estiveram no Contestado “para impor a ordem e a lei, e afugentar bandos de fanáticos”, em tarefa que parecia fácil, defrontaram-se com um verdadeiro exército rival, disciplinado, formado por gente hábil, destemida,

idealista, conhecedora do terreno e dos segredos da natureza, que transformaram em pesadelos as investidas oficiais, ao aplicar táticas de guerrilha, envolvendo os soldados em mortíferas ciladas. Só depois de quase dez mil sepulturas é que as tropas legais se convenceram de que tinham estado diante de um inimigo não inferior, e que a vitória final aconteceu porque a astúcia dos camponeses não resistiu ao poderio bélico e à inteligência e persistência militar. (MONTEIRO, 1974).

No dia 20 de outubro de 1916, foi assinado o Acordo de Limites pelo presidente do Paraná, Afonso Alves Camargo, e pelo governador de Santa Catarina, Felipe Schmidt. O Paraná ficou com 20.310 quilômetros quadrados e Santa Catarina com 27.570 quilômetros quadrados. Os paranaenses “cederam” Itaiópolis, Papanduva e Canoinhas, mas recuperaram Palmas e Clevelândia. E a cidade da margem esquerda do Iguaçu, que havia sido fundada por paulistas, acabou sendo dividida: União da Vitória ficou para o Paraná, e Porto União, para Santa Catarina (THOMÉ, 2003).

No que concerne à repercussão da Guerra do Contestado sobre o espaço agrário regional, faz-se importante lembrar que o ano de 1917 é tido historicamente como o ano da “limpeza” das terras que estavam sob domínio da Lumber e dos coronéis (FRAGA, 2010)

De acordo com os relatos históricos produzidos nas últimas décadas não abrem mão de considerar a limpeza étnica no ano mencionado. Tais fatos coincidem com a criação de vários municípios, na forma da lei vigente, para garantir a posse do território, seja na parte que coube a Santa Catarina, seja na que coube ao Paraná. Dentre eles se podem destacar Mafra, União da Vitória, Cruzeiro (hoje Joaçaba) e Chapecó, além dos já existentes, como Canoinhas, Curitiba e Campos Novos. Tais cidades passaram a ser administradas pelos coronéis de então, todos com possibilidades de contratar farta mão-de-obra para expulsar e matar os posseiros restantes – no ano da limpeza, 1917 (FRAGA, 2010).

O território outrora contestado passou a ser rapidamente ocupado por milhares de migrantes europeus e excedentes das colônias do Rio Grande do Sul, ocupando as terras de posse dos caboclos, sob domínio e direito de colonização, da Cia. Lumber (FRAGA, 2010).

Com o objetivo de compreender o papel de Bela Vista do Toldo na Guerra do Contestado, considerando que o tema é pouco usado e estudado no município,

buscou-se informações no livro *Cronografia do Contestado: apontamentos históricos da região do Contestado e do Sul do Paraná* de Fernando Tokarski (2002). A partir da obra mencionada, foi possível levantar numerosas e fundamentais ligações de Bela Vista do Toldo com a Guerra do Contestado, sendo que as principais são apresentadas na seqüência:

- Aleixo Gonçalves de Lima instalou um reduto na localidade de Rio da Areia de Cima (p. 20);
- Em 1919 - Aos 26 anos, foi assassinado com três tiros, em Bela Vista do Toldo, na localidade de Rio Bonito, Homero Brande dos Santos, o Nero. Hipólito Machado, Antônio Henrique Massaneiro e João Virgulino Massaneiro foram acusados do assassinato. Braço direito do fazendeiro e vaqueano Pedro Leão de Carvalho, o “Pedro Ruivo”; durante a Guerra do Contestado, Nero protagonizou inúmeros episódios de violência, incluindo assassinatos, saques, roubos e estupros. Os réus foram absolvidos no poder do júri, realizado em 10 de setembro de 1930. O segundo júri, ocorrido em 21 de maio de 1931, confirmou a sentença anterior (p. 30);
- Na Guerra do Contestado, uma companhia do 56º Batalhão de Infantaria, sob o comando do capitão Jeremias Fróes Nunes, promoveu explorações de reconhecimento em Bela Vista do Toldo, em 19 de janeiro de 1915 (p. 30);
- Em 1915, na Guerra do Contestado, em Major Vieira, o coronel Júlio César Gomes da Silva expediu ordens preparatórias visando os ataques aos redutos de Josefino Franco de Oliveira e de Marcelino Alves Martins, localizados no interior do município. Planejava atacar ainda, o reduto comandado pelo fazendeiro Aleixo Gonçalves de Lima, localizado em Rio da Areia de Cima, em Bela Vista do Toldo. As ordens previam para o dia seguinte a partida das tropas, que incluíam o 43º Batalhão de Infantaria, o 10º Regimento de Infantaria, 50 homens da Polícia Militar do Paraná, uma seção de metralhadoras, uma seção de artilharia de montanha e cem vaqueanos do fazendeiro João Alves de Oliveira. Os ataques ocorreram no início de fevereiro (p. 33);
- Em 1915, na Guerra do Contestado, o comandante geral das forças militares de repressão, general Fernando Setembrino de Carvalho, distribuiu em Canoinhas uma longa ordem de movimento das tropas destinadas ao ataque dos redutos de São Sebastião do Timbozinho, Santa Maria, Rio da Areia de Cima e Tamanduá (p.36);

- Em 1915, na Guerra do Contestado, o coronel Júlio César Gomes da Silva expediu em Major Vieira a ordem de operações das forças militares de repressão, visando a ocupação dos redutos do comerciante Josefino Franco de Oliveira e de Marcelino Alves Martins, localizados no interior do município, e o de Aleixo Gonçalves de Lima, instalado em Rio da Areia de Cima, em Bela Vista do Toldo. O primeiro reduto atacado foi o de Oliveira, o que ocorreu em 04 de fevereiro (p. 38);
- Na Guerra do Contestado, o coronel Júlio César Gomes da Silva, auxiliado pelo tenente Heitor Mendes Gonçalves, comandou ataque ao reduto de Rio de Areia de Cima, no interior de Bela Vista do Toldo. O reduto chegou a ter cerca de 900 casas e era comandado pelo fazendeiro Aleixo Gonçalves de Lima. Na madrugada do mesmo dia, as tropas haviam deixado a vila de Major Vieira, rumando em direção a Rio da Areia de Cima, através da localidade de Canudos. O reduto persistiu e só foi abandonado pelos revoltosos dez dias depois, na iminência de um novo ataque, isso em 1915 (p. 48);
- Em fevereiro de 1915, na Guerra do Contestado, um destacamento das forças militares de repressão, comandado pelo capitão Tertuliano de Albuquerque Potiguara, invadiu e incendiou o reduto de Rio da Areia de Cima, no interior de Bela Vista do Toldo, que no dia anterior fora abandonado pelos revoltosos. O reduto era comandado por Aleixo Gonçalves de Lima. As guardas de Santa Emília e Taquarizal, no interior de Canoinhas, ainda resistiam e atacadas tiveram 35 mortos (p. 54);
- Em outubro de 1915, na localidade de Paciencinha, nas cabeceiras do rio Paciência, o agricultor Pedro Ribeiro e seus filhos Argemiro, Gabriel, João e Manoel foram mortos com golpes de facão por um piquete comandado por Francisco Pereira da Cruz, o “Chico Cruz”. O fato gerou a fuga de moradores das redondezas, que em busca de segurança se refugiaram na vila de Canoinhas (p. 204);
- Em 14 dezembro de 1915, na Guerra do Contestado, acompanhado de 26 soldados da polícia Militar de Santa Catarina e 168 vaqueanos, o capitão Euclides de Castro, o “Canudinho”, às 22 horas, saiu de Canoinhas, dirigindo-se à localidade de Serra do Lucindo, em Bela Vista do Toldo, onde acampou às 10 horas. No dia seguinte, atingiu a localidade de Rio da Areia de Cima e no dia 17 chegou a Boi Preto, encontrando em reza a população do reduto de São Miguel, comandado por Adeodato Manoel Ramos. No combate que se seguiu, as forças de repressão apreenderam 180 cavalos, 400 armas, 3.000 cartuchos, 06 carabinas Mauser, 80

selas de montaria e 30 contos de réis, distribuídos entre os atacantes. As forças de repressão perderam dois homens. Entre os revoltosos, a maioria dos mais de 20 mortos eram mulheres e crianças. Os prisioneiros foram conduzidos a Canoinhas. Os vaqueanos era comandados por Nicolau Fernandes (p. 257).

É importante destacar que Tokarski atualiza os nomes das cidades, pois na época que ocorreu a Guerra do Contestado Bela Vista do Toldo era território canoinhense, porém a metodologia utilizada por Tokarski facilita a compreensão dos locais exatos em que ocorreram os conflitos. Cabe destacar ainda, que estes dados necessitam, no futuro, ser complementados com as informações vindas da oralidade belavistense, pois a população e sua memória do conflito podem ampliar a participação do município da Guerra em questão.

3.1.2.5.1 Principais fragmentos da Guerra Contestado no território belavistense.

3.1.2.5.1.1 Capela do Monge João Maria na comunidade de Tira Fogo.

A Capela se encontra localizada na comunidade de Tira-Fogo e vem sendo mantida pela comunidade, permanecendo sempre aberta à visita, como relata Edite Schimborski; a capelinha começou com apenas duas imagens de Santos, e cada vez que Edite visita a mesma, a comunidade tem depositado, lá, uma nova imagem de Santo, ampliando o acervo da referida capela.

Todos os anos, no dia 03 de maio, Dia de Santa Cruz, a comunidade reúne-se na capela para fazer as suas preces ao Monge João Maria. Sabe-se que o Monge João Maria⁴ recusava a hospedagem oferecida pelos moradores e buscava sempre abrigar-se em grutas próximas às fontes de água, onde pernoitava e colocava uma Cruz em cedro, local que mais tarde viria a se tornar um lugar sagrado, como muitos que se encontram pelo sul do Brasil, conforme se verifica nas figuras 10 e 11. No caso da Capelinha da comunidade de Tira Fogo, a cruz em cedro encontra-se

⁴ Os responsáveis pela caracterização messiânica do movimento rebelde no Contestado foram os 'monges' tendo sido eles dois ou mais, conhecidos genericamente por João Maria, que desde 1840 até por volta de 1908 deixaram sagrados registros em todo o Sul do Brasil. Eremitas, profetas, curandeiros, charlatões, santos pregadores, apóstolos, conselheiros – assim eram tidos esses homens que peregrinavam pelos sertões catarinenses, curando doenças, exercendo apostolado, fazendo profecias, levantando cruces. (SANTA CATARINA, 2002, p. 126)

dentro da capela e a fonte de água a 100 metros da mesma, um fato diferente, se comparado com outros locais santos deixados pelo Monge.

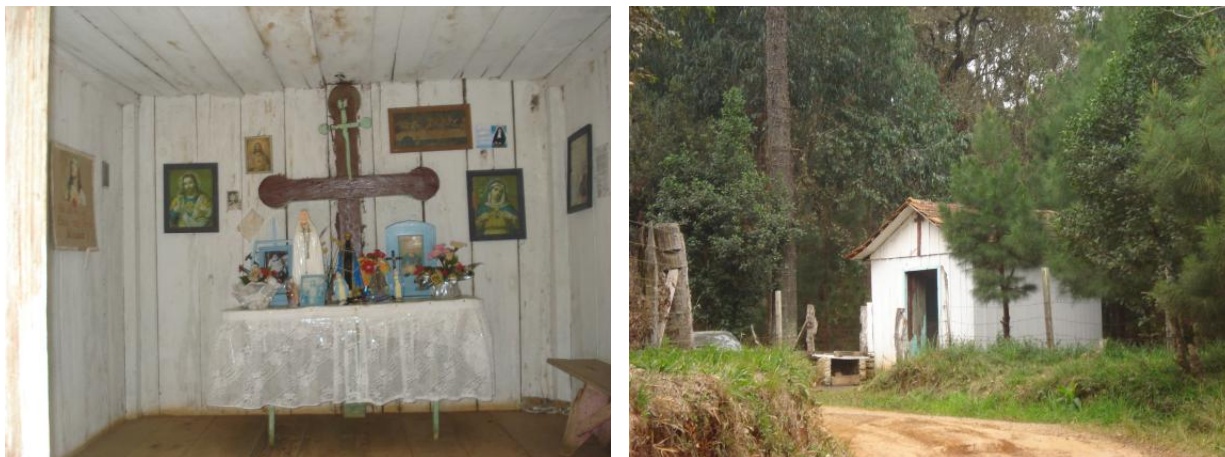


FIGURA 10: INTERIOR DA CAPELA DO MONGE JOÃO MARIA. FIGURA 11: VISTA DA CAPELINHA DO MONGE JOÃO MARIA.
 FONTE: ACERVO DA AUTORA, 2010.

3.1.2.5.1.2 Grutinha Santa Emídia – Grutinha do Monge.

Gruta Santa Emídia ou Grutinha do Monge, localizada na comunidade de Vila Cecília e de propriedade de Maria Tereza Wagner Pereira.

Sabe-se que muitas pessoas acreditam que a gruta foi parada do Profeta João Maria, e como prova de fé ao Monge realizam batizados e levam oferendas para agradecer as graças recebidas (FIGURA 12).



FIGURA 12:GRUTA SANTA EMÍDIA OU GRUTINHA DO MONGE
 FONTE: ACERVO DA AUTORA, 2012.

3.1.2.5.1.3 Museu Schimborski e o Bastão do Monge

De propriedade particular de Edite Schimborski, o Museu Schimborski abriga diversos objetos doados pelos moradores do município de Bela Vista do Toldo e região. Mas dentro de todas as peças lá encontradas, uma merece destaque, o Bastão do Monge, que segundo Edite era utilizado para benzer as tormentas; aparece em suas mãos na figura 13. Envolto de controvérsias quanto a sua legitimidade, caracteriza-se como um dos bens materiais mais importantes do período do Contestado em Bela Vista do Toldo (FIGURA 13).



FIGURA 13: EDITE SCHIMBORSKI E O BASTÃO DO MONGE.
FONTE: ACERVO DA AUTORA, 2010.

3.1.2.5.1.4 Cruz do Monge João Maria na comunidade de Ouro Verde.

Localizada na beira da estrada que corta Ouro Verde, a Cruz, segundo os moradores, foi colocada pelo Monge em um de seus pernoites em Bela Vista do Toldo. A original é a que está pregada na árvore, conforme verifica-se na figura 14. Ao lado da árvore, com a Cruz original, a comunidade construiu uma nova cruz e

uma local para os devotos acenderem suas velas e “pagar” suas promessas pelas graças alcançadas por intermédio de São João Maria.



FIGURA 14: CRUZ DO MONGE NA COMUNIDADE OURO VERDE.
FONTE: ACERVO DA AUTORA, 2010.

3.1.2.5.1.5 Olho d' água milagreiro – São Sebastião dos Ferreiras.

Conta-se que na propriedade de Sico Szenczuk e Emilia Szenczuk, na comunidade de São Sebastião dos Ferreiras, existia um olho d'água que foi abençoado pelo Monge João Maria, segundo Pedro Szenczuk, filho de Emilia e Sico; sua mãe contava que uma mulher com problemas de visão lavou os olhos com aquela água e ficou curada! Por muito tempo,romeiros iam buscar a água, pois, acreditavam que a mesma possuía poder de cura. Hoje o olho de água não existe mais, ficando apenas na lembrança. Na figura abaixo, é possível observar onde se localizava o então olho d'água milagreiro (FIGURA 15).



FIGURA 15: OLHO D' ÁGUA MILAGREIRO NA COMUNIDADE SÃO SEBASTIÃO DOS FERREIRAS
FONTE: ACERVO DA AUTORA, 2011.

3.1.2.5.1.6 Gruta do Monge João Maria na comunidade Serra dos Borges

A gruta do Monge localiza-se na comunidade de Serra dos Borges; é um local de peregrinação e oração, e sabe-se que a população utiliza a água que brota na gruta para realizar batizados e curas. Acredita-se que a água que brota na gruta possui poderes de cura, fato que atrai a população, segundo a Sr^a Livina Borges. Antigamente, a população retirava o barro amarelo que escorria na parte superior da gruta para passar em feridas, pois o mesmo possuía poder de cura. A paisagem onde está à gruta é bastante atraente e, no local, há muitos ex-votos deixados pelos fiéis, conforme se observa nas figuras 16 e 17.

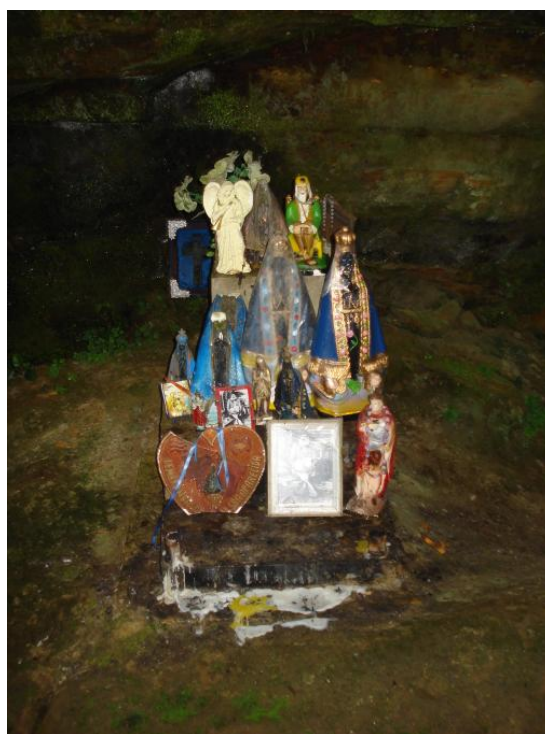


FIGURA 16: GRUTA DO MONGE NA COMUNIDADE DE SERRA DOS BORGES.

FIGURA 17: EX-VOTOS DEIXADOS NO INTERIOR DA GRUTA.

FONTE: ACERVO DA AUTORA, 2010

3.1.2.5.1.7 Banquinho curandeiro – Pinhalzinho.

O banquinho que o Profeta João Maria sentou pertence ao Sr. Davino Schiessl, que segundo ele, ganhou da Senhora Joaquina Soares Fragoso, antiga moradora da comunidade do Pinhalzinho. Sr. Davino relata que o banquinho possui poderes de cura, e o mesmo foi utilizado pelo Monge João Maria em uma visita à casa da Senhora Joaquina, e pessoas da comunidade raspavam o banquinho para fazer chás para as crianças que ficavam doentes (FIGURA 18, 19).



FIGURA 18: BANQUINHO DO MONGE.

FIGURA 19: DAVINO SCHIESSL E O BANQUINHO DO MONGE

FONTE: ACERVO DA AUTORA, 2011

3.1.2.5.1.8 Cemitério do Contestado

Localizado na comunidade de Rio da Areia de Cima na propriedade de João Pedro Fernandes Correia, que passou as informações sobre este cemitério, abriga uma família que foi morta durante a Guerra do Contestado. A confirmação disso se dá por meio da obra exaustiva de Tokarski (2002, p. 54):

Em 16 de fevereiro de 1915, na Guerra do Contestado, um destacamento das forças militares de repressão, comandado pelo capitão Tertuliano de Albuquerque Potiguara, invadiu e incendiou o reduto de Rio da Areia de Cima, no interior de Bela Vista do Toldo, que no dia anterior fora abandonado pelos revoltosos. O reduto era comandado por Aleixo Gonçalves de Lima. As guardas de Santa Emília e Taquarizal, no interior de Canoinhas, ainda resistiam e atacadas tiveram 35 mortos.

O dito cemitério, um sítio histórico importante para Bela Vista do Toldo, se encontra completamente abandonado dentro da propriedade. Tomado pelo mato, o mesmo só é percebido pelos que pedem informação sobre ele e têm a indicação do seu local, conforme se vê na figura 20. Uma lástima, pois é parte do patrimônio da materialidade da formação socioespacial belavistense, assim, políticas públicas de defesa e conservação precisam ser agilizadas, antes que o mesmo desapareça na paisagem local.

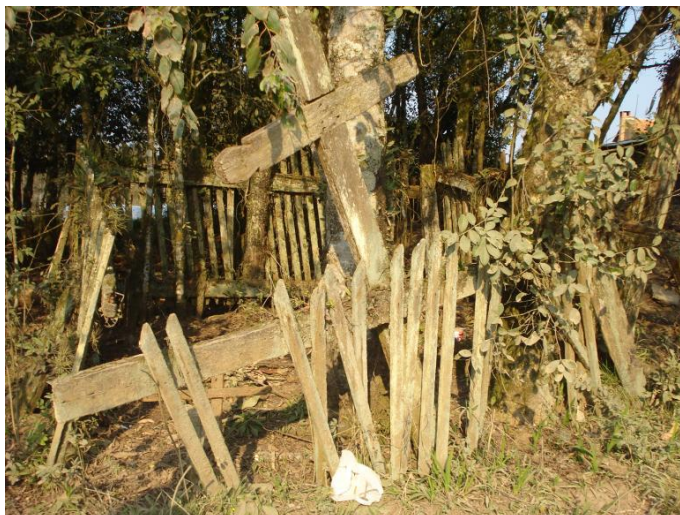


FIGURA 20: CEMITÉRIO DO CONTESTADO, NA COMUNIDADE DE RIO DA AREIA DE CIMA.
FONTE: ACERVO DA AUTORA, 2010

3.1.2.5.1.9 Local de Combate da Guerra do Contestado – Rio dos Poços

Na comunidade São Roque – Rio dos Poços, na Rodovia SC 303, há um local chamado Passo das Mortes, local esse que, segundo o Santo Pontarolo, ocorreu um combate durante a Guerra do Contestado; seu sogro, João Woitxem que vivia neste local, teve que sair para buscar abrigo em uma cidade do Paraná, e todos os mortos neste combate foram enterrados no terreno de sua família; até alguns anos existia uma Cruz como forma de simbolizar este local (FIGURA 21).



FIGURA 21: LOCAL ONDE ESTÃO ENTERRADOS OS MORTOS EM COMBATE DURANTE A GUERRA DO CONTESTADO.
FONTE: ACERVO DA AUTORA, 2012

3.1.2.5.1.10 Túmulo do vaqueano Antônio Camargo

Na comunidade de Imbuia ainda é possível se encontrar um dos cemitérios mais antigos do município; lá está enterrado o vaqueano⁵ Antônio Camargo (FIGURA, 22). Isso também pode ser comprovado no livro *Contestado* (2002, p.148) em uma foto em que os vaqueanos estão sendo homenageados anos depois da guerra, no Palácio do Governo do Paraná. Faz-se importante mencionar que os vaqueanos ajudaram o Exército Brasileiro no processo de extermínio dos caboclos do Contestado, e atuaram principalmente entre os anos de 1916 e 1917, período que compreende o final oficial das atividades legais da federação contra os sertanejos em guerra. São, por fim, grandes responsáveis pelo banho de sangue gerado depois do Acordo de Limites no sertão catarinense e paranaense.



FIGURA 22: TUMULO DO VAQUEANO ANTÔNIO CAMARGO.
FONTE: ACERVO DA AUTORA, 2010

⁵ Tokarski (2004 p. 140) define Vaqueano: Diz-se de quem é profundo conhecedor de algum lugar, podendo servir como guia.

3.1.2.5.1.11 Dia de Santa Cruz e os laços com São João Maria

No interior do município de Bela Vista do Toldo, todos os anos, no dia 03 de maio, data em que se comemora o dia de Santa Cruz, as comunidades de diversas localidades do interior realizam procissões até as cruzes do Monge João Maria espalhadas por todo o território municipal. A mais conhecida e famosa é a procissão que a comunidade de Serra do Lucindo organiza anualmente, que é um marco religioso importante para os fiéis, por isso estes começam a prepará-la com um mês de antecedência, abrindo a trilha que os leva até o morro onde se encontra ficada uma das cruzes do Monge.

Cabe destacar que há outros fragmentos deixados no território belavistense no período que antecede a Guerra do Contestado, assim como, numerosos outros do período de guerra que demandam ser levantados, catalogados e comprovados por meio da memória dos mais velhos moradores do município, em entrevistas e outro tipo de trabalho de campo.

Os dados trazidos aqui, apenas visam demonstrar a existência do Contestado nesta cidade catarinense, ajudando no rompimento da invisibilidade da Guerra do Contestado em mais um município do Planalto Norte Catarinense. Mas, antes de tudo, mostra para a população local, sua íntima ligação com uma das mais importantes passagens da história da formação do Brasil.

Desta feita, Bela Vista do Toldo, conjuntamente com outras cidades da região, possui sua paisagem e território amalgamado pela Guerra do Contestado, sendo impossível dizer que a mesma não aconteceu por aqueles rincões do passado sangrento da serra acima, porém vai além, e até a organização territorial, sociocultural e ambiental está impregnada pelo Contestado, sendo que este ordena a vida na cidade e no campo belavistense.

3.2 MÉTODOS

Com o objetivo de nortear o ordenamento do território de Bela Vista do Toldo, vê-se necessário indicar algumas metodologias para o que caracterizá-lo pelas múltiplas dimensões (física, cultural, política, econômica e social).

Aos critérios de adequabilidade, ambientais, territoriais, econômicos, sociais e técnicos, dever-se-á, também, exigir que reflita-se as principais preocupações doutrinárias do ordenar: o desenvolvimento econômico, a qualidade de vida, a preservação do meio ambiente. Sendo estas reconhecidas como legítimas, servirão como balizadores para hierarquizar e escolher as alternativas aceitáveis e desejáveis.

Diante do exposto, sugere-se para o município de Bela Vista do Toldo a metodologia de McHarg (1992). McHarg define alternativas de uso múltiplo, compatíveis a partir de determinantes naturais do meio ou fatores ecológicos. Utiliza a técnica de sobreposição gráfica, levando em consideração o clima, a geologia, a fisiografia, a hidrologia, a pedologia, a flora e a fauna, que abrangem trinta fatores ecológicos. Apresenta ainda cartas de síntese dos temas de interesse às diversas atividades.

McHarg avalia as possibilidades de ordenação, formas de desenvolvimento de planificação e suas consequências sobre o ambiente, a partir da descrição ecológica do lugar. Para tal, utiliza sistema gráficos de sobreposição de mapas, sendo pioneiro na aplicação desta metodologia. Considerando que os processos naturais são determinantes do uso do solo e deveriam ser reconhecidos como restritivos e ordenadores no planejamento local e regional.

A finalidade desta metodologia consiste em indicar as áreas do território onde alguns usos, únicos ou simultâneos, poderiam ocorrer, com menor custo e maior benefício social. Em linhas gerais, consiste em: 1) identificar os processos atuantes no ecossistema, que compreendem a área de estudo; 2) identificar os elementos integrantes dos processos e mapeá-los; 3) interpretar e avaliar as informações, organizadas em um sistema valorativo; 4) investigar a favorabilidade de cada área para um determinado uso, com base no sistema de valor anteriormente definido; 5) verificar as possibilidades de existir usos simultâneos e compatíveis. As vantagens desta metodologia, segundo McHarg (1992), provêm: 1) do método racional, derivado principalmente das ciências exatas; 2) de seu procedimento com

características de reprodutibilidade e (3) do fato de a comunidade poder empregar o seu próprio sistema de valores. (MCHARG, 1992).

Esta metodologia analisa os sistemas biofísicos e socioculturais de um dado lugar, para revelar onde devem ser estabelecidos os usos específicos do solo; consiste em compreender os processos que configuram as paisagens e utilizá-los como fundamento do projeto.

No âmbito do planejamento da paisagem, McHarg (1992) chama a atenção para a importância de incorporar fatores do meio físico no planejamento, utilizando-se de mapas que contenham os elementos próprios do meio, tais como clima, geologia, pedologia, hidrografia e habitat da vida animal. Após essa etapa, é necessário combinar os mapas e verificar a susceptibilidade das áreas por seus diversos usos (recreacional, residencial, comercial, industrial), levando em conta a capacidade de suporte do ambiente. Fischer (2002) complementa, colocando que o planejamento da paisagem busca estabelecer a capacidade de suporte e dos limites quanto ao uso dos recursos naturais, embasando a avaliação dos impactos ambientais de projetos e definindo propostas de medidas compensatórias.

Max Falque (1972 In Almeida, 2007) faz uma adaptação em nível europeu da metodologia de McHarg. A partir da integração de descritores representando clima, geologia, hidrogeologia, pedologia, flora, fauna e paisagem, obtém-se uma síntese intermediária que dará origem a fatores de ordenamento. Esses fatores são integrados, possibilitando a elaboração de cartas do uso do território (aptidão). O produto final é uma síntese geral do esquema de afetação ideal do território a determinados usos.

A partir das ideias de McHarg, o método segue 3 etapas: 1) realização de um inventário ecológico da região; 2) determinação das características favoráveis ou desfavoráveis para cada uso potencial; 3) elaboração de mapas de aptidão do território e análise das incompatibilidades entre diferentes usos, indicando zonas de concorrência e conflito de usos.

Os dados do inventário devem ser confiáveis, significativos, de fácil obtenção, de qualidade e em concordância com o modelo que será utilizado para seu tratamento.

Nesta pesquisa, utiliza-se a adaptação leal de McHarg (1992), pois é o método mais adequado ao ordenamento territorial, por considerar a forma e os

processos naturais como determinantes para o uso das terras e ordenadores para o planejamento (QUADRO 04).

MÉTODO DE PLANEJAMENTO ECOLÓGICO	
1. Inventário ecológico	Uma análise por tipo ambiental de todos os sistemas naturais e condições físicas de uma região e sub-região (a análise invariavelmente incluía clima, fisiografia, geologias, solos, hidrogeologia, associação de animais e plantas, usos da terra existentes e desenvolvimentos culturais; era predominantemente realizada por mapeamento, onde se fazia superposições na mesma escala, o que facilitava as interpretações comparativas)
2. Descrição de processos naturais	Uma análise de todos os processos físicos e biológicos dirigidos para a definição das interações de uma ciência natural com as outras e também de todos os sistemas naturais com a necessidade e os desenvolvimentos humanos.
3. Inventário histórico	Uma análise da adaptação humana ao sistema ambiental enfatizando o ajuste entre desenvolvimento e mudanças tecnológicas ao longo do tempo.
4. Expressão da forma "dada"	Uma análise conclusiva que delinea a identidade natural da região e suas sub-partes.
5. Expressão da forma "feita"	Uma análise conclusiva que delinea a resposta do homem nos seus estabelecimentos à forma "dada".
6. Atribuição de valor relativo	Uma análise matemática ou matricial comparativa que determina o grau relativo de adequação ou conflito de uma forma "dada" de uma sub-área.
7. Interpretação do uso intrínseco da terra	Uma análise por mapas que utiliza os valores relativos de uso da terra para cada sub-área regional para determinar a "adequação" relativa de um tipo de terreno em relação a outro para cada uso da terra para cada sub-área regional para determinar a "adequação", relativa de um tipo de terreno em relação a outro para cada uso diferente da terra (mapas de adequação são determinados, no mínimo, para desenvolvimento urbano, agricultura e conservação; num formato mais expandido, a análise incluía usos residencial, industrial, em recreação e parques, bem como outros usos estudados da terra).
8. Conclusões quanto ao uso compatível da terra.	Pelo uso de uma matriz contendo todos os usos possíveis da terra, faz-se uma seleção do número máximo de usos de terra compativelmente concorrentes.
9. Formulação de planos alternativos de uso da terra.	Um plano alternativo é formulado para focalizar a predominância e otimização de cada um dos usos de terra estudados. Em cada uma das áreas mostra-se o desenvolvimento adequado e integrado com áreas de conservação como determinadas pela análise do sistema natural. Acompanha o plano um conjunto de orientações para assegurar a boa administração do desenvolvimento em relação às condições e interesses ambientais.
10. Implicações para nova forma "feita"	Desenvolve-se um plano ótimo proposto em que os sistemas ecológicos críticos são conservados e os desenvolvimentos urbanos ou humanos são compatíveis. Onde mais de um tipo de uso de terra é apropriado, em vez de permitir usos conflitantes, escolhe-se e se incorpora ao plano o conceito de "uso melhor ou mais nobre" para salvaguardar o ambiente natural. A nova forma "feita" é descrita na nova ética e estética de base ecológica. As linhas mestras tornam-se então recomendações políticas.

QUADRO 04 – MÉTODO DE PLANEJAMENTO ECOLÓGICO

FONTE: MÉTODO DE MCHARG. ELABORADO A PARTIR DO TEXTO DE PALMER, 2006 P. 233-234.

Com a finalidade de organizar, fundamentar e estruturar dados, em relação ao tema pesquisado, elaborou-se uma adaptação da proposta metodológica de LIBAULT (1971). Esta adaptação é apresentada em forma de fluxograma na Figura 28. Sob uma ótica formal e acadêmica e baseando-se numa ordem lógica, Libault propôs, sem impor uma demarcação exata entre eles, que a pesquisa geográfica fosse desenvolvida em 4 níveis, sendo: Nível Compilatório, Nível Correlatório, Nível Semântico e Nível Normativo.

Inicialmente, no **nível compilatório**, realizou-se a identificação e a caracterização da unidade territorial em estudo, por meio de trabalho de campo, no intuito de conhecer empiricamente a realidade socioambiental do Município. Em seguida, o levantamento do material bibliográfico, específico, contribuiu na fundamentação teórica e entendimento da temática que envolve a pesquisa. Procurou-se discutir a relação homem/cidade/natureza, apoiando-se no conceito de ordenamento territorial, planejamento ambiental, paisagem e desenvolvimento local e sustentável. A partir dos levantamentos bibliográficos, definiram-se os produtos cartográficos a serem elaborados e a metodologia a ser utilizada no ordenamento territorial.

Partindo da aquisição e compilação das informações, num segundo momento, no **nível correlatório**, aplicou-se aos dados correlações técnico-científicas, obtendo-se uma síntese parcial da interação das variáveis físicas e socioeconômicas. As informações coletadas, sobre os aspectos físicos e socioeconômicos e, sobre os principais problemas ambientais e sociais locais foram correlacionadas para que, posteriormente, fossem interpretados.

No terceiro nível da pesquisa, **semântico**, por meio da interpretação geral da análise integrada das informações, tidas nas correlações realizadas na fase anterior, possibilitou-se obter uma síntese dos dados adquiridos, do qual se realizou o delineamento do perfil socioeconômico e ambiental local, com posterior apresentação de recomendações de ordenamento territorial para o município.

Por fim, no nível **Normativo**, serão apresentados e discutidos os resultados, como o objetivo de auxiliar no modelo de estratégia alternativa para o ordenamento territorial e planejamento ambiental do município de Bela Vista do Toldo.

**FLUXOGRAMA DE METODOLOGIA
APLICADA A PESQUISA**

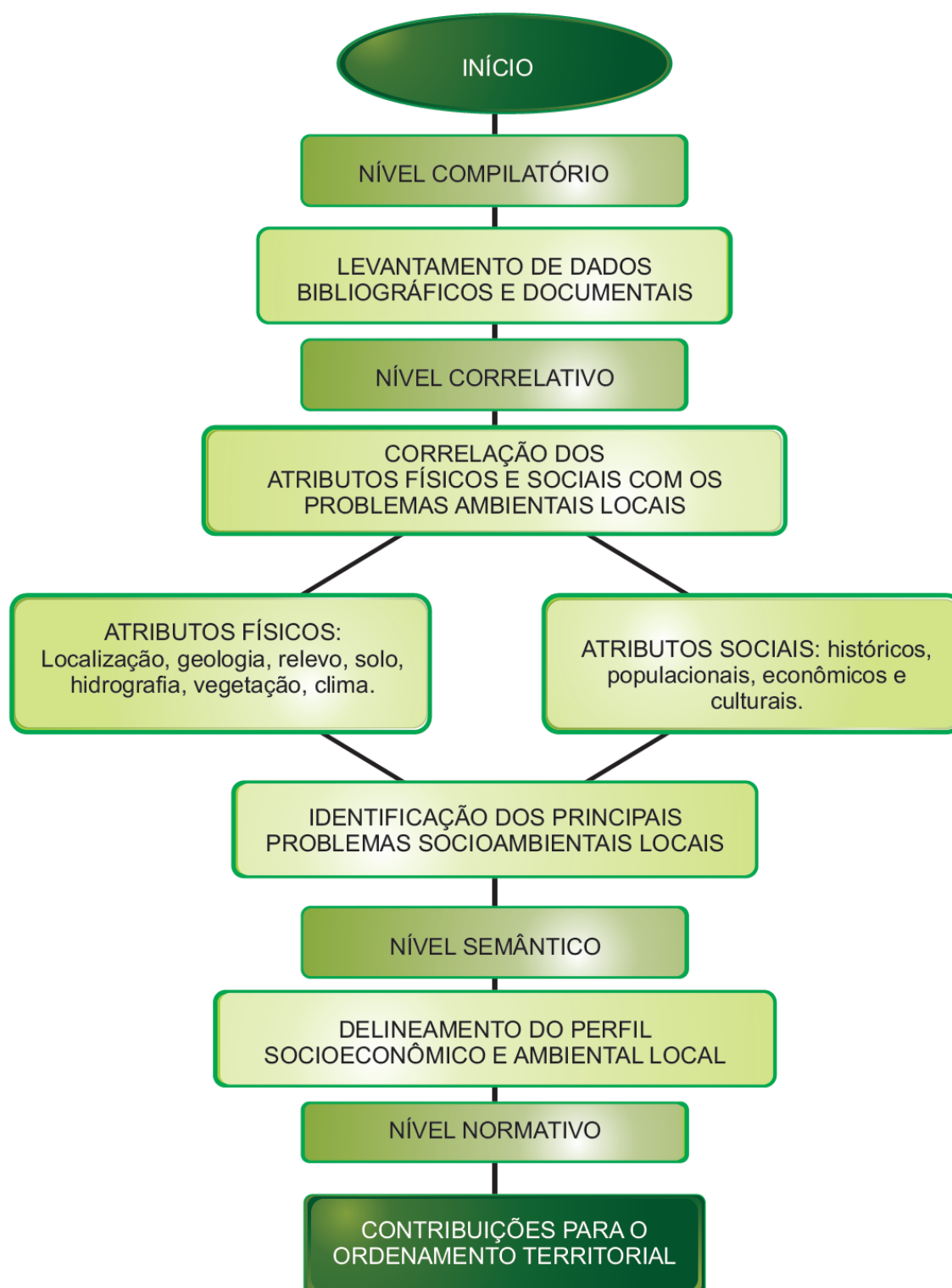


FIGURA 23 - FLUXOGRAMA DA METODOLOGIA APLICADA À PESQUISA
FONTE: ADAPTADO DE LIBAULT (1971).

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi desenvolvida em duas fases complementares em sua etapa operacional; a primeira, baseada em informações obtidas em laboratório e a segunda, na análise em campo.

Diante da necessidade de conhecer e compreender a organização espacial da área de estudo, o município de Bela Vista do Toldo, foi possível obter informações através de dados fornecidos pelo IBGE.

A caracterização física da área de estudo e a realização dos mapas de solos, geológico, curvas de nível e hidrográfico realizou-se por meio da análise e interpretação dos materiais cartográficos da Embrapa Solos, CPRM, Epagri e pesquisa de campo

Para levantamentos dos aspectos socioeconômicos da área em estudo, partiu-se da análise de dados coletados em fontes documentais, junto à prefeitura de Bela Vista do Toldo, e em fontes estatísticas obtidas através do site do IBGE (2000/2005/2007/2009/2010), e coletas a campo.

A caracterização histórica de Bela Vista do Toldo foi realizada através do levantamento de dados em fontes bibliográficas já citadas e entrevistas realizadas com pessoas idosas do município.

Para a proposta do ordenamento territorial, foi possível obter informações na literatura de MCHarg (1992) e Plano Diretor do referido município.

Os dados coletados foram transformados em gráficos, mapas, figuras e tabelas, para uma melhor análise e interpretação dos mesmos.

4 A PAISAGEM E O ORDENAMENTO TERRITORIAL DE BELA VISTA DO TOLDO.

Findada a Guerra do Contestado, imigrantes poloneses chegaram às terras que compõem o município. Abriam picadas nas florestas densas e construíram as primeiras casas nos arredores de Canoinhas, sendo esta, hoje, a cidade polo regional. Em 1924, deram entrada em Bela Vista do Toldo imigrantes italianos, alemães e ucranianos. Mais tarde japoneses, muitos deles fugindo da Segunda Guerra Mundial (SANTA CATARINA, 2010). As figuras 4 e 5 permitem visualizar dois momentos do perímetro urbano da cidade, o início da colonização efetiva, com o casario com aspecto de colônia européia e uma vista área atual.



FIGURA 24 E 25 (NA ORDEM) - BELA VISTA DO TOLDO – SC NO INÍCIO DO SÉCULO XX E NA ATUALIDADE.

FONTE: SANTA CATARINA, 2010 E PROJETO AMBIAL, 2010.

Os pioneiros oficiais, ou primeiros colonizadores, foram João e Camilo Corrêa e Estanislau Schumann, os populares "posseiros", pois chegavam e tomavam posse das áreas de terra que lhes interessava, ali fixavam suas raízes, constituíam família e, com o passar dos anos, bastava requerer legalmente o usocapião destas áreas para se tornarem os legítimos proprietários (BELA VISTA DO TOLDO, 2010). Tais fatores da ocupação inicial do solo, em nada diferem do resto da ocupação regional e até mesmo brasileira, e isso definiu a organização territorial.

O deslocamento de um ponto para outro no território, que viria a ser o município em questão, era feito através da mata cerrada, onde se abriam

picadas mata adentro, aos quais se denominavam "carreiros", que mais tarde vieram a se tornar as primeiras estradas que cortam a região e a infraestrutura primitiva gerada no lugar. Com o passar do tempo, foram se formando pequenos vilarejos, nos quais se construíram igrejas, escolas, casas de comércio, serrarias, fábrica de erva-mate, novas casas e outros edifícios necessários para a vida das pessoas que ali viviam, criando assim, as pequenas cidades regionais, dentre elas, Bela Vista do Toldo, que não foge à regra, quando se analisa por meio da premissa do desenvolvimento local e até mesmo regional.

Bela Vista do Toldo, em termos políticos, tornou-se município em 16 de abril de 1994 é composto por 17 comunidades sendo: Tira Fogo, Rio dos Poços, Arroio Fundo, Imbuia, Gralha, Rio Bonito, Serra da Lagoa, Serra dos Borges, Rio de Areia de Cima, Colônia Ouro Verde, São Sebastião dos Ferreiras, Serra do Lucindo, Pinhalzinho, Entre Rios, Ribeirão Raso, Lagoa do Sul e a sede do município.

Quando se busca uma possível visualização dos aspectos urbanos de Bela Vista do Toldo, anteriores à sua emancipação política, são poucos os dados que se tem, além de possíveis entrevistas com os moradores mais antigos, uma análise parcial a partir das cartas do IBGE, datadas de 1973. Neste caso, para uma verificação mais antiga do município, utiliza-se a folha de Irineópolis, Carta do Brasil Esc. 1:100.000, Folha SG-22-Z-A-I. Observando a partir da referida carta, se observa que o núcleo urbano da Vila de Bela Vista do Toldo, então distrito de Canoinhas dista 15km da sede de então. Depois da localidade de Encruzilhada há um pequeno trevo de acesso a Bela Vista do Toldo, onde se saindo da BR 280, asfaltada segue-se por uma estrada de chão batido e, ao longo desta há o predomínio de ervais (plantio de erva-mate). A estrada de acesso em questão corta o córrego Tira-Fogo localizando-se numa altitude de 825 m e 814 m do nível do mar. Depois de atravessar os ervais, nas altitudes mencionadas, chegava-se à pequena localidade de Bela Vista do Toldo, na época, que se espraiava entre a planície do Rio Paciência e o Rio Bela Vista que dá o nome ao atual município.

Ainda analisando a partir da referida folha de Irineópolis, observa-se que a dita estrada de chão batido bifurca-se em três compartimentos possíveis – seguindo para o interior do distrito à época. Pela carta, percebe-se a existência de uma insignificante aglomeração urbana, e neste aparecem o que seriam 3 edifícios principais: a Igreja de Nossa Senhora da Glória, a Escola Prof^a. Margarida de Carvalho e uma Beneficiadora de Erva-Mate, esta justifica todo o predomínio de

ervais que vão da BR 280 até a sede. Além disso, é possível constatar a existência de outros 17 edifícios, que devem ser dos moradores de então. Em síntese, pelas verificações feitas na folha Bela Vista do Toldo, nos anos de 1970, era nada mais nada menos do que um pequeno amontoado de casas às margens do rio que lhe dá o nome e da estrada de chão batido que permitia o deslocamento até Canoinhas, sendo que Canoinhas, na mesma folha, possui uma mancha urbana de considerável dimensão, assim como outros distritos seus, tais como Marcílio Dias, Paula Pereira e Felipe Schmidt.

A emancipação política aconteceu duas décadas após a publicação da folha analisada anteriormente, com isso pressupõe-se que houve avanços de desenvolvimento e pequeno crescimento da sede. Mas, da mesma forma que se questiona a emancipação, convive-se com um vácuo de informações que expliquem os motivos que levaram à independência política de Bela Vista do Toldo, em 16 de abril de 1994. A partir dessa época, alguns meios de comunicação regional e estadual passaram a dedicar pequenos espaços sobre a existência do município em questão.

Em 1997, três anos depois da emancipação política, Bela Vista do Toldo era descrita assim:

Muitas das pequenas cidades brasileiras são descritas assim: uma igreja acompanhada de uma rua principal e algumas transversais. Nem isso Bela Vista do Toldo consegue. Os moradores do município localizado no Planalto Norte, a 15 km de Canoinhas, estão lutando para que a cidade tenha pelo menos uma igreja. A anterior, quase em ruínas, foi derrubada há alguns anos e as missas são realizadas em um pavilhão, enquanto a comunidade organiza quermesses para juntar dinheiro para uma nova capela (DIÁRIO CATARINENSE, 30/04/1997, p. 38).

Este fragmento textual de um suplemento espacial do jornal Diário Catarinense demonstra a precariedade da pequena e nova cidade que recém constituía o conjunto das cidades do Planalto Norte de Santa Catarina. Tal suplemento discorria sobre todas as cidades catarinenses, cujo título “O novo mapa do Estado” e apresentava as potencialidades dos 263 municípios.

Para Bela Vista do Toldo, o subtítulo da página e/ou porção que lhe cabe, se chama “Município quer igreja primeiro”. Há nele uma foto da entrada do perímetro urbano, onde um trator avança sobre a cidade pela sua rua principal, ainda não calçada, onde se pode contar 15 prédios, que se dividem em casas e quatro

galpões, sendo que destes, apenas um aparenta ter dois pavimentos. A imagem 26 e a pequena matéria de meia página permitem vislumbrar a precariedade do perímetro urbano, onde num subtítulo, chamado “O sonho do asfalto”, o município busca uma saída mais eficaz para sua produção agrícola, pois a matéria estabelece este setor econômico como base de sustentação da maior parte dos 5.672 habitantes da época.



FIGURA 26: BELA VISTA DO TOLDO, EM 1997.
FONTE: DIÁRIO CATARINENSE 30 DE ABRIL DE 1997.

Mas a mesma matéria jornalística menciona que a “independência administrativa proporcionou avanços inimagináveis até então, como a instalação de um posto telefônico e bancário e a ampliação da rede de energia elétrica no setor rural.” (DIÁRIO CATARINENSE, 30/04/1997, p. 38). Tal avaliação é corroborada com a entrevista com o aposentado Joaquim Pereira, de 73 anos de idade e que chegou a Bela Vista do Toldo aos 4 anos de idade, tido como principal testemunha viva da história local:

Pereira chegou à localidade com quatro anos de idade. ‘Só tinha meia dúzia de casas de agricultores’, lembra ele, que acompanhava o pai comerciante.

Adulto, Pereira decidiu tocar os negócios do pai e tomou conta do mercado que abastecia Bela Vista de mantimentos. As mercadorias eram trazidas de Canoinhas em uma carroça. 'Crescemos bastante, mas não mudou muita coisa', afirma o comerciante aposentado. (DIÁRIO CATARINENSE, 30/04/1997, p. 38).

Quando deste breve diagnóstico realizado pelo Diário Catarinense, Bela Vista do Toldo possuía 18 escolas, apenas 6 indústrias, 24 casas de comércio e 4 postos de saúde, era, portanto, a típica cidade buscando seu espaço no meio regional, mesmo que a matéria em questão aponte para a falta de uma igreja e uma praça na sede do município.

Noutra matéria, fruto de outro suplemento especial sobre as regiões e cidades de Santa Catarina, em 09 de agosto de 2005, o mesmo Diário Catarinense, trouxe outro diagnóstico sobre os municípios catarinenses, desta vez obedecendo a uma divisão regional marcada pela economia e tipo de colonização do Estado, cujos títulos se chamavam "A Força de SC: Serra, Meio-Oeste e Planalto Norte", mas o que chama a atenção é que o jornal considera o conjunto destas três regiões "No Coração do Estado", seria o mesmo que lançar a região do Contestado como o Coração de Santa Catarina. (DIÁRIO CATARINENSE, 09/08/2005, p. 01).

Desta vez, ou nesta matéria, a imagem 07 mostra a cidade de Bela Vista do Toldo centralizando a torre da nova igreja da cidade. Caracterizado por um desses prédios modernos (ou contemporâneos), de arquitetura retilínea, cuja torre no meio da fachada da frente demonstra uma influência germânica no edifício que dá à cidade os elementos básicos faltantes para ser "uma típica pequena cidade brasileira", mencionado na matéria de 1997. Tal imagem da sede do município demonstra que o crescimento não foi muito grande desde a primeira matéria, pois além do destaque da torre da igreja, se observa, no primeiro plano, uma colheitadeira. Depois um pequeno galpão e, na sequência, os telhados de cinco casas, além de um galpão do tipo industrial e logo após a igreja, o sinuoso telhado de uma cooperativa agrícola, tudo entremeado por vegetação e, ao fundo, o domínio de um bosque de araucárias. Em suma, Bela Vista do Toldo ainda era muito pequena em edificações no seu perímetro urbano.

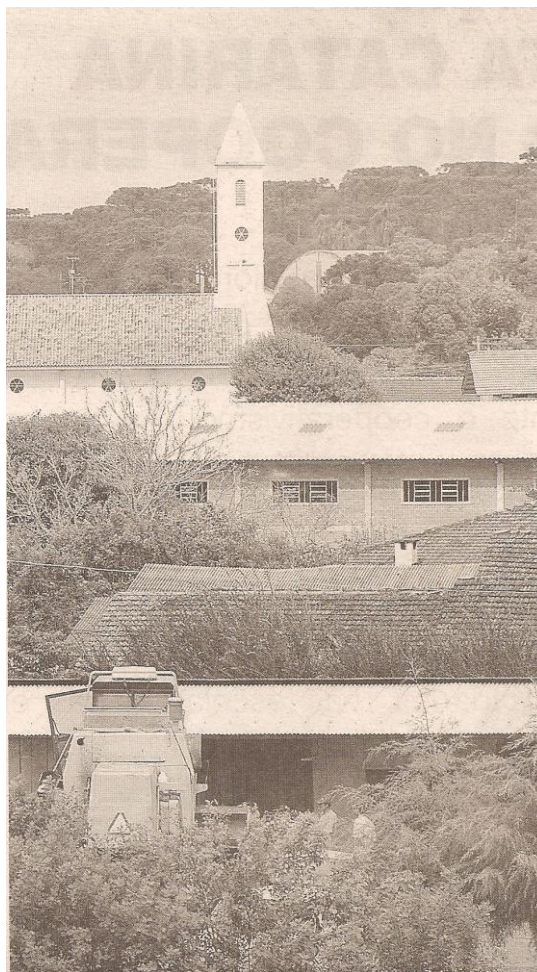


FIGURA 27: BELA VISTA DO TOLDO, EM 2005.
FONTE: DIÁRIO CATARINENSE 9 DE AGOSTO DE 2005.

Mas desta vez, o título da matéria era um pouco mais estimulante e voltado para a vida socioeconômica, quando dizia que a “Zona rural absorve 90% da população”. Porém, destaca o baixo índice de desenvolvimento humano do município, isso sem dizer qual o IDH de então, deixando uma lacuna analítica na matéria em questão, dizendo apenas que é um dos municípios mais pobres do Estado. A reportagem ainda mostrou as mazelas de Bela Vista do Toldo, sobretudo aquelas ligadas à eletrificação rural e à falta de saneamento, no caso os esgotos, sendo este um problema regional.

A tranquilidade é uma marca, é uma terra daquelas onde ainda se pode deixar o carro com os vidros abertos sem que nada seja mexido. Alguns moradores mantêm o hábito de sentar sobre os alpendres para apreciar o movimento de quem passa. Tratores e carros trafegam pelos mesmos espaços. Vez que outra, surpreendidos por alguém montado a cavalo.” (DIÁRIO CATARINENSE, 09/08/2005, p. 10).

O subtítulo da matéria em questão também mudou de 1997 para 2005, pois desta vez não faz um chamamento para a necessidade do asfalto e a consequente ligação da cidade com a BR 280. Em “‘Doutor’ vê saúde melhor”, há uma entrevista com Joaquim Ângelo Pereira, de 85 anos, dizendo que o mesmo é tratado como “doutor” em Bela Vista do Toldo, mas isso não se deve a uma formação de farmacêutico, mas pelo fato de ter sido comerciante e agricultor e pela sua memória privilegiada, coisa bastante valorizada pela população local. Porém, a matéria não deixa claro se este vendia remédios em sua casa comercial, mas pelas informações trazidas, pressupõe-se que sim. Há, ainda, o fato dele ser apontado com a pessoa que mais informações tem sobre o crescimento da cidade (DIÁRIO CATARINENSE, 09/08/2005, p. 10).

“Meus pais moravam em Joinville. Fizemos a mudança em uma carreta com seis cavalos. Levamos dias subindo a serra. Eu era criança e ficava com medo quando ouvia falar histórias sobre os índios que viviam nos matos daqui – recorda. Hoje, na opinião do aposentado, a cidade está uma verdadeira ‘maravilha’ em relação ao que era antes. Antigamente não tinha médico e o farmacêutico se encarregava de tentar achar a cura para as pessoas. Era muito mais difícil. Agora não, a gente vai no posto e toma até vacina contra a gripe – compara. Mas além dos serviços oferecidos pelo governo, ‘seu Quinquê’ faz a sua parte: todos os dias pedala cinco quilômetros pela pequena cidade para garantir a saúde e o corpo em forma.” (DIÁRIO CATARINENSE, 09/08/2005, p. 10).

Interessante mencionar que os dois suplementos, em décadas e séculos diferentes, permitem traçar um singelo processo de modernização e crescimento da cidade, isso sem que a mesma tenha perdido sua maior marca, a de ser uma pequena cidade do interior do Brasil.

Com o intuito de analisar a paisagem e a morfologia urbana de Bela Vista do Toldo e verificar os avanços sofridos no perímetro urbano da mesma, em setembro de 2010, portanto cinco anos depois da avaliação feita pelo suplemento do Diário Catarinense, procedeu-se a um trabalho de campo pela sede e pelo interior do município.

No campo, percorrendo todas as ruas da cidade, pôde-se observar, comparando com as avaliações das matérias jornalísticas, que Bela Vista do Toldo sofreu um processo de acelerado desenvolvimento urbano, isso se consideradas as fragilidades infraestruturais que a cidade possuía quando da sua emancipação, em 1994.

As análises de campo, primariamente, demonstraram que Bela Vista do Toldo vem passando por um processo de desenvolvimento urbano perceptível no seu aparelhamento e melhoramento estético urbano, ou seja, a paisagem da cidade ficou mais atraente, ou vulgarmente, mais bonita. Porém, para alcançar a qualidade de vida urbana possível para uma pequena cidade, ela precisa trabalhar no sentido inverso da estética urbana, indo ao encontro da resolução dos seus problemas socioambientais, culturais e econômicos, para alcançar um desenvolvimento sustentável possível em microurbanizações. (FIGURA 28)



FIGURA 28: VISTA DA CIDADE DE BELA VISTA DO TOLDO
FONTE: ACERVO DA AUTORA, 2012

Além da análise de campo, examinou-se o Plano Diretor do município, e o que se pôde observar é que é falho, segundo informações obtidas, este Plano Diretor foi realizado sem a participação da comunidade, apenas por uma equipe sem maiores aprofundamentos nos estudos socioambientais e culturais do município, fato que inviabiliza ações de cunho mais profundo para as demandas municipais e seu desenvolvimento.

Sabe-se que o plano diretor, conforme estabelece o artigo nº 40 e em conformidade com o Estatuto da Cidade, é obrigatório para municípios com mais de

vinte mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações Urbanas onde o poder público municipal pretenda utilizar os instrumentos de parcelamento, edificação e utilização de compulsórios, IPTU progressivo no tempo e desapropriação mediante pagamentos em títulos da dívida pública, integrantes de áreas de especial interesse turístico inseridas na área de influencia, com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional – mas este não é, necessariamente, o caso de Bela Vista do Toldo⁶.

Um dos elementos fundamentais trazidos pelo Estatuto da Cidade é a noção de planejamento, como uma das diretrizes gerais da política urbana e o alcance das normas decorrentes do planejamento, ou seja, da lei que estabelece o Plano Diretor no município, considerando o disposto no parágrafo único, do artigo 1º, do Estatuto da Cidade⁷

No caso do município de Bela Vista do Toldo, em especial por se encontrar em processo de crescimento, é preciso elaborar planos de expansão e aproveitamento adequado do solo, com a devida conformação do sistema viário e localização dos serviços, de modo a melhorar a qualidade de vida, prevenindo-a contra o crescimento desordenado e situações urbanas caóticas, como se vê em muitas cidades brasileiras.

Bela Vista do Toldo sofreu um processo de acelerado desenvolvimento urbano, isso se consideradas as fragilidades infraestruturais que a cidade possuía quando da sua emancipação, em 1994.

Porém, tais avanços na infraestrutura urbana não foram, ainda, suficientes para que a cidade rompesse o subdesenvolvimento que a acompanha historicamente, caracterizando-a, ainda, como uma das cidades menos desenvolvidas de Santa Catarina, sobretudo no que concerne aos índices de desenvolvimento humano.

A aparelhagem urbana atual é contrastante com as verificadas nos últimos anos. A ainda pequena Bela Vista do Toldo possui hoje todas as suas principais ruas asfaltadas, com meio fio e um sistema de localização, por meio de placas de

⁶ O município de Bela Vista do Toldo - Santa Catarina tem somente 6004 habitantes.

⁷ Parágrafo único, do artigo 1º, do Estatuto da Cidade: Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos bem como do equilíbrio ambiental.

indicação nas vias, o que surpreende, pois em cidades maiores, como, por exemplo, Canoinhas (polo regional), esse aparato urbano é deficiente.

Mas os melhoramentos apontam um avanço no desenvolvimento da cidade os quais são vistos noutros serviços oferecidos, principalmente pela quantidade de prédios novos que se espalham pelas ruas da cidade, tais como: o edifício do posto de saúde, que atinge o patamar de um pequeno hospital, para casos não complexos da necessidade de serviços médicos, um grande centro de eventos, próximo deste um imponente edifício para a nova rodoviária, um amplo colégio estadual e com ginásio poliesportivo anexo. Além daqueles equipamentos urbanos necessários ao cotidiano da vida urbana, como posto bancário, panificadoras, lojas de roupas, alimentos e implementos agrícolas (FIGURA 29 e 30).



FIGURAS 29 E 30 (NA ORDEM): CENTRO DE EVENTOS E RODOVIÁRIA.
FONTE: TRABALHO DE CAMPO, 2011.

Observou-se que os espaços de lazer ainda são insuficientes, havendo apenas um local para atividades desportivas e festas populares, cuja infraestrutura ainda é precária. Basta lembrar que a cidade não possui uma praça central, onde os jovens, adultos e idosos poderiam se encontrar nos finais de semana. O pequeno jardim defronte a igreja matriz é insignificante para tal fim. Isso demonstra que a cidade foi crescendo às margens da estrada principal, cuja gênese a caracteriza como um caminho tropeiro que lentamente foi recebendo casas de moradores e de comerciantes.

Alguns aspectos chamam a atenção para as condições de vida dos cidadãos do perímetro urbano, dentre eles, a inexistente coleta do esgotamento doméstico. Há, nas proximidades do rio Bela Vista (Imagens 32 e 33), no centro da cidade, algumas poucas habitações precárias, cujo esgoto fica empoçado nas ruas e

desemboca no próprio rio. Mas o rio Bela Vista apresenta qualidade ambiental, pois aparentemente seus níveis de poluição ainda são baixos, quando observada a turbidez e os odores exalados da calha do rio. Mas a mata ciliar, aproveitando que a cidade não conseguiu ainda avançar completamente sobre ele, precisa ser reconstituída em alguns pontos, garantido, para o futuro da cidade, a qualidade das águas urbanas – o rio Bela Vista deságua no rio Paciência e a zona urbana se assenta na planície de tal encontro de águas.

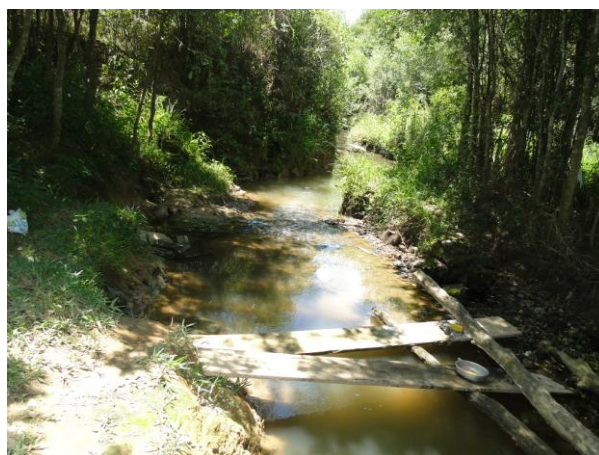
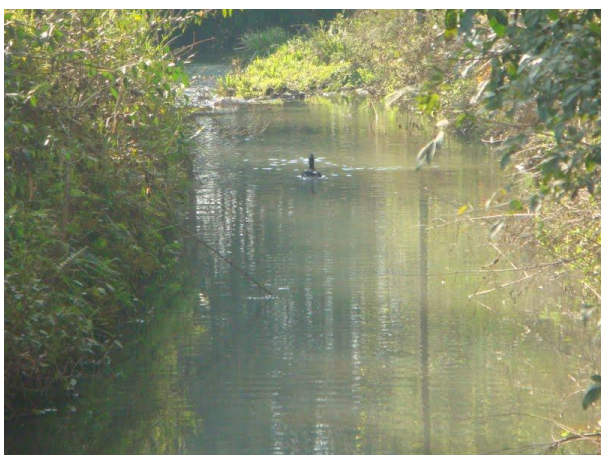


FIGURA 31 E 32 (NA ORDEM): RIO BELA VISTA – NA FOTO 32 PODE-SE VERIFICAR QUE PESSOAS LAVAM LOUÇA E ROUPAS NO RIO.
FONTE: TRABALHO DE CAMPO, JANEIRO DE 2012.

A precarização da vida no município é perceptível pelo número de pobres e suas precárias casas na cidade; isso se reflete na construção de um conjunto de casas populares ereto na porção final do perímetro urbano, ficando distante dos olhos de quem apenas visita a sede. São aproximadamente 42 casas populares de alvenaria, muito pequenas, possuindo uma porta, quatro janelas e uma divisão interna feita em madeira. Há que se recordar aqui e aprofundar a discussão, futuramente, de que tais habitações muito próximas se diferem do modo de vida das pessoas em suas casas simples, tradicionais e construídas ao longo de uma vida nestas pequenas cidades, pensando ainda que tais famílias serão desterritorializadas e “reterritorializadas” num conjunto de casas que lembra condomínios de grandes cidades, onde ao abrir a janela se depararão com a vida do vizinho que mora ao lado – bem próximo, inclusive, pois os terrenos de tais casas populares são minúsculos (FIGURAS 33 E 34).



FIGURAS 33 E 34 (NA ORDEM) CASAS POPULARES EM CONSTRUÇÃO E CASAS POPULARES JÁ OCUPADAS.

FONTE: TRABALHO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2010 E DEZEMBRO DE 2011, NA ORDEM.

Estes fatores demonstram, ainda, que quanto a pensar e fazer as políticas públicas urbanas para pequenas cidades, o Estado segue o mesmo padrão político-infraestrutural, geralmente não levando em conta a peculiaridade de cada aglomerado urbano, e isso fica claro em Bela Vista do Toldo e seu conjunto habitacional, quando este segue o modelo das grandes cidades. Há que se recordar aqui que as obras de melhoria urbana, feitas nos últimos anos na sede e no município, são, sobretudo, de investimento federais e estaduais, pois as condições econômicas locais não permitiriam obras tão volumosas e caras (FIGURAS 35 E 36).



FIGURA 35 E 36 RUA PRINCIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO EM ORDEM ANTES E DEPOIS DE ASFALTAR.

FONTE: TRABALHO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2010 E JANEIRO DE 2012

Bela Vista do Toldo necessita buscar na sua essência de existência local e regional o caminho de uma transformação onde os anseios da sua população sejam levados em conta nos projetos de políticas públicas, caso contrário, cairá na lógica e mesmice das tradicionais pequenas cidades do estado e do país – e ela tem tempo e espaço para isso, bastando mudar a forma tradicional de fazer política e respeitando a alma do lugar, para romper aquilo que seria um crescimento natural.

Crescendo de forma “natural” como a maioria das cidades brasileiras, Bela Vista do Toldo sofre numerosas restrições ao seu desenvolvimento, mormente porque inexistente um Plano de Desenvolvimento ou um plano de Ordenamento territorial, no qual sejam contempladas as diversas ações que priorizem o aproveitamento dos recursos disponíveis e a introdução de outros, como novas tecnologias, capacitação, treinamento e mobilização social.

Ao analisar o plano diretor do município em questão é possível verificar a presença de muitas falhas, pois o mesmo encontra-se incompleto, sem os anexos, e a prefeitura não possui mais estes documentos. Ao propor o Zoneamento do município, o plano diretor refere-se a uma lei que não foi criada, e consta apenas no plano diretor a chamada lei de zoneamento, o qual divide o município em 7 zonas sendo elas (MAPA 01):

ZM1 – Zona de Multiuso 1: As Zona de Multiuso do Tipo1, define a região de origem da ocupação urbana, está hoje caracterizada pela tendência de ocupação com comércio e serviços, predominando o comércio varejista com probabilidade de expansão na medida que equipamentos urbanos sejam implantados, como o terminal rodoviário por exemplo. Seção I – Para efeitos de novos parcelamentos e aprovação de novas edificações são exigências da ZM1:

a) área mínima de 450 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados);

b) testada mínima de 15m (quinze metros).

II – Coeficiente de aproveitamento máximo de 2 (duas) vezes a área do lote;

III – Índices da ocupação do solo:

a) taxa de ocupação máxima de 75% (sessenta por cento);

b) taxa de ocupação mínima de 10% (dez por cento);

c) afastamento frontal para ajardinamento 4,00m (quatro metros), e quando lote de esquina, o afastamento da via secundária pode ser reduzido a 2,50m (dois metros e meio);

ZM2 – Zona de Multiuso 2: Seção II – Para efeitos de novos parcelamentos e aprovação de novas edificações são exigências da ZM2:

a) área mínima de 450 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados);

b) testada mínima de 15m (quinze metros).

II – Coeficiente de aproveitamento máximo de 1,5 (uma e meia) vezes a área do lote;

III – Índices da ocupação do solo:

a) taxa de ocupação máxima de 60% (sessenta por cento);

b) taxa de ocupação mínima de 10% (dez por cento);

c) Afastamento frontal para ajardinamento 5,00m (cinco metros), quando lote de esquina o afastamento da via secundária pode ser reduzido a 3,00m (três metros)

ZEIS - Zona Especial de Interesse Social: Seção III – Para efeitos de novos parcelamentos e aprovação de novas edificações são exigências da ZEIS:

a) área mínima de 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados);

b) testada mínima de 12m (doze metros).

II – Coeficiente de aproveitamento máximo de 2 (duas) vezes a área do lote;

III – Índices da ocupação do solo:

a) taxa de ocupação máxima de 66% (sessenta e seis por cento);

b) taxa de ocupação mínima de 10% (dez por cento);

c) Afastamento frontal para ajardinamento 4,00m (quatro metros), quando lote de esquina o afastamento da via secundária pode ser reduzido a 2,00m (dois metros)

IV - Atividade permitida: Somente Residencial R.3;

CAN – Corredor do Acesso Norte: O Corredor do Acesso Norte – CAN, definido como faixa de terra que margeia o acesso da BR480 até encontrar o Rio Bela Vista do Toldo, com largura igual a 200,00m (duzentos metros), demarcados por duas paralelas ao eixo da estrada de acesso, a 100,00m (cem metros) para cada lado; tem como características a predominância de uso misto, são permitidas indústrias, serviços e loteamentos, de acordo com a tabela do ANEXO I; Art.84 – O uso e a ocupação do solo nessa zona obedecerá aos seguintes parâmetros:

I – Para efeitos de novos parcelamentos são exigências da ZC:

a) Área mínima de 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) ;

b) Testada mínima de 12m (doze metros);

II – Coeficiente de aproveitamento máximo de:

a) 2,4 (dois inteiros e quatro décimos)

III – Índices de ocupação do solo:

a) Taxa de ocupação máxima de 75% (setenta e cinco por cento);

b) Taxa de ocupação mínima de 10% (dez por cento);

IV – Gabarito máximo das edificações será de:

a) 4 (quatro) pavimentos;

a) Afastamento frontal para ajardinamento: isento quando tratar-se de atividades de comércio varejista, para as demais atividades, 4,00m (quatro metros) e quando lote de esquina o afastamento da via secundária pode ser reduzido a 2,00m (dois metros).

IV dependendo da atividade, estas dimensões podem variar para mais ou para menos, de acordo com a tabela do ANEXO I;

Parágrafo Único – Acima deste gabarito só será permitida a construção mediante atendimento do estabelecido na seção VII do Capítulo II – Outorga Onerosa do Direito de Construir- desta lei.

ZM3 - Zona de Multiuso 3: Zona de Multiuso 3 – ZM3 – é a área de predominância de uso industrial, para instalação de indústrias de até grande porte, do tipo incômodas ou perigosas. Art.86 – O uso e a ocupação do solo nessa zona obedecerá aos seguintes parâmetros:

I - Para efeito de novos parcelamentos são exigências para os lotes da ZI:

a) Área mínima de 800 m² (quinhentos metros quadrados);

II - Testada mínima 20m (vinte metros);

III – Coeficiente de Aproveitamento máximo de 1 (uma) vez a área do lote;

IV – Índices da ocupação do solo:

a) Taxa de ocupação máxima de 50% (cinquenta por cento);

IV – Gabarito máximo das edificações será de 3 (três) pavimentos.

§ 1º - Para a implantação de indústrias do tipo perigosas será reservada uma área de preservação sanitária com 100 (cem) metros de largura, contado do leito do córrego do rio próximo do local de instalação da indústria.

§ 2º - Acima do gabarito só será permitido construir reservatório de água, a caixa de máquinas de elevadores, torres de resfriamento e chaminés.

ZPP - Área de Proteção Ambiental: - Consideram-se Áreas de Proteção Ambiental – ZPP- as áreas nas quais as características do meio físico restringem o uso e a ocupação, visando à proteção, à manutenção e à recuperação dos aspectos

paisagísticos, históricos, arqueológicos e científicos. Art.88 - São áreas de proteção Ambiental:

- I - as nascentes e as faixas marginais de proteção de águas superficiais;
- II - as florestas, de acordo com a legislação Federal, e demais formas de vegetação que contribuam para a estabilidade das encostas sujeitas à erosão e deslizamentos;
- III - as bacias de drenagem das águas pluviais;
- IV - as áreas verdes públicas;
- V - as praças.

Art.89 – O uso e a ocupação do solo nessa zona obedecerá aos seguintes parâmetros:

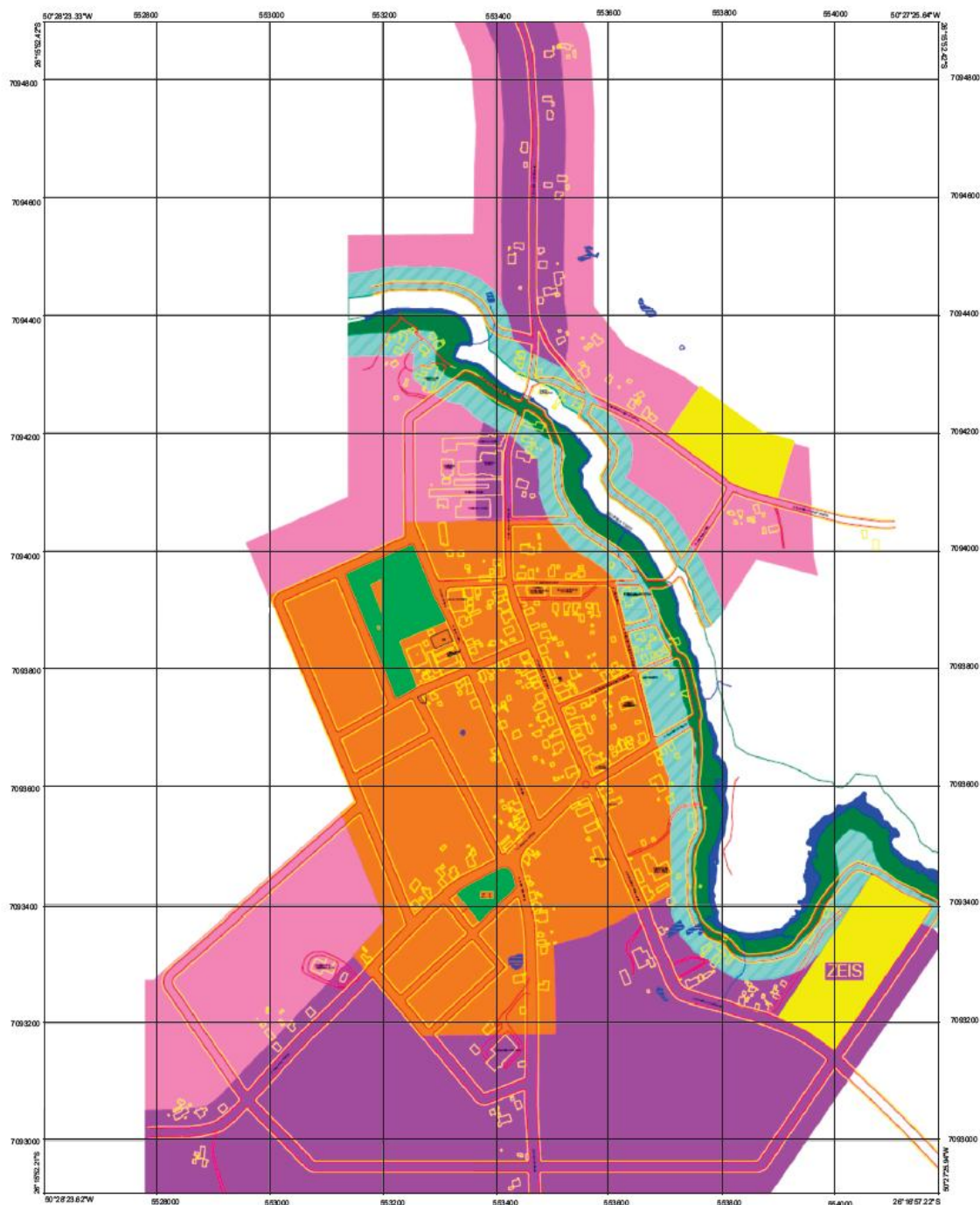
- I – Coeficiente de aproveitamento máximo de 0,1 (um décimo) vezes a área do lote;
- II – Índices de ocupação do solo;
 - a) Taxa de ocupação máxima de 5% (cinco por cento);
- III – Gabarito máximo das edificações será de 1 (um) pavimento.

Parágrafo Único – Acima do gabarito só será permitido construir reservatórios de água.

ZRU - Zona Rural: A Zona Rural – ZRU é destinada às atividades predominantemente agrícolas, pecuárias, extrativistas, agroindustriais e florestais.

§ 1º – serão permitidas outras atividades nesta zona, desde que compatíveis com a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento das atividades agrícolas, pecuárias e afins. Art.91 - Na zona Rural, não serão permitidos loteamentos ou condomínios. Parágrafo único – Nos casos de desmembramento, a área da gleba mínima resultante será, de, no mínimo, a área equivalente ao Módulo Rural da região. Art.92 - A ZR tem como índices de ocupação do solo: I – taxa de ocupação máxima de 10% (dez por cento);

PLANEJAMENTO TERRITORIAL DE BELA VISTA DO TOLDO - PERÍMETRO URBANO - USO DO SOLO - SC



Legenda LBI de USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

COZ	ZONA	DESCRIÇÃO	ÁREA (m²)	T.O. (%)	LA (m)	USARTE (m)	USARTE (m)	USARTE (m)	PROFUND. (m)	REQUO. FRONT. (m)	REQUO. LATERAL (m)	USARTE (m)
Z01	Zona de habitação 1	Residencial	427.215,00	0	0	400	15	30	0	0	1,5	0
		Industriais		0	0	400	15	30	0	0	1,5	0
		Comércio e Serviços Locais		0	0	400	15	30	0	0	1,5	0
		Áreas de habitação 2	502.298,00	0	0	400	15	30	0	0	1,5	0
Z02	Zona de habitação 2	Residencial		0	0	400	15	30	0	0	1,5	0
		Industriais		0	0	400	15	30	0	0	1,5	0
		Comércio e Serviços Especializados		0	0	400	15	30	0	0	1,5	0
		Industriais		0	0	0	0	0	0	0	0	0
Z03	Zona de habitação 3	Residencial	502.298,00	0	0	400	15	30	0	0	1,5	0
		Industriais		0	0	400	15	30	0	0	1,5	0
		Comércio Local		0	0	400	15	30	0	0	1,5	0
		Industriais		0	0	0	0	0	0	0	0	0
Z04	Zona de habitação 4	Residencial	780.070,00	0	0	400	15	30	0	0	1,5	0
		Residencial - Institucional		0	0	400	15	30	0	0	1,5	0
		Comércio Local		0	0	400	15	30	0	0	1,5	0
		ZEIS	78.007,00	0	0	400	15	30	0	0	1,5	0

BASE CARTOGRÁFICA:
 PLANO DIRETOR DE BELA VISTA DO TOLDO - SC, 2007
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM/SAD 69
 ESCALA 1: 7.500



Diante do que propõe o Plano Diretor institucionalizado pelo poder público local, esta pesquisa vem propor novas Zonas à área urbana, de acordo com a metodologia de ordenamento territorial aplicada por McHarg. Para isso, propõem-se as seguintes zonas: (MAPA 02)

a) **ZI – Zona Industrial:** localizar-se-a próximo a BR 280, na entrada da cidade, diferente do que propôs o plano diretor, pois o mesmo propunha colocar a área industrial muito próximo a áreas de preservação ambiental, o que futuramente causaria um dano ambiental incalculável.

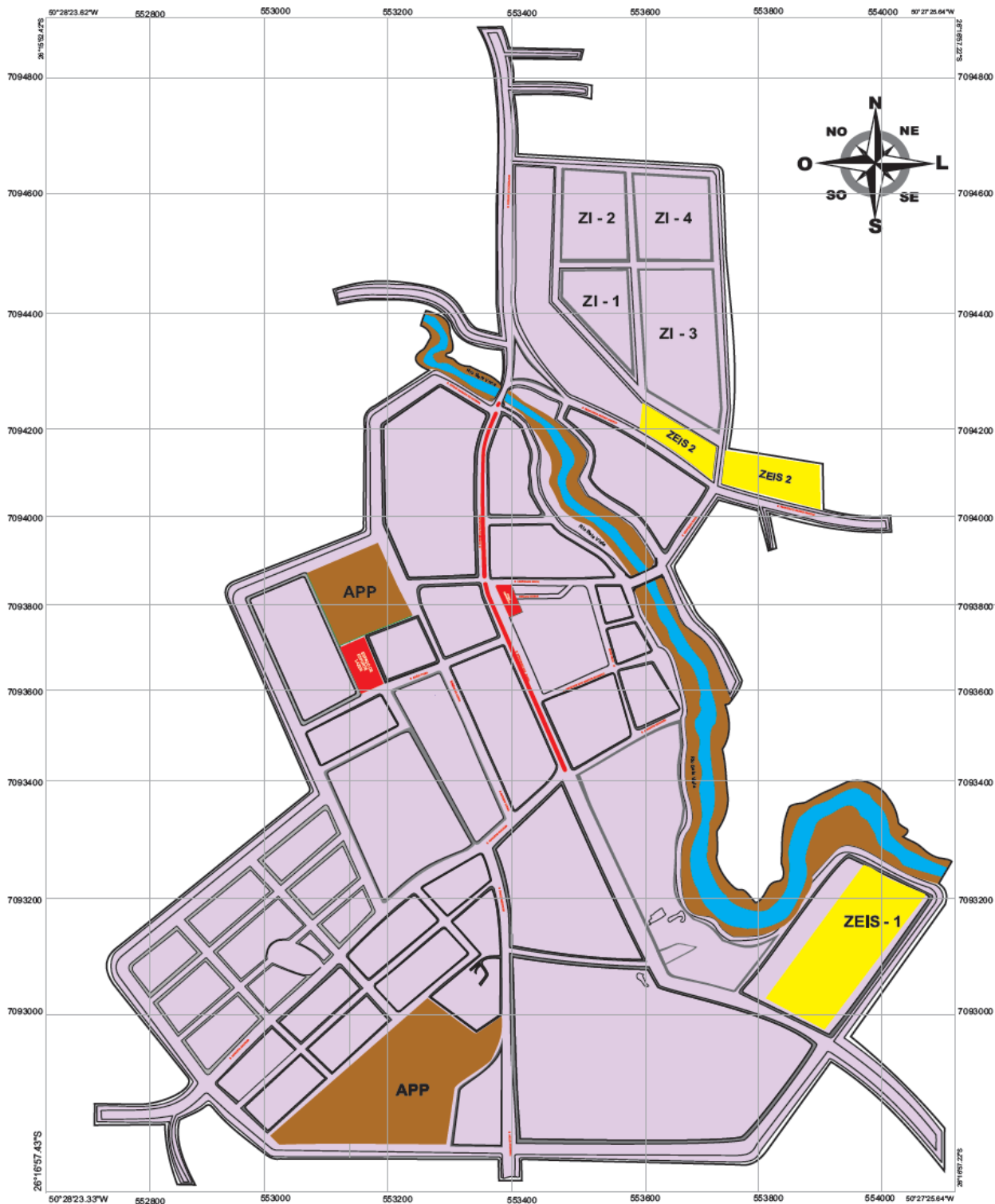
b) **ZIRC – Zona Institucional, Residencial e Comercial:** segue a mesma lógica do que propôs o plano diretor, incluindo as áreas institucionais, residências e comerciais, centralizando a vida em comunidade e numa pequena urbe.

c) **ZEIS - Zona Especial de Interesse Social:** Área onde estão e serão construídas as casas populares; uma delas localizada próxima a Zona Industrial, para facilitar os locais de moradia aos funcionários das futuras indústrias que, por ventura, sejam instaladas no município.

d) **ZR - Zona de Recreação:** Com o intuito de oferecer opções de recreação e lazer para a população, criam-se áreas de recreação, incluindo local para esporte e uma praça, tendo em vista que o município atualmente não possui praça, contando apenas com um campo de futebol.

e) **APP – Área de Preservação Permanente:** Área de preservação permanente, locais que devem ser preservados, no plano diretor são as áreas de florestas de araucárias, matas ciliares e áreas de várzea.

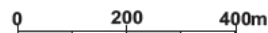
MAPA DA PROPOSTA DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DA CIDADE DE BELA VISTA DO TOLDO - SC



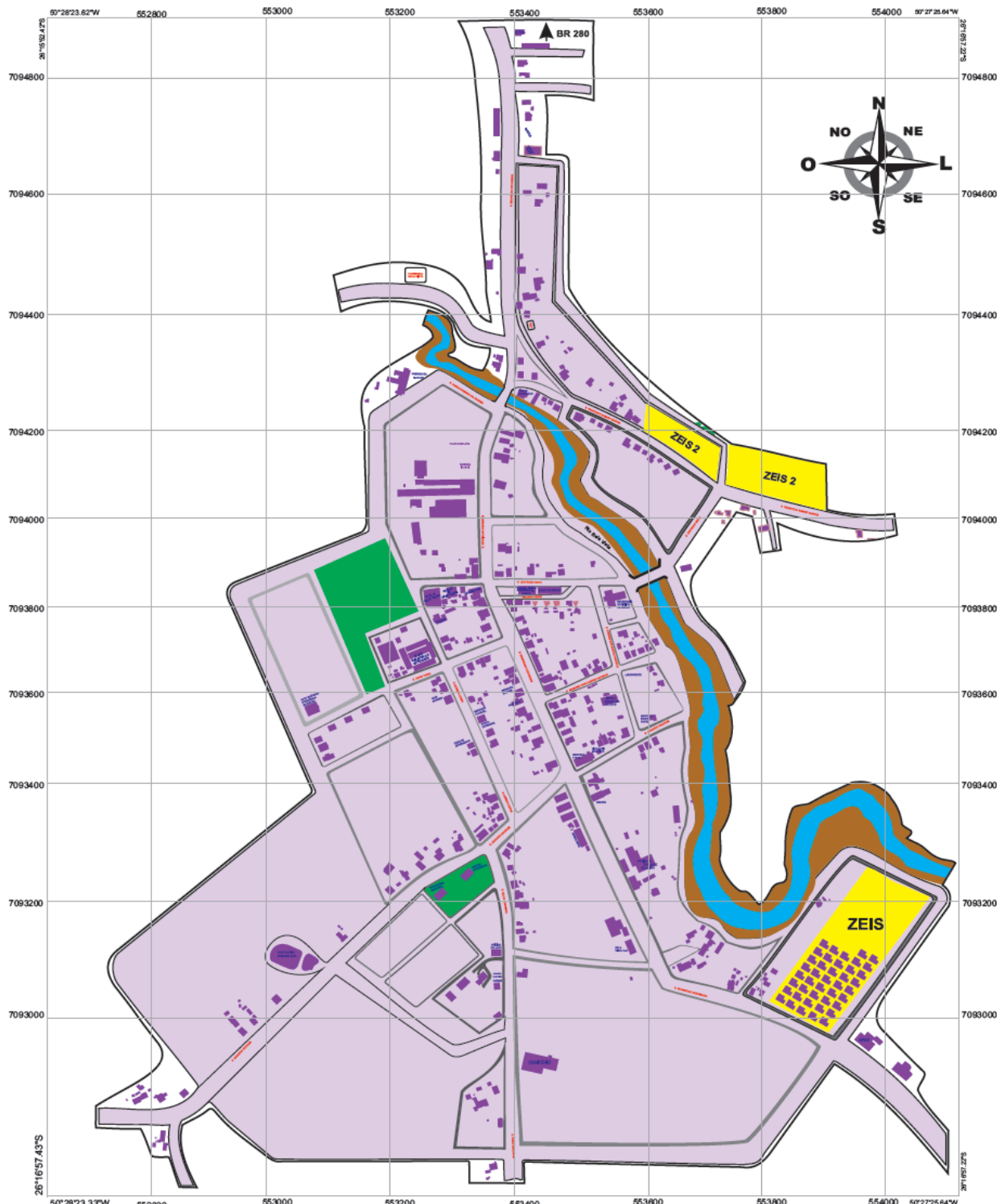
LEGENDA:

- ZI - ZONA INDUSTRIAL
- ZIRC - ZONA INSTITUCIONAL, RESIDENCIAL E COMERCIAL
- ZR - ZONA DE RECREAÇÃO
- ZEIS - ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL
- APP - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

BASE CARTOGRÁFICA:
 PLANO DIRETOR DE BELA VISTAS DO TOLDO - SC, 2007
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM/SAD 69
 ESCALA 1: 7.500



MAPA DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA CIDADE DE BELA VISTA DO TOLDO - SC



LEGENDA:

- ZI - ZONA INDUSTRIAL
- ZIRC - ZONA INSTITUCIONAL, RESIDENCIAL E COMERCIAL
- ZR - ZONA DE RECREAÇÃO
- ZEIS - ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL
- APP - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
- RESIDÊNCIAS / COMÉRCIO

BASE CARTOGRÁFICA:
 PLANO DIRETOR DE BELA VISTAS DO TOLDO - SC, 2007
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM/SAD 69
 ESCALA 1: 7.500



O processo de ocupação e uso do solo em Bela Vista do Toldo não evoluiu de forma adequada, bem como os projetos de casas populares, o asfaltamento das principais ruas, a construção de prédios públicos como a rodoviária, não seguiram um planejamento adequado, pois como se pode observar, na figura 37, em dias de chuvas, as ruas ficam alagadas sem um padrão correto de drenagem. O próprio plano diretor do município foi criado por uma equipe de profissionais sem seguir as bases de um planejamento, e sem a opinião da comunidade, ou seja, não foi elaborado multidisciplinarmente, menos ainda, com participação e aval da sociedade civil organizada belavistense.



FIGURA 37: RUA PROFESSOR ALFREDO LUDKA EM UM DIAS DE CHUVA.
FONTE: TRABALHO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2010.

Este trabalho e as análises procedidas sugerem, ainda, que o município realize o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, tendo em vista que é um município jovem, pois ainda conseguirá minimizar os problemas socioambientais que acarretarão a vida da comunidade futuramente.

O ordenamento territorial também pode (e deve) ser efetuado em áreas já ocupadas. Seguindo uma metodologia de planejamento, nesse caso, sugere-se a de McHarg que contempla medidas orientadas para a reabilitação em um território já

ocupado, com ações que dependem da conjuntura socioambiental encontrada e suas demandas futuras.

De acordo com o que propõe McHarg, baseado no mapa de uso e ocupação do solo do plano diretor de Bela Vista do Toldo, propõe-se um novo ordenamento territorial para a cidade (Mapa 02), no qual a ZI - Zona Industrial ficará mais próxima da BR 280, que liga a cidade às principais cidades da região e à capital catarinense e paranaense. O asfaltamento da SC 423, que liga a BR 280 até o centro da cidade de Bela Vista do Toldo, foi realizado sem um planejamento adequado, pois apenas cobriram a velha estrada de paralelepípedos, que poucos anos antes era de chão batido e, outrora, um caminho de tropas, não contendo acostamentos e praticamente sem obras de escoamento das águas, possuindo apenas alguns refúgios, muitas vezes insuficientes para o movimento de carros, caminhões e ônibus.

No perímetro urbano, o asfalto também obedece à falta de planejamento, ficando em muitos lugares mais alto do que as residências, acumulando água nos dias chuvosos. Desta feita, propõe-se que onde se inicia o perímetro urbano seja colocado um canteiro central com o objetivo de embelezamento estético da cidade, o que levantará também a auto-estima da população local, além de diminuir a velocidade dos automóveis, caminhões, ônibus, motocicletas e bicicletas que circulam pela avenida principal – Estanislau Schumann.

Ao analisar as áreas de preservação permanente propostas pelo plano diretor, observou-se diversas falhas, sendo elas: manutenção da mata ciliar somente de um lado da margem do Rio Bela Vista; neste mesmo rio, em trabalho de campo, pôde-se observar a presença de casas nas margens e muito próximas da calha do rio, o que é proibido por lei; a área industrial foi indicada para ser ereta em local de preservação permanente, além de outros equívocos típicos de planos diretores feitos de forma verticalizada, ou seja, sem a participação da sociedade local. Diante disso, propõe-se a readequação desta zona, sendo levada para as margens da SC 423. Sugere-se preservar a mata ciliar dos dois lados do rio Bela Vista e do rio Paciência como é previsto em lei. Criação de uma área de preservação permanente no bosque de araucárias próximo ao cemitério da cidade, o que futuramente pode-se tornar um ótimo laboratório de estudos, área de lazer com trilhas para caminhadas, etc. Na área onde se localiza o campo de futebol da cidade, que no plano diretor se destinaria à área industrial, sugere-se também criar uma área de

preservação permanente, tendo em vista que há um bosque de mata nativa que se localiza a poucos metros do rio Paciência e suas várzeas.

Nos trabalhos de campo, verificou-se que a cidade é carente em áreas de lazer, para isso sugere-se a criação de duas áreas de recreação, sendo uma na rua principal (Rua Estanislau Schumann), na frente e ao lado da Matriz, onde já existe um pequeno jardim, mas sugere-se a derrubada de dois prédios públicos que não possuem valor histórico, arquitetônico e patrimonial e estão em péssimo estado de conservação, ampliando assim, a “pracinha” existente e disponibilizando para a população uma ampla praça pública que deverá ser projetada – para ela se sugere o nome de “Praça do Centenário da Guerra do Contestado”. A outra área de recreação seria ao lado do Ginásio de Esportes da Escola e seria um espaço para a prática de esportes ao ar livre.

Por fim, propõe-se a ampliação das Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, considerando que o município já possui uma, a ZEIS 1, já em uso, contando com casas que lembram conjuntos habitacionais existentes de grandes cidades, onde, devido aos minúsculos terrenos, ao abrir a janela, o cidadão se depara com a vida do vizinho que mora ao lado, fato que dificulta as famílias de plantarem algo para o consumo imediato, coisa corriqueira em cidade do interior – a horta. Sugeriu-se duas áreas para a implantação da ZEIS, de acordo com o que também previa o plano diretor da cidade, a ZEIS 2 e a ZEIS 3, desde que sejam casas populares com terrenos um pouco maior, para que as pessoas possam cultivar a horta, e também desfrutar de um pouco de privacidade. A localização da ZEIS 1 e 2 é estratégica porque suas implantações são nas proximidades da Zona Industrial, o que futuramente será um ponto positivo para a instalação de indústrias e deslocamento dos trabalhadores até a empresa.

O melhor disciplinamento do uso e ocupação do solo na pequena urbe de Bela Vista do Toldo é aquele que considera e introduz os aspectos ambientais no seu ordenamento. Desta forma, os instrumentos de planejamento e controle do uso e ocupação do solo urbano devem trabalhar de modo integrado com os instrumentos destinados à preservação e controle de acidentes ambientais futuros, tendo como objetivo final a melhoria da qualidade de vida da população e conservação dos recursos naturais ainda existentes.

5 CONCLUSÕES: PROPOSTAS SOBRE E PARA O (RE)ORDENAMENTO DE BELA VISTA DO TOLDO

Como parte de um processo histórico amplo, as cidades podem assumir determinadas funções que se transformam ao longo do tempo e que terminam muitas vezes por lhes conferir um status completamente novo, diferente daquele que se ensejou. No Brasil, as diferentes formas de ocupação do território passaram por um processo geral de transformações funcionais, consequência de sua evolução e da compreensão que seus habitantes têm sobre suas cidades.

Ao analisar os planos de ordenamento territorial desenvolvidos no município em questão, observa-se em Bela Vista do Toldo a falta de uma cultura de ordenamento, a qual explica uma parte importante do desordenamento do município, a que se junta um desconhecimento generalizado das consequências e da implantação de opções erradas quanto à transformação do território.

Bela Vista do Toldo necessita elaborar políticas públicas que visem ao desenvolvimento local calcado na sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental. O processo de organização territorial, ou socioespacial, segue princípios de ocupação natural, sem grandes planejamentos ao longo da história da comunidade, mas assumem fator primordial quando se busca construir bases para um futuro sustentável para o município, respeitando o desenvolvimento local e, porque não, em consonância com o regional.

As análises do território, com base em Haesbaert (2007), e considerando que o objeto de análises é um município novo, demonstram que Bela Vista do Toldo possui organização do território político e jurídico que lhe dá autonomia no âmbito do Estado. Mas quando busca se estabelecer as territorialidades municipais, ainda identificados em processo de cristalização, se deve considerar o fator multicultural do processo histórico de ocupação humana, pois este reúne, em um mesmo espaço geográfico, remanescente dos povos originários (índios), os posseiros e seus pontos de parada, quando levavam as tropas de gado e mulas que iam do Rio Grande do Sul para São Paulo, descendentes de poloneses, alemães, italianos, ucranianos, portugueses, além dos caboclos remanescentes da Guerra do Contestado. Há que se respeitar os fatores determinantes vindos do período da Guerra do Contestado, que ocorreu entre 1912 e 1916, deixando marcas culturais e étnicas em uma parcela

da população descendente de *mestiços*, que viveu naquela região do Planalto Norte de Santa Catarina.

A instalação dos diversos grupos mencionados e o processo natural de miscigenação resultou em um profundo intercâmbio cultural que gerou o território multicultural observado, sendo esse um dos fatores que dificultaram o estabelecimento do município como um território único - mas de múltiplas territorialidades, principalmente na perspectiva dos territórios culturais.

Mas quando se analisa ambientalmente o território municipal, o mesmo constitui-se como um único território, no passado dominado pela Floresta de Araucária. Esta floresta foi representante regional como um domínio político-econômico sendo associado com a forte influência da indústria madeireira que apropriou-se deste recurso, que foi durante séculos dominado pela população tradicional do planalto, que se utilizava da mesma como modo de subsistência junto com a extração da erva-mate, a criação de porcos e de outros animais de pequeno porte.

As análises não corroboram com o que Haesbaert (2007) coloca denominando como o "fim dos territórios", pois desde a entrada do capital estrangeiro e nacional da indústria madeireira, o mesmo não estava associado à chamada globalização neoliberal, até porque antecede a esta, mas pela fluidez do capitalismo e suas redes desde início do século XX, que foram se dissolvendo regionalmente. Estes fatos mencionados foram responsáveis por um processo de desterritorialização da região, que repercutiu em Bela Vista do Toldo e evitou uma visão única para o município, fazendo dele multiterritorial, segundo demonstraram os trabalhos realizados em campo e análises feitas.

A partir da perspectiva da leitura da paisagem, com o objetivo de compreensão global, Bertrand (1981) discute o conceito de paisagem a partir do ponto de vista da geografia global, integrando a paisagem natural de suas implicações da ação antrópica, que o autor denomina como paisagem total. Somente se identifica uma paisagem total em Bela Vista do Toldo, quando se realiza uma análise rigorosa da mesma a partir de uma perspectiva física. Quando a paisagem seria para Bertrand (2009), uma palavra viva, cotidiana que cada um usa e emprega socialmente, sendo que a mesma permite uma leitura mais uniforme sobre o município em questão. No entanto, quando se une a paisagem com o território, este último impede a análise de definição para a compreensão de Bela

Vista do Toldo, mas como se observou em análises de campo, este é marcado pela multiterritorialidade, mesmo estando sentando num espaço geográfico físico uniforme.

Outro fator determinante, que impede fazer uma leitura uniforme do município, é que esse ainda se caracteriza ou se estabelece dentro da definição de cidade pequena, porque possui escassa população, levando em consideração o conceito de que "pequenos centros urbanos não são iguais entre si, pois possuem conteúdos diferentes que em alguns casos possui relações hierárquicas entre estas. Cidades com atividades comerciais e equipamentos um pouco diversificados funcionam como polos micro-regionais", conforme aponta Endlich (2006, p. 52). No entanto, Bela Vista do Toldo possui dificuldades enquadradas teoricamente na proposta mencionada, pois a cidade possui um comércio insignificante e as instalações públicas e privadas estão muito longe de fazê-la um polo regional.

A análise feita em Bela Vista do Toldo, demonstrou no trinômio investigado ou seja território, paisagem e pequenas cidades, que o município, assim como a sua própria geografia urbana e rural, é dependente dos benefícios financeiros prestados pelo Estado e pela União. A impossibilidade de uma autonomia financeira tem um impacto direto na infraestrutura, planejamento socioambiental e, sobretudo, para que a cidade alcance um desenvolvimento local, pois ela não dá conta de se "inventar" sozinha. Isso só seria possível por meio de políticas públicas que, antes de mais nada, devem ser pautada na sustentabilidade e nas necessidades reais da sua comunidade.

Bela Vista do Toldo ainda convive sobre o manto do subdesenvolvimento encontrado em muitas cidades da região do Planalto Norte Catarinense, ou região do Contestado que lhe dá mais identidade. Mesmo tendo vivido com um processo de desenvolvimento considerável nos últimos 15 anos, a sede e o município ainda demandam de muitas políticas públicas para romper um ciclo histórico de convivência de parcela considerável da população na linha da pobreza. Uma maneira de romper com tais condições seria rever sua gestão de política pública, buscando desenvolver a cidade com respeito à sua identidade local/regional, mesmo considerando que os recursos do desenvolvimento do município, nos últimos anos, sejam, na sua maioria, estaduais e federais.

Sugere-se que a proposta realizada nesta pesquisa seja utilizada pela prefeitura e câmara de vereadores como forma de apoio ao planejamento da cidade,

buscando reinventar a urbe e dar a ela uma maior organização e centralidade em si própria, deixando-a esteticamente mais bonita, fator que oferecerá, também, qualidade de vida à população.

Vê-se também a necessidade de rever o plano diretor da cidade, pois o mesmo contém falhas e está incompleto, faltando principalmente os anexos, Este plano deve ser repensado junto a uma equipe especializada e junto à comunidade que vive efetivamente os problemas e as transformações da cidade, fazendo também com que a população compreenda seu papel na organização e produção do espaço urbano.

Se Bela Vista do Toldo não se reencontrar socioambiental e economicamente, terá como futuro o destino de muitas das pequenas cidades brasileiras, pois só haverá desenvolvimento de fato se a cidade não perder sua alma, sua exclusividade diferencial e num mosaico de urbanizações pequenas na sua região geográfica – seu futuro depende de ações que partam de dentro para fora e não de fora para dentro.

Acredita-se que seja viável compatibilizar o desenvolvimento com a preservação ambiental, desde que sejam considerados os problemas ambientais dentro do processo contínuo de planejamento, atendendo-se adequadamente às necessidades de todas as esferas: a pública, a privada e a comunidade.

REFERÊNCIAS

AFONSO, C. M. **Sustentabilidade, caminho ou utopia?** São Paulo: Annablume, 2006

AFUBRA. **Distribuição fundiária dos fumicultores no sul do Brasil, 2005.**

Disponível em <<http://www.afubra.com.br>> acesso em agosto de 2010.

ALMEIDA, F. G. O ordenamento territorial e a geografia física no processo de gestão ambiental. In: SANTOS, M. [et.al] **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

ALMEIDA, F. G.; SOARES, L. A. A. **Ordenamento Territorial: Coletânea de Textos com Diferentes Abordagens no Contexto Brasileiro.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil.** São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

ARAÚJO NETO, M. D. **Zoneamento Ecológico-Econômico no Brasil: dez anos em perspectiva.** Brasília, 2000.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e Meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21.** 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BECKER, B.; EGLER, C. **Detalhamento da metodologia para execução do Zoneamento Ecológico-Econômico pelos Estados da Amazônia Legal.** Brasília: SAE – Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1997.

BELA VISTA DO TOLDO, 2010: Disponível em:

<http://www.pmbvt.sc.gov.br/conteudo/?item=17998&fa=1557&cd=7595>. Acesso em 20/08/2010.

BELA VISTA DO TOLDO. **Dados populacionais segundo DATASUS**. Secretaria Municipal de Saúde, 2011.

BELA VISTA DO TOLDO. **Plano Diretor**. Bela Vista do Toldo, 2008.

BERTRAND, C.; BERTRAND, G. **Uma Geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Maringá: Ed. Massoni, 2009.

BERTRAND, G. **Paisagem e Geografia Física Global: Esboço Metodológico**. Caderno de Ciências da Terra, 13. Inst. de Geografia-USP. São Paulo. 1981.

BEZERRA, L. S. **Desenvolvimento Urbano Sustentável: Realidade ou utopia**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br>. [pdf]. Acesso em 19 de novembro 2010.

BEZERRA, M. C. **Planejamento e gestão ambiental: uma abordagem do ponto de vista dos instrumentos econômicos**. 1996. 227 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. IN ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

BRASIL. Decreto nº 4297 de 2002. Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Decreto sobre o **Zoneamento Ecológico Econômico**. Brasília, 1981.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Acesso em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em maio de 2010

BRASIL. **Para pensar uma Política Nacional do Ordenamento Territorial**. Ministério da Integração Nacional. Brasília, 2005.

BRASIL. **Política Nacional do Meio Ambiente**. Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Brasília, 1981.

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: Edgar Blücher, 1998.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 2001.

CMMAD. **COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. In: **Território**, Rio de Janeiro, v.4, n.6, p.41-53, jan./jun. 1999.

CORRÊA, R. L., **Uma nota sobre o urbano e a escala**, In: Revista Território - Rio de Janeiro - Ano VII – nº 11, 12 e 13 – p. 133, 136, set./out., 2003.

COSGROVE, D. A geografia está e toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. Londres: Macmillan, 1989, pp. 118-135. In: Corrêa, R. L.; Rosendahl, Z. (Orgs.) **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

DESER. **Tabaco: Da produção ao consumo**. Uma cadeia da dependência. Curitiba, 2010.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no noroeste do Paraná**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2006 (Tese de doutorado em Geografia).

ENRIQUEZ V. A. **Hacia una delimitacion conceptual del desarrollo regional/local**. Desarrollo regional/local en El Salvador: retos estratégicos del siglo XXI, FUNDE. San Salvador, 1997

FRAGA, N. C. (Org.). **Contestado**, o território silenciado. Florianópolis, Ed. Insular, 2009.

FRAGA, N. C.. **Vale da Morte**: o Contestado visto e sentido. Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná. Blumenau: Ed. Hemisfério Sul, 2010.

GALEANO, E. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 22 ed., 1986.

Geografia. Cidade do México: Instituto de Geografia. 2002.

GOFF, LE. **Por amor às cidades**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

GOHN, Maria da Glória. **O futuro das cidades**. Disponível em:
<http://www.lite.fae.unicamp.br/revista/gohn.html>. Acesso em: jun. 2007.

GONZÁLES, R. R. **La Escala Local Del Desarrollo**. Definición y Aspectos Teóricos. Revista de Desenvolvimento Econômico. Salvador, ano I nº 1, Nov. 1998.

GROSS, P. **Ordenamento Territorial**: El manejo de los espacios rurales. Ver. Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales, Vol XXIV, dezembro, 1998, nº 73.

HAESBAERT, R Ordenamento Territorial. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 117-124, 2006.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios á multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 - 2007.

HAESBAERT, R. Território e Região numa “Constelação”de conceitos. In

MENDONÇA, A. F.; LOWEN-SAHR, C.; SILVA, M. **Espaço e Tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ADEMADAN, 2009.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 2000 e 2010**. Disponível em:

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/index.php> . Acesso em: Abril de 2011

JORNAL DIÁRIO CATARINENSE. **Município quer igreja primeiro**. Florianópolis:30 de abril de 1997

JORNAL DIÁRIO CATARINENSE. **Zona Rural absorve 90% da população**. Florianópolis: 09 de agosto de 2005

KONDER, L. Um olhar filosófico sobre a cidade. In PECHMAN, R. (Org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

LAGO, P. F. **Santa Catarina. A Terra – O homem e a Economia**. Santa Catarina, 1968.

LAMAS, José P. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbentian, Junta de Investigação Científica e Tecnológica, 1992.

LEFEBVRE, Henri. The production of space. UK/USA: Blackwell,1991.

LEITE, C. M. C. **O Zoneamento ecológico-econômico**: impasses e perspectivas de um instrumento de gestão ambiental. Brasília: Dissertação de Mestrado para o Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, 2001.

LIBAULT, A. Os quatros níveis da pesquisa geográfica. In: **Métodos em Questão**, 1 GEOG – USP. São Paulo, 1971.

LIMA, A. **Zoneamento Ecológico Econômico**: À luz dos direitos socioambientais. Curitiba: Juriá, 2006.

MAXIMILIANO, Liz Abad. **Considerações sobre o conceito de Paisagem**.

R.RÁEGA, Curitiba, nº. 8,p. 83-91, 2004 .Editora UFPR. Disponível em:

<http://www.calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/viewFile>. Acesso em: 07 de Setembro de 2010.

MCHARG, I. L. **Desingn with nature**. NY: Jonhn Willey & Sons, 1992

MILARÉ, E. **Direito do ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2003.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial**. Brasília, 2005.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO. **Carta Europeia do Ordenamento do território**. Lisboa, 1988. Disponível em: <http://www.estig.ipbeja.pt/~sirb/carta%20europeia%20de%20ordenamento%20do%20territorio.pdf>. Acesso em maio de 2010

MONTEIRO, D. T. **Os Errantes do Novo Século, um estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. São Paulo: Liv. Duas Cidades, 1974.

MORAES, A.C.R. **Geografia Pequena história crítica**. São Paulo: Annablume, 2007.

MORAES, A.C.R. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, R. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton. et al. **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina. 2007.

MOURA, R. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento?. In ENDLICH, A. M.; ROCHA, M. M. **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

PALMER, J. A. **50 grandes ambientalistas: De Buda a Chico Mendes**. São Paulo: Contexto, 2006.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In VELHO, O.G. **O Fenômeno Urbano**. 2.ed.Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

PARTIDÁRIO, M. R. **Introdução ao ordenamento do território**. Lisboa: Universidade Aberta, 1999.

PASSOS, MESSIAS. A Conceituação da Paisagem. In: **Formação**, Presidente Prudente, nº 7, 2000.

PERON, A.; MAAR, A.; NETTO, F. D. P. **Santa Catarina: História, Espaço Geográfico e Meio Ambiente**. Florianópolis: Insular, 2009.

PROJETO AMBIAL, 2010: Disponível em: <http://eebesambial.blogspot.com/>. Acesso em: 20 de agosto de 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço**: Rumo a um conhecimento transdisciplinar. 1.ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

RODRIGUEZ, J. M. M. Planejamento ambiental: base conceituais níveis e métodos. In CAVALVANTI, A. G. B. (Org) **Desenvolvimento Sustentável e planejamento**: bases teóricas e conceituais. Fortaleza: UFC – Imprensa Universitária, 1997.

ROMERO, Arturo Garcia e JIMÉNEZ, Julio Munoz. **El paisaje em el Âmbito de la**

RONCAYOLO, M. La ville et ses territoires. Paris: Gallimard, 1990. In SPOSITO, E. S. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SACHS, I. **Estratégias de transição para século XXI**. Studio Nobel/Fundap, 1993

SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Programa de Zoneamento ecológico-econômico da Amazônia legal**. Brasília, DF: SAE/PR/CCZEE, 1991.

SALGUEIRO, Tereza Barata. **Paisagem e Geografia**. Centro de Estudos Geográficos- Finisterra, XXXVI, 72, 2001, p.37-53. Revista on line. Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/números/2001-72/72-04.pdf>. Acesso em: 04 de Setembro de 2010.

SALINAS CHÁVES, E. El desarrollo sustentable desde la ecología del paisaje. *In*: Salinas Cháves, Eduardo; Middleton, John. (Orgs.) **La ecología del paisaje como base para el desarrollo sustentable em América Latina**, 1998. Disponível em: <http://www.brocku.ca/epi/lebk/lebk.html>. Acesso em: 02 de março de 2005.

SÁNCHEZ, L. E. Os papéis da avaliação de impacto ambiental. *In*: L. E. SÁNCHEZ (org.) **Avaliação de Impacto Ambiental: situação atual e perspectivas**. São Paulo, Escola Politécnica da USP, 1993.

SANTA CATARINA (2010): Disponível em: <http://www.sc.gov.br/portalturismo/Default.asp?CodMunicipio=334&Pag=2>. Acesso em: 20 de agosto de 2010.

SANTA CATARINA, **CONTESTADO**. Florianópolis, 2002.

SANTOS, M. (et al). **Território, Territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, R. F. **Planejamento ambiental: teoria e prática.** São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SAQUET, M. A. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e to território. In HEIDRICH, A. L. [et. al] **A Emergência da multiterritorialidade: A ressignificação da relação do humano com o espaço.** Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SAUER, O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA; ROZENDAHL (Orgs.). **Paisagem tempo e cultura.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SCHUBART, H. O. R. **Biodiversidade e território na Amazônia.** Logo Tempo & Ciência, nº 5: 5-18, Manaus: ULBRA, 2000.

SCHUBART, H. O. R. **O Zoneamento Ecológico-Econômico e a Gestão dos Recursos Hídricos: O Programa Zoneamento Ecológico-Econômico.** Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. Ministério do Meio Ambiente, 2003.

SEBRAE. **Santa Catarina em Números: Bela Vista do Toldo.** Florianópolis: Sebrae/SC, 2010.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. História das Paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion;. VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

SIMAS, F. A. O.; LUDKA, V. M.; FRAGA, N. C. Território(s) e desenvolvimento regional: Arranjos e perspectivas na relação entre pequenas e médias cidades. In

FRAGA, N. C. (Org). **Territórios e Fronteiras (Re) Arranjos e Perspectivas.** Florianópolis: Insular, 2011.

SOUZA, D. C. **O Meio ambiente das cidades**. São Paulo: Atlas, 2010.

SOUZA, M. L. de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, GOMES E CORRÊA (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 77- 116.

SPOSITO, E. S. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

THOMÉ, Nilson. **PR e SC Disputam Território**. Curitiba: Gazeta do Povo, Suplemento, 2003.

TOKARSKI, F. **Cronografia do Contestado**: Apontamentos históricos da região do Contestado e do Sul do Paraná. Florianópolis: IOESC, 2002

TOKARSKI, F. **Dicionário de regionalismo do Sertão do Contestado**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

TRICART, J. L. F. **Paisagem e Ecologia**: Igeo/USP. São Paulo. 1981.

TRINDADE JÚNIOR, S. Amazônia Oriental: Cidades, Urbanização do território e estratégias de gestão no espaço paraense. In MENDONÇA, F. A.; LOWEN-SAHR, L.; SILVA, M.(Org.) **Espaço e tempo**: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba, ADEMADAN, 2009.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2003.

Yi-Fu Tuan. **Espaço e Lugar: a perspectiva da Experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

ZABATA, T.; PARENTE, S.; ARNS, P. C.; JORDAN, A.; OSÓRIO, C.

Desenvolvimento Local: estratégias e fundamentos metodológicos. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L. C. (org). **Desenvolvimento Local: Dinâmica e Estratégias**. Rede DLIS: 2001.